

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Rondônia



ARTUR DE SOUZA MORET
ORG.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Rondônia

2000-2013



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2014

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Iliada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Angélica Ramaciotti

Organizador: Artur de Souza Moret

Colaboradores: Eduardo Valverde (*in memorian*), Hiram Rodrigues Leal, Iremar Antônio Ferreira, Manuel Antonio Valdés Borrero, Neiva Cristina de Araujo, Olavo Nieno, Rosa Martins Costa Pereira, Saraya Bruxel

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R771 Rondônia 2000-2013 / Artur de Souza Moret, org. – São Paulo : Editora
Fundação Perseu Abramo, 2014.
116 p. : il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7643-269-2

1. Rondônia - Política. 2. Rondônia - Economia. 3. Aspectos sociais.
4. Rondônia - Administração pública. 5. Rondônia - Direitos
fundamentais. 6. Rondônia - Políticas públicas. I. Moret, Artur de
Souza. II. Série.

CDU 32(811.1)
CDD 320.981

SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO
- 9 INTRODUÇÃO
- 11 REFERÊNCIAS PRELIMINARES PARA A CARACTERIZAÇÃO DE RONDÔNIA
- 17 APRESENTAÇÃO ANÁLISE E PROPOSTAS ECONÔMICAS PARA O ESTADO DE RONDÔNIA
- 57 APRESENTAÇÃO ESTUDOS E ESTRUTURAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE RONDÔNIA
- 87 POPULAÇÕES E DIREITOS FUNDAMENTAIS EM RONDÔNIA
- 107 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

RONDÔNIA 2000-2013

ARTUR DE SOUZA MORET
ORG.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

INTRODUÇÃO

O livro *Rondônia 2000-2013* é resultado de um esforço conjunto do Partido dos Trabalhadores (PT) de Rondônia e da Fundação Perseu Abramo. Este é o primeiro livro dentro da esfera do PT, em Rondônia. Confiamos que seja o início de uma série promissora de construção de uma compreensão científica do estado, bem como na definição de propostas políticas que transformem este território em cenário promissor e, sobretudo, tomado de políticas públicas inclusivas e sustentáveis.

Os textos disponíveis traçam cenários e buscam respostas em algumas áreas do conhecimento. Na economia, inicia-se com a proposta para o planejamento de Rondônia, em três eixos de concepção: superação dos estrangulamentos do estado, implementação de ações estruturantes, e como referência espacial os Territórios da Cidadania. Traz também a seguinte questão: houve desenvolvimento econômico no estado de Rondônia a partir do ano de 2004, período que coincide com o governo do PT no país?.

Na Economia Solidária, os trabalhadores se deparam com exigências cada vez mais complexas relativas aos processos de autogestão de suas iniciativas coletivas, como a busca da eficiência e viabilização das atividades econômicas que realizam. Portanto, aponta-se como fundamental combinar processos integrados de qualificação social e profissional com oportunidades de elevação da escolaridade e principalmente políticas públicas que solucionem várias dessas dificuldades.

Na Agricultura Familiar, analisa-se que tanto os produtores da Agricultura Familiar quanto os do Agronegócio participam com características peculiares que

serão evidenciadas ao longo do texto para melhor compreensão do processo de desenvolvimento. Na questão energética, observa-se que a falta de planejamento elétrico em Rondônia é um empecilho ao uso de fontes alternativas. Faltam dados e informações para a tomada de decisão, seja do consumidor, seja do investidor em pequenas ou grandes cargas, tampouco há estudos para determinar o potencial de conservação de energia e da eficiência energética. Para fechamento desta fase, apresentamos o Programa Bolsa Família que tem retirado da pobreza absoluta uma quantidade significativa de brasileiros.

Em estudos e estruturas para o desenvolvimento de Rondônia, a indústria, comércio e serviços podem gerar e consolidar o processo do sistema produtivo, alicerçado na eficiência, competitividade, justiça social e respeito ao meio ambiente para pleno desenvolvimento sustentado de Rondônia. A educação, concebida como processo formativo do cidadão (ã), é uma das áreas mais importantes na perspectiva da inclusão, seja porque perpassa e constrói uma vida cidadã (desde a tenra idade) e pela construção da interpretação do mundo, seja porque a escola é um ambiente de socialização.

A área de Ciência e Tecnologia (C&T) assume um papel relevante e influenciador da distribuição de renda, do fomento a novas empresas; agrega trabalhadores às atividades econômicas e, sobretudo, aumenta o grau de eficiência econômica pela produção com maior valor agregado. No Plano Diretor, do total de municípios, 17 se enquadram na previsão legal do Estatuto da Cidade, devendo, portanto, elaborarem Planos Diretores participativos e democráticos.

No tema Populações Tradicionais e Direito Fundamentais, as populações tradicionais do Brasil se constituem numa gama de cidadãos e cidadãs espalhados por todo o território brasileiro. Estes povos se constituem em grupos culturalmente diferenciados que mantêm relações estreitas com o território e com o meio ambiente que estão inseridos, praticando atividades econômicas com baixa capacidade de exploração de produtos naturais, assim pode-se afirmar que praticam o desenvolvimento sustentável.

Em Direitos Indígenas, traçamos um cenário atual da situação dos direitos indígenas em Rondônia, à luz da construção etno-histórica deste território de conflitos, para contribuir na reflexão de quais caminhos as políticas públicas não devem seguir, considerando que os exemplos negativos superam os positivos.

Em Imigração, discutimos a imigração feminina como a preocupante condição de mulheres imigrantes, em especial, na cidade de Porto Velho, a partir de um fluxo migratório internacional. As haitianas são as mais visíveis, mas bolivianas, cubanas, peruanas, dentre outras nacionalidades, já compartilham o espaço urbano, ainda que quase invisivelmente pela população e pelas políticas.

REFERÊNCIAS PRELIMINARES PARA A CARACTERIZAÇÃO DE RONDÔNIA

Rondônia tem uma população de 1.562.405 habitantes (IBGE, 2010) e 52 municípios. Distribuindo os municípios por população temos: dois, acima de 100 mil habitantes; cinco, entre 50 e 100 mil habitantes; cinco, entre 30 e 50 mil habitantes; 24 municípios entre 10 e 30 mil habitantes; dez, entre 5 e 10 mil habitantes e seis municípios entre 2 e 5 mil habitantes (Tabela 1).

É importante destacar que 80% da população está concentrada em apenas 20 municípios, com população maior de 18mil habitantes, indicando um adensamento da ordem de 6,6 hab/km² que atualmente é o maior valor da região Amazônica, com valores crescentes ao longo das últimas décadas: 1950 (0.16 hab/km²), 1960 (0.30 hab/km²), 1970 (0.49 hab/km²), 1980 (2.12 hab/km²), 1991 (4.76 hab/km²) e 2000 (5.80 hab/km²). Rondônia tem apenas 5,4% do território nacional, 10% da população da região Norte do país e 27% da riqueza é oriunda do complexo agrosilvopastoril, demonstrando importância desse setor na economia do estado. O estado tem uma participação relevante do meio rural, com 50% da população vivendo direta ou indiretamente ligados a esta atividade econômica.

Rondônia é banhada pelas bacias hidrográficas: Madeira (31.422 km²), Guaporé (59.339 km²), Mamoré (22.790 km²), Jamari (29.102 km²), Machado (80.630 km²), Abunã (4.792 km²) e Roosevelt (15.538 km²). Destacando que o deslocamento de pessoas e de produtos por essas vias úmidas não é relevante.

O estado tem o eixo rodoviário baseado na BR 364 (Sul para Norte), BR 429 (Centro para Oeste), BR 421 (Centro para Oeste), BR 425 (Centro para

Tabela 1

Rondônia – População
2012

| Município | População | População urbana | Área total km ² | Hab/km ² |
|---------------------------|-----------|------------------|----------------------------|---------------------|
| Porto Velho | 428527 | 390733 | 34096,4 | 12,6 |
| Ji-Paraná | 116610 | 104858 | 6896,7 | 16,9 |
| Ariquemes | 90353 | 76525 | 4426,6 | 20,4 |
| Cacoal | 78574 | 61921 | 3792,8 | 20,7 |
| Vilhena | 76202 | 72218 | 11519 | 6,6 |
| Jaru | 52005 | 35118 | 2944,1 | 17,7 |
| Rolim de Moura | 50648 | 41429 | 1457,9 | 34,7 |
| Guajará-Mirim | 41656 | 35207 | 24855,8 | 1,7 |
| Ouro Preto do Oeste | 37928 | 28180 | 1969,9 | 19,3 |
| Pimenta Bueno | 33822 | 29417 | 6240,9 | 5,4 |
| Buritis | 32383 | 18122 | 3265,8 | 9,9 |
| Machadinho D'Oeste | 31135 | 16173 | 8509,3 | 3,7 |
| Espigão D'Oeste | 28729 | 20610 | 4518 | 6,4 |
| Alta Floresta D'Oeste | 24392 | 13970 | 7067 | 3,5 |
| Nova Mamoré | 22546 | 13067 | 10071,7 | 2,2 |
| Presidente Médici | 22319 | 13303 | 1758,5 | 12,7 |
| São Miguel do Guaporé | 21828 | 8470 | 8007,9 | 2,7 |
| Nova Brasilândia D'Oeste | 19874 | 8380 | 1155,4 | 17,2 |
| Candeias do Jamari | 19779 | 12887 | 6843,9 | 2,9 |
| Colorado do Oeste | 18591 | 13657 | 1451,1 | 12,8 |
| Alto Paraíso | 17135 | 8202 | 2651,8 | 6,5 |
| Cerejeiras | 17029 | 14419 | 2783,3 | 6,1 |
| Alvorada D'Oeste | 16853 | 8824 | 3029,2 | 5,6 |
| São Francisco do Guaporé | 16035 | 8227 | 10959,8 | 1,5 |
| Cujubim | 15854 | 11043 | 3863,9 | 4,1 |
| Monte Negro | 14091 | 7390 | 1931,4 | 7,3 |
| Costa Marques | 13678 | 7497 | 4987,2 | 2,74 |
| Urupá | 12974 | 5137 | 831,9 | 15,6 |
| Alto Alegre dos Parecis | 12816 | 3657 | 3958,3 | 3,24 |
| Campo Novo de Rondônia | 12665 | 3371 | 3442 | 3,7 |
| Mirante da Serra | 11878 | 6444 | 1191,9 | 10,0 |
| Seringueiras | 11629 | 4397 | 3773,5 | 3,0 |
| Theobroma | 10649 | 1978 | 2197,4 | 4,9 |
| Governador Jorge Teixeira | 10512 | 2361 | 5067,4 | 2,1 |
| Ministro Andreazza | 10352 | 3074 | 798,1 | 13,07 |
| Novo Horizonte do Oeste | 10240 | 1733 | 843,4 | 12,1 |

| | | | | |
|-----------------------|---------|------|----------|------|
| Vale do Anari | 9384 | 3192 | 3135,1 | 3,0 |
| Santa Luzia D'Oeste | 8886 | 4525 | 1197,8 | 7,4 |
| Corumbiara | 8783 | 2590 | 3060,3 | 2,9 |
| Itapuã do Oeste | 8566 | 5222 | 4081,6 | 2,1 |
| Chupinguaia | 8301 | 3663 | 5126,7 | 1,6 |
| Vale do Paraíso | 8210 | 2276 | 965,7 | 8,5 |
| Nova União | 7493 | 1541 | 807,1 | 9,3 |
| Cabixi | 6313 | 2693 | 1314,4 | 4,8 |
| São Felipe D'Oeste | 6018 | 1444 | 541,6 | 11,1 |
| Cacaulândia | 5736 | 2069 | 1961,8 | 2,9 |
| Teixeirópolis | 4888 | 1716 | 460 | 10,6 |
| Parecis | 4810 | 1774 | 2548,7 | 1,9 |
| Castanheiras | 3575 | 836 | 892,8 | 4 |
| Primavera de Rondônia | 3524 | 1284 | 605,7 | 5,8 |
| Rio Crespo | 3316 | 1064 | 1717,6 | 1,9 |
| Pimenteiras do Oeste | 2315 | 1292 | 6014,7 | 0,4 |
| Total | 1562409 | | 237590,8 | 6,6 |

Fonte: IBGE, 2012

Oeste) chegando a Guajará Mirim e RO 133 (Centro para Leste) atingindo Machadinho do Oeste. A dinâmica de transporte de mercadorias e pessoas está baseada nesses eixos, interligando-se às estradas vicinais.

As distâncias, a dispersão populacional os contrastes oferecidos pelo mosaico do solo e clima, bem como sua heterogeneidade populacional, indicam o imenso desafio a ser assumido pelo poder público para o planejamento e a execução de políticas que visem ao desenvolvimento equitativo para o estado de Rondônia. Para efeito de informação, Rondônia tem uma área 237.576 km² e é menor 10.633 km² do que o estado de São Paulo.

O estado de Rondônia teve sua origem a partir do desprendimento de parte do estado do Amazonas e parte do estado do Mato Grosso, no ano de 1943, quando da criação do território federal do Guaporé, sendo que anos mais tarde, em 1956, passou ser chamado de território federal de Rondônia em homenagem ao sertanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958). Já no ano de 1981, o território federal tornou-se estado de Rondônia.

Rondônia, estado relativamente novo na federação, está inserido no contexto amazônico de desenvolvimento dominado principalmente por uma economia agroextrativista de base rural que perdurou mais de 500 anos. Na década de 1960 a ação governamental de ocupação da Amazônia teve como fundamento a consideração deste espaço como fronteira agrícola (CARVALHO, 2005).

Rondônia tem se caracterizado pelo crescimento econômico com base em ciclos expansivos. Em 1970 a população era de 111 mil e em 1990 passou a 1,2 milhões. Os ciclos econômicos que moldaram a economia do estado foram: Ciclo do Telégrafo (1920-1940), Primeiro e Segundo Ciclo da Borracha (1877-1912), Ciclo da Cassiterita e do Ouro (1960-1971), Ciclo da Agropecuária (1980-Atual), priorizando o desmatamento (FONSECA, 2007), e desde 2002 iniciou a construção de duas grandes hidrelétricas (potência instalada somada de 6.500MW). Estes ciclos marcaram a formação econômica de Rondônia de forma que muito de sua conjuntura atual possa ser explicada por tais processos históricos.

O total de estabelecimentos rurais ultrapassa 80 mil, respondendo por mais de 8 milhões de hectares cultivados e 277 mil trabalhadores diretamente envolvidos com a atividade, um terço deles de mulheres agricultoras. Injusta e desproporcional é a relação desta massa de cidadãos e trabalhadores com o acesso a políticas públicas. Apesar de sua importância para a economia do estado, menos de 20% destes estabelecimentos receberam financiamento, quer seja para investimento, custeio ou comercialização. Dessa forma, apenas os recursos do governo federal estão internalizados na produção, ou seja, 1,5% de todos os recursos destinados são a atividade no país (EMATER, 2011).

Segundo o IBGE, Rondônia possui um índice de 27% de pobreza, que ganha robustez quando avaliada sob a ótica da pobreza subjetiva, cujo índice é de 31%. A taxa de analfabetismo funcional, segundo a Unesco, tem valor próximo de 25%, 37% dos jovens de 18 a 19 anos só trabalham e estão fora da escola, 51 % das crianças que têm até seis anos vivem em famílias com renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo mensal (MORET, 2012).

Nos últimos anos foi introduzido no Brasil um ente territorial denominado de Território da Cidadania¹ que é a agregação de municípios com proximidade de características econômicas e ambientais, bem como identidade e coesão social, cultural e geográfica. Essa proximidade e identidade têm como objetivo catalisar recursos humanos e financeiros, a articulação de atividades e ações, bem como o necessário monitoramento.

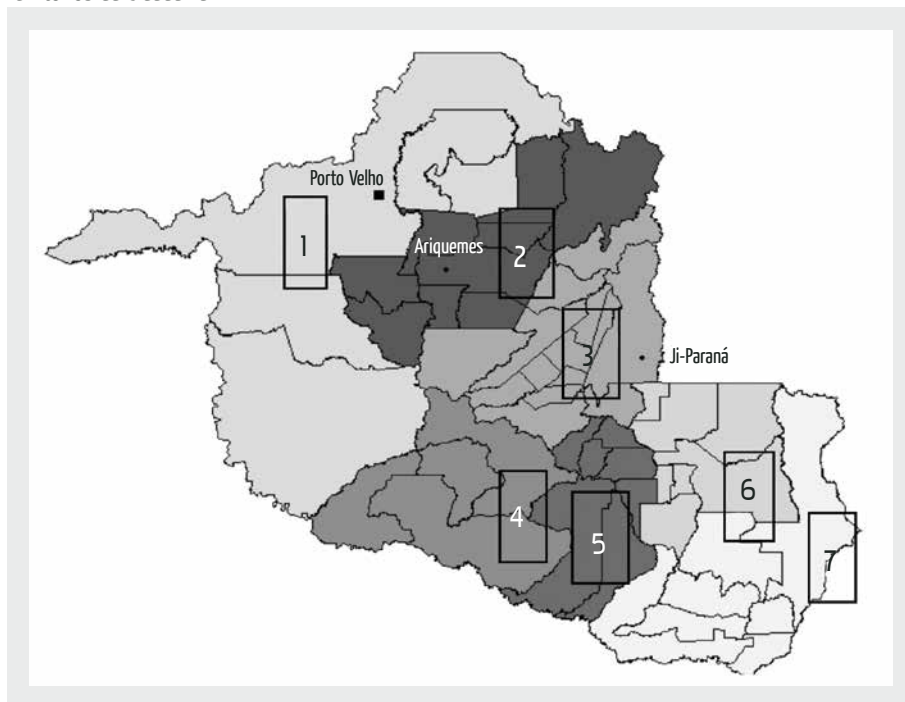
O Território da Cidadania foi proposto pelo governo federal como forma de:

(...) promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre governo federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. (BRASIL, 2008)

1. O programa do governo federal do Território da Cidadania pode ser acessado em: www.mda.gov.br/o/3577826.

Figura 1

Territórios da Cidadania



Fonte: Semac/Suplan/2011.

Rondônia tem sete Territórios da Cidadania (Figura 01), entretanto somente três já estão implantados (Madeira Mamoré, Jamari e Central). Os municípios pertencentes a cada território do estado de Rondônia estão apresentados a seguir:

1- Território Madeira Mamoré: Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Nova Mamoré e Guajará-Mirim;

2- Território Vale do Jamari: Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacauplândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Machadinho do Oeste, Monte Negro e Rio Crespo;

3- Território Central: Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Vale do Anari, Vale do Paraíso, Urupá e Alvorada d'Oeste;

4- Território Vale do Guaporé: São Miguel, São Francisco, Seringueiras e Costa Marques;

5- Território Alta Floresta: Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Nova Brasilândia, Novo Horizonte, Rolim de Moura e Santa Luzia;

6- Território Rio Machado: Cacoal, Pimenta Bueno, Ministro Andreazza, São Felipe, Espigão do Oeste, Primavera de Rondônia e Parecis;

7- Território Cabixi: Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Pimenteiras e Vilhena.

ANÁLISE E PROPOSTAS ECONÔMICAS PARA O ESTADO DE RONDÔNIA

CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO PARA O ESTADO DE RONDÔNIA

O planejamento e a execução de ações para o estado de Rondônia se constituem em tarefa ímpar para um governo, pois no momento atual estudado (2000-2010) há limitação de recursos financeiros e humanos para essas tarefas, dessa forma, os passos dados deverão obedecer a lógicas rígidas e definidas na alocação de recursos financeiros e uso de competências. Assim, o planejamento e as ações estarão baseados em três eixos de concepção: superação dos estrangulamentos do estado, implementação de ações estruturantes e, como referência espacial, os Territórios da Cidadania.

Os objetivos a serem atingidos com o planejamento e execução dessas atividades têm como referência os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, que são descritos a seguir:

- Erradicar a extrema pobreza e a fome;
- atingir o ensino básico universal;
- promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- reduzir a mortalidade na infância;
- melhorar a saúde materna;
- combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
- estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento;
- todos trabalharem pelo Desenvolvimento.

Precedido a isso, discorre-se sobre um diagnóstico claro da situação econômica e político do estado de Rondônia, servindo como questões balizares para a efetivação do planejamento.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE: QUESTÕES BALIZARES PARA O PLANEJAMENTO

I - O crescimento da economia regional é resultado do forte investimento do governo federal (principalmente pelo PAC), da inserção nos fluxos e na dinâmica econômica com as fronteiras boliviana e peruana. Nos próximos dez anos, as ações públicas e políticas devem ser dispostas de conhecimentos e habilidades políticas para compreender os desafios impostos ao estado de Rondônia. Requerendo capacidade de gestão, de planejamento e definição de projetos essenciais, além de construir relacionamentos efetivos e parcerias com o governo federal, com as municipalidades e com outros países, visando tirar maior proveito deste contexto inovador de integração da economia.

II- O aumento da violência nas zonas urbanas pode ser consequência do desenvolvimento desordenado, desequilibrado e, sobretudo, concentrador de renda. É preciso desenvolver ações para evitar o aumento do conflito social e a desigualdade regional entre os pequenos, médios e grandes municípios rondonienses. Dessa forma, o governo no seu papel indutor e de controle, deve adotar medidas de planejamento e ação, ampliando os gastos com a melhora da rede pública de saúde, educação e segurança, atenção aos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade.

III- O êxodo rural produz crescimento desordenado nas cidades polos, vácuo de mão de obra nas áreas rurais, oportunidade para o aumento das áreas rurais, bem como consequência da concentração dessas áreas. Essas questões exigirão a ampliação dos investimentos em equipamentos urbanos, tais como asfalto, moradia, drenagem, saneamento, lazer, acesso da população à inclusão digital e aos bens culturais entre outros, feitos em parceria com os municípios e com a União.

IV- O grande crescimento econômico atual favorece o fortalecimento de empresas locais, aceleração da industrialização, principalmente nos setores da agricultura, pecuária, piscicultura, construção civil, serviços, do mobiliário, do extrativismo e extração e beneficiamento mineral na pequena e média propriedade em face da ampliação e acesso aos países vizinhos. A saída para o pacífico e as vias de integração com os países latino-americanos atrairão a vinda de empresas nacionais para se valerem do comércio asiático ou latino-americano.

V- A exposição dos produtos brasileiros e rondoniense a novos mercados exigirá a melhora da qualidade e inovação tecnológica, necessitando-se um gran-

de aporte de investimentos em pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e parcerias com universidades e centros de pesquisas públicas e privadas.

VI- As potenciais condições de desenvolvimento sustentável irão exigir ambiente de estabilidade política e institucional, com superação dos passíveis históricos ambiental e o fundiário, e o fortalecimento das instituições de estado, em especial o serviço público que deverá contar com carreiras e políticas remuneratórias adequadas.

VII- A modernização da máquina pública e funcionamento regular e eficiente dos poderes constituídos exigirão do novo governo capacidade de gestão, diálogo, respeito e igualdade com a sociedade e os demais poderes.

VIII- Ao se constituir como estado dotado de ampla diversidade étnica e cultural, as políticas indutoras ao desenvolvimento do novo governo devem considerar as populações tradicionais das florestas como os indígenas, quilombolas, extrativistas, garimpeiros e ribeirinhos, respeitando suas peculiaridades culturais e regionais.

IX- A produção de alimentos de origem animal e vegetal e sua destinação aos novos mercados devem incorporar novos processos de produção e certificação, principalmente no tocante à origem e regularidade ambiental. O cumprimento da lei de zoneamento socioeconômico e ecológico será fator fundamental para conceder aos produtos vantagem comparativa em relação aos de outros estados brasileiros, que também se utilizarão das vias de integração que cortarão Rondônia.

X- A previsível superação do modelo anterior, pautado na produção primária e no agroextrativismo, deverá dar lugar a um pujante processo de industrialização, exigindo trabalhadores mais qualificados nos novos processos de produção. O aumento da rede pública de ensino profissional e tecnológico, complementando a rede federal de ensino, passa a ser prioridade básica à sustentação do desenvolvimento.

XI- O aumento do comércio regional exigirá ampliação dos investimentos do governo estadual na infraestrutura de transporte, visando o escoamento da produção local. O novo governo estabelecerá uma nova política de construção e manutenção de estradas vicinais e coletoras, em parceria com os governos municipais e federal, interligando-as com as estradas federais. Também deverá construir, reformar e manter aeroportos regionais, alfandegar o aeroporto de Porto Velho, Ji-Paraná e Cacoal, transferir e ampliar o terminal graneleiro de Porto Velho, tornando-o porto multiuso, construir e manter portos fluviais nas bacias hidrográficas existentes em Rondônia, aproveitando-se da integração dos modais de transporte e estabelecer com os municípios, zonas industriais incentivadas.

ESTRANGULAMENTOS ATUAIS DE RONDÔNIA QUE PRECISAM SER SUPERADOS

Os estrangulamentos se constituem nos gargalos em infraestrutura, formação de recursos humanos e legislação que impedem um franco e permanente desenvolvimento que altere positivamente a qualidade de vida dos moradores do estado de Rondônia. Os estrangulamentos atuais podem ser sintetizados por: i- infraestrutura de transporte e deslocamento, infraestrutura para a Saúde; ii- formação de profissionais nas áreas de: turismo, couro, leite, carnes, pesca (Aquicultura), saúde (Medicina, Enfermagem), agricultura (Agroecologia), recursos hídricos, gestão florestal, gestão ambiental, gestão para o extrativismo, logística, bioenergia, segurança, professores na área de ciência (Física, Química, Biologia e Matemática); iii- formação e capacitação em nível de especialização, de mestrado e de doutorado dos professores atuantes na rede estadual, iv- Regularização fundiária rural e urbana; v- programas de habitação; vi- estrutura de logística e modal de transporte, vii- legislação clara e objetiva para a arrecadação de impostos e legislação de subsídios a empresas e instituições; viii- política de meio ambiente; ix- política administrativa e de pessoal.

REFERÊNCIA ESPACIAL

A referência espacial para o planejamento do estado de Rondônia baseia-se nos Territórios da Cidadania, porque agrupam municípios com similaridades econômicas, ambientais, identidade e coesão social, cultural e geográfica. Essa articulação pode catalisar recursos humanos, financeiros, atividades e ações, sobretudo, otimizar a alocação de recursos financeiros.

PROPOSTAS DE AÇÕES ESTRUTURANTES

As ações estruturantes são aquelas vinculadas e implantadas para superar os estrangulamentos, ou seja, são aquelas que ao serem implementadas tenham como resultado a superação de um ou mais tipos produzindo resultados naquele e noutros estrangulamentos, de forma que sejam catalisadores e influenciadores do desenvolvimento de Rondônia. As ações estruturantes serão realizadas através da atuação em três níveis:

- alta complexidade- ações estruturantes no nível agregado geográfico do estado, através da proposição e suporte às políticas públicas catalisadoras capazes de levar o estado de Rondônia ao desenvolvimento equitativo.

- média complexidade- atividades estruturantes para o nível dos Territórios da Cidadania visando a implementação das políticas públicas numa porção menor da área geográfica, melhorando assim a articulação e gestão das políticas.

■ baixa complexidade- ações estruturantes no nível do município visando agregar as competências e energias para implementar as políticas públicas.

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE RONDÔNIA A PARTIR DE 2004

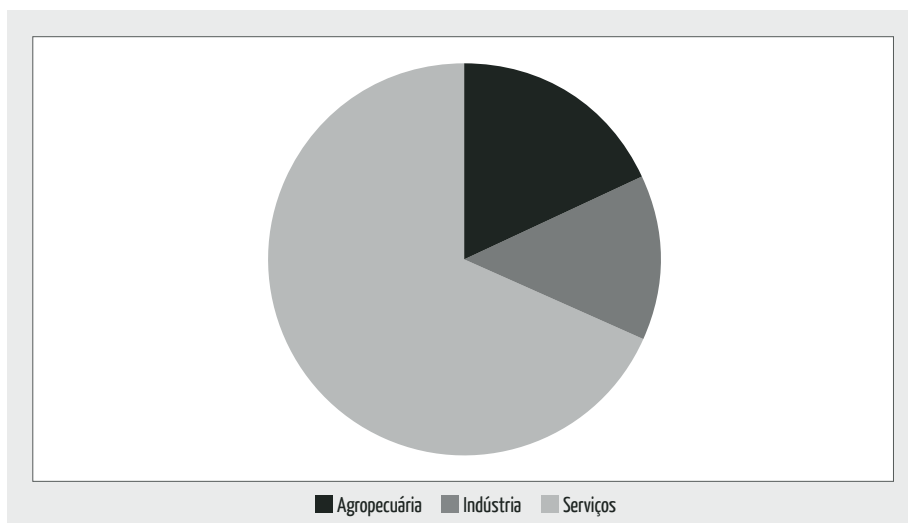
Em 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) estadual foi de R\$ 15 bilhões, correspondendo a 0,6% de toda riqueza gerada no Brasil naquele ano. No âmbito regional, a contribuição foi de 11,2%, sendo a terceira maior economia, atrás somente do Pará (37,1%) e Amazonas (31,5%).

O Gráfico 1 demonstra a atual estrutura do PIB do estado, destacando a importância na geração de riqueza do setor dos serviços, a seguir da agropecuária e por último da indústria.

Os dados da SEPLAN (2012) mostram que no setor dos serviços as maiores participações no valor adicionado bruto total a preços básicos ficaram a cargo da administração pública com 28,02% em 2009, seguida de comércio e serviços de manutenção e reparação com 14,81%. No setor agropecuário a maior participação se dá na pecuária e pesca com 12,28% e na agricultura, silvicultura e exploração florestal com 11% e atividades imobiliárias e aluguel com 7,45%. Ainda destaca-se a baixa participação da indústria, sendo a indústria de transformação com 6,45% o setor mais importante da indústria regional.

Gráfico 1

**Rondônia – Composição do PIB
2010**



Fonte: SEPLAN, 2012.

Contudo propomos responder neste item a pergunta: houve desenvolvimento econômico no estado de Rondônia a partir do ano de 2004, período que coincide com o governo do Partido dos Trabalhadores governando o país?

ASPECTOS TEÓRICOS

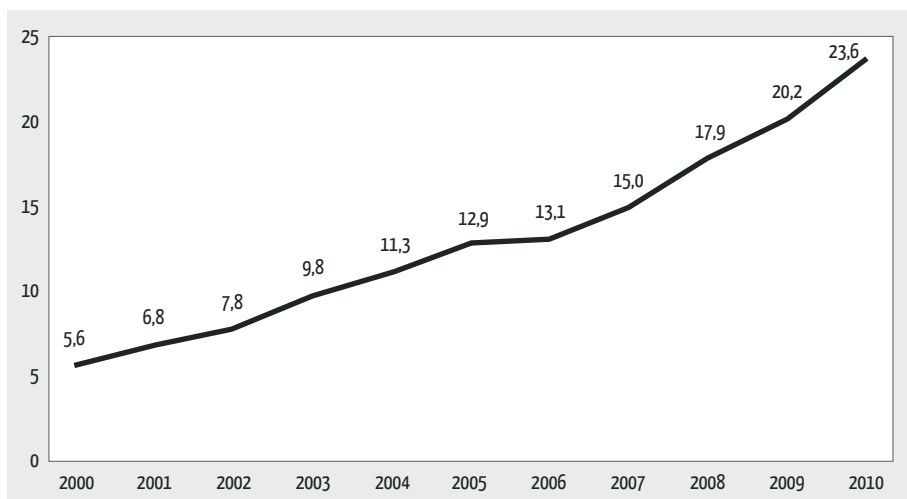
A análise da trajetória econômica do estado passa pela compreensão do conceito de desenvolvimento econômico. Conceito mais amplo e muitas vezes confundido com crescimento econômico. Em termos de crescimento econômico o estado de Rondônia apresenta uma trajetória crescente do PIB, ver Gráfico 2, que também resultaria no aumento da renda *per capita* estadual.

Embora a Figura 03 descreva um processo econômico em expansão, nem sempre significa desenvolvimento econômico. Para Bresser (2008) desenvolvimento econômico é um processo mais amplo de transformação não só econômica, como política, social e ambiental, por meio do qual o crescimento do padrão de vida da população, depois de instalado, tende se a tornar automático e autônomo. Como visto, esse conceito perpassa o econômico e permeia um amplo espectro de áreas da vida social.

Diversos estudos contribuíram para a continuação do debate em torno do tema desenvolvimento e, nos últimos anos, é notável a forte tendência em resumir as informações sobre determinada realidade estudada em único indicador. O

Gráfico 2

Rodônia – Trajetória do PIB (em R\$ bilhões)
2000-2009



Fonte: IBGE, 2010; SEPLAN-RO.

indicador sintético mais conhecido e difundido é, sem dúvida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desde 1990, para diversos países e divulgado através da publicação anual Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD-2002).

Observa-se assim, uma tendência analítica de considerar a realidade social como um sistema formado e necessariamente explicado por um conjunto de aspectos e variáveis que incidem na qualidade de vida da população.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Em se tratando de averiguar se houve desenvolvimento econômico na região se faz necessário observar a tendência, crescente ou decrescente, de diferentes aspectos da vida econômica social do estado, que explicam melhorias, ou retrocessos da qualidade de vida da população.

Assim, se propõe analisar em pelo menos quatro dimensões (econômica, social, ambiental e de infraestrutura), e um amplo conjunto de variáveis explicativas das mesmas (SILVA, 2008). As informações necessárias para a construção das variáveis vêm das mais diversas fontes secundárias de informações estatísticas oficiais, disponíveis em *sites*, podendo-se citar o da Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia (SEPLAN), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Portal de Informações do governo do estado de Rondônia, entre outros.

As informações coletadas em cada dimensão permitirão entender se essa dimensão avançou ou regrediu no tempo. Sendo que se uma das dimensões regrediu no tempo implicará ausência de desenvolvimento econômico e presença de, apenas, crescimento em algumas variáveis ou dimensões específicas, porém não no sistema como um todo.

RESULTADOS DA DIMENSÃO ECONÔMICA

Como já apresentado, o estado de Rondônia vem mostrando índices crescentes de PIB no período analisado, segundo ficou evidenciado na Figura 03. Pode-se acrescentar que, segundo dados do IBGE/SEPLAN-RO. Contas Regionais do Brasil – 2005-2009, o setor produtivo de maior crescimento é o agropecuário. Mas sabe-se que a tecnologia utilizada neste setor é poupadora de mão de obra, fruto de uma política de ocupação voltada para extensão da fronteira agrícola, com base familiar, e incapaz de gerar as interconexões verticais e horizontais necessárias para a industrialização local (CARVALHO, 2005).

Assim, o crescimento da dimensão econômica reside na expansão de atividades basicamente primárias, constituídas de cadeias produtivas de curta extensão. Por exemplo, a pecuária de carne bovina constitui o principal

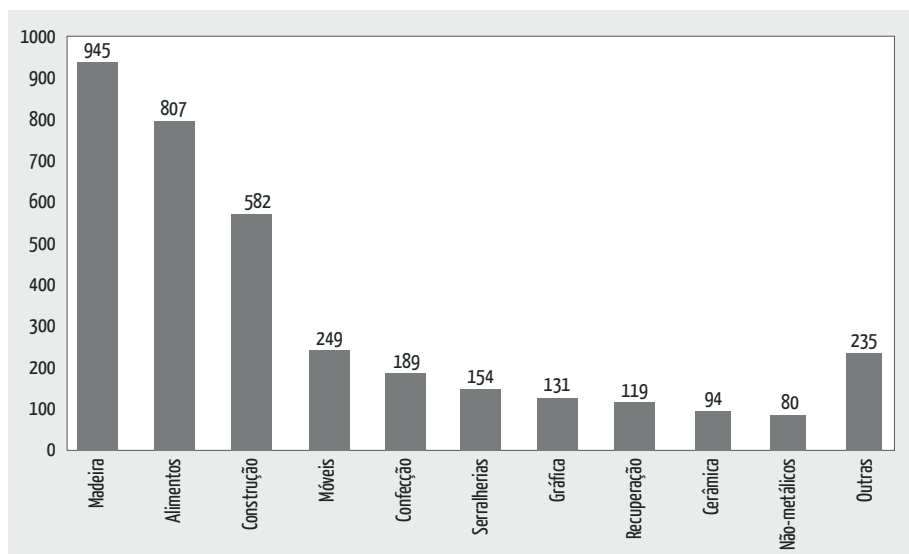
produto de exportação de Rondônia (60%), o extrativismo vegetal, especificamente madeira e borracha, é responsável por 13% das exportações. Na agricultura tem destaque a produção de café, cacau, milho, arroz, soja e mandioca; o Gráfico 3 mostra a estrutura industrial do estado.

O setor secundário, que compreende as indústrias, reconhecido por provocar crescimentos econômicos mais sólidos, está representado por poucas indústrias do ramo alimentar (laticínios e frigoríficos) e pela mineração (cassiterita). Ainda que com o estabelecimento das usinas do Madeira vieram indústrias como de cimento (Votorantim) e de bens de capital (IMMA), mesmo com esse aporte, o setor industrial ainda é incipiente.

O setor terciário da economia é o de maior representação do PIB. Os serviços estão representados principalmente pela administração pública. Esta dimensão econômica vem sendo agraciada pela implantação de grandes projetos federais (no passado por ciclos econômicos extrativistas), como o caso das usinas do Madeira, financiadas pelo PAC (US\$ 22 bilhões), a expansão da usina Santo Antonio, a construção da usina do rio Machado e, como se espera da ferrovia transcontinental, autorização já publicada no Diário Oficial da União. Com isso, pode-se esperar a continuidade do crescimento do setor (e da dimensão) econômico do estado.

Gráfico 3

Rodônia – Número de estabelecimentos industriais por atividade econômica 2003



Fonte: FIERO, SEBRAE, 2003.

RESULTADOS DA DIMENSÃO SOCIAL

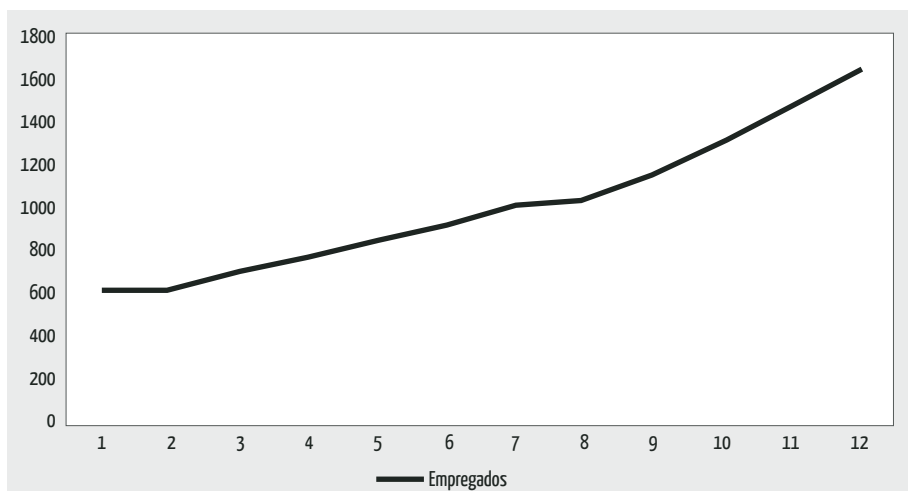
Nos últimos anos a política de realização de grandes investimentos estatais (PAC), com a própria dinâmica da economia local, tem movimentado o estado em termos de aumento do número de empregos. Segundo o Gráfico 4, o emprego no estado apresentou uma tendência crescente.

Essas benesses da economia em expansão do emprego e renda refletem na qualidade de vida do rondoniense. Segundo dados do Atlas do desenvolvimento social do Brasil, o índice de esperança de vida ao nascer melhorou 15,6%, passando de 63,11 anos em 1991 para 72,97 anos em 2010 (PNUD et. al., 2013). Em relação à taxa de mortalidade infantil até um ano de vida, observou-se redução de 57,5%, ao se passar de 42 crianças mortas a cada mil nascidas vivas em 1991 para 18 crianças em 2010. Desafortunadamente, este desempenho encontra-se distante da realidade latino-americana (PNUD, et. al., 2013).

Em relação ao setor da educação se verificou taxas de analfabetismo cada vez menores. A percentagem de analfabetos na população de 11 a 14 anos caiu 79,3% de 1991 a 2010. E para as populações entre 15 e 17 anos e 18 e 24 anos houve uma redução de 81% e 83% respectivamente. Sinal de que os esforços positivos realizados na educação refletem no crescimento do IDEB estadual (3,6 em 2005, 4,0 em 2007, 4,3 em 2009 e 4,7 em 2010), mesmo que aquém da meta de 6 pontos para 2021. (INEP, <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/planilhas-para-download>).

Gráfico 4

Rodônia – Evolução do emprego
2001-2012



Fonte: IBGE, 2010.

A sociedade rondoniense vem participando das políticas federais de transferência de renda, com a expansão do emprego vem permitindo a diminuição das desigualdades sociais. O Índice de GINI diminuiu 9,6% de 1991 a 2010, passando de 0,62 a 0,56, respectivamente. Consequentemente, a população de pobres (com menos de R\$ 140,00/mês) diminuiu 69,2% no período, passando de 48,19% em 1991 para 14,8% em 2010.

Indubitavelmente, os aspectos sociais do desenvolvimento apresentam melhorias significativas, sendo que o IDHM passou de 0,40 pontos para 0,69, o que representou um aumento de 69% no período. Em síntese, Rondônia apresentou melhorias contínuas na dimensão social.

RESULTADOS DA DIMENSÃO DE INFRAESTRUTURA

A partir da construção das usinas do Madeira houve avanços no sistema de distribuição de água no estado. Esses avanços tiveram recursos de compensação ambiental das usinas e do PAC. Segundo o PNUD et. al. (2013), a percentagem da população em domicílios com água encanada aumentou 129,17% de 1991 a 2010, sendo no último ano de 2010 de 95,13% da população total. Porém, segundo IBGE, no relatório de Saneamento Básico de 2008, ainda Rondônia aparece no cenário nacional como estado desprovido de um sistema geral de abastecimento de água em pelo menos um distrito, sendo em quatro municípios.

Em relação à percentagem da população de domicílios com coleta de lixo houve aumento, passando de 60,65% em 1991 para 94,64% em 2010. Contudo, existem muitos lixões estaduais próximos a locais urbanos e fontes de águas, ainda fora dos padrões desejáveis². Em relação aos domicílios atendidos por rede coletora de esgoto, Rondônia possui apenas 1,6% da população. (IBGE, 2008)

Por outro lado, a percentagem de domicílio com energia elétrica se alterou expressivamente, representando um acréscimo de 61,5%, em 2010 em relação a 1991, ao chegar em 97,26% da população em 2010. Também houve avanços na pavimentação de ruas e estradas no estado. Segundo o Departamento de Estradas e Rodagens (DER) do estado, o programa “Asfalto Bom” acrescentaria 500 quilômetros de pavimentação de ruas nos 52 municípios, sendo investidos mais de 130 milhões de reais. Ainda que, em sua maioria, o asfalto seja colocado sem drenagem gerando transtornos no período de chuva (LIMA, 2013).

Assim, essa dimensão ainda é insuficiente para alavancar o desenvolvimento socioeconômico do estado.

2. A lei 12.305/10 de 02/08/2010 cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos que ditava prazo de quatro anos para que os lixões fossem eliminados.

RESULTADOS NA DIMENSÃO AMBIENTAL

Nesta dimensão os resultados são preocupantes em termos de desenvolvimento sustentável, resultado do modelo econômico baseado na exploração dos recursos naturais do estado. A começar pela questão dos lixões a céu aberto, mencionado anteriormente, que é um grande problema, por ser poluente, um vetor de contaminação ao solo e à água, e baixa qualidade de vida daqueles que vivem próximos e trabalham nos lixões.

No que se refere ao desmatamento, a posição do estado é controvertida, atingindo 32% do território do estado (VERISSIMO & RIBEIRO, 2007), mesmo que o desmatamento de Rondônia tenha aumentado 811% em apenas seis meses, segundo o jornal digital Amazonas 247. De janeiro a junho do ano de 2013, o estado perdeu 41 mil hectares, segundo os dados do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) estadual. Cabe mencionar os avanços no combate às queimadas, que segundo a SEDAM (2013), reduziram o desmatamento em 44,9% no comparativo de julho de 2012 e julho de 2013, resultado de investimento em fiscalização e monitoramento.

Sob essas condições esta dimensão ambiental não alavanca o desenvolvimento sustentável do estado.

PROPOSTAS INTEGRADORAS PARA A ECONOMIA

Antes de se passar às considerações finais no que se refere à economia, segue uma lista de propostas, dentro da perspectiva do conceito de Desenvolvimento Sustentável, para transformar Rondônia numa economia sustentável:

- Investimento na construção de infraestrutura para o escoamento da produção dos produtores familiares e suas transformações em produtos de maior valor agregado.

- A infraestrutura deve estar baseada em três eixos: escoamento da produção desde a área de produção familiar até as indústrias de beneficiamento, armazenamento da produção e indústria de beneficiamento para agregar valor.

- Apoio para a instalação e consolidação de indústrias e agroindústrias que agregam valor a produção de Rondônia.

- Disponibilização e desburocratização de microcréditos para a agricultura familiar.

PROPOSTAS PARA ALAVANCAR A ECONOMIA DE RONDÔNIA

A partir das considerações feitas nas quatro dimensões propostas, sem incluir a dimensão política/institucional (que foi abalada em 2012/2013 por diversos escândalos de corrupção política), o estado apresenta crescimento econômico em alguns setores da sociedade, tal como o econômico e o social,

porém não é possível asseverar a presença de desenvolvimento socioeconômico sustentável.

■ A dimensão infraestrutura necessita de investimento porque é uma das bases de sustentação para o desenvolvimento equilibrado do estado.

■ A dimensão ambiental é um problema grave, porque os recursos naturais são considerados apenas como insumo e não como recurso a ser preservado e/ou para uso coletivo, portanto os investimentos devem ser de tal ordem na estruturação de políticas para a preservação e consolidação visando ao Desenvolvimento Sustentável.

■ As atividades econômicas ainda estão baseadas nos setores primários e terciários, portanto é necessário investir no setor secundário.

■ É necessário realizar investimentos para a formação e capacitação de recursos humanos visando implementar atividades econômicas de alta tecnologia, utilizando a biodiversidade como elemento indutor, tais como a indústria química, fármacos.

UMA NOVA ECONOMIA PARA RONDÔNIA: ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária atualmente tem sido uma importante resposta em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. Hoje no Brasil são milhares de organizações coletivas, organizadas sob a forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário. Trata-se de uma importante alternativa de inclusão social pela via do trabalho e de renda, combinado à cooperação, à autogestão e à solidariedade na realização de atividades econômicas.

Os trabalhadores da economia solidária se deparam no cotidiano com exigências cada vez mais complexas relativas aos processos de autogestão de suas iniciativas coletivas, bem como da necessária busca da eficiência e viabilização das atividades econômicas que realizam. Para isso, é fundamental combinar processos integrados de qualificação social e profissional com oportunidades de elevação da escolaridade e principalmente políticas públicas que venham ao encontro para solucionar várias dessas dificuldades.

A parcela da população que pode ser beneficiada pela Economia Solidária é grande no Brasil, devido à imensa lacuna entre ricos e pobres. Segundo o IBGE (2012):

aqueles 1% mais ricos da população acumula o mesmo volume de rendimentos dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres. Metade dos trabalhadores brasileiros ganha até dois salários-mínimos e mais da metade da população ocupada não contribui para a Previdência.

Essa realidade é apresentada na Tabela 2 a seguir, onde a renda *per capita* é desagregada no Brasil, no Nordeste e no Sudeste, demonstrando que esta concentração de até um salário-mínimo é de 60,1% no Brasil, 58,8% no Sudeste e este valor fica maior no Nordeste em 61,9%.

Tabela 2

Brasil, Nordeste e Sudeste – Renda desagregada por faixa (em %)
2012

| Salário-mínimo | Brasil | Nordeste | Sudeste |
|----------------|--------|----------|---------|
| Até 1/4 | 7,7 | 17,4 | 3,4 |
| 1/4 a 1/2 | 27,6 | 29,5 | 26,4 |
| 1/2 a 1 | 24,8 | 15,0 | 29,0 |
| 1 a 2 | 8,3 | 4,1 | 10,2 |
| 2 a 3 | 6,0 | 2,7 | 7,7 |
| 3 a 5 | 15,2 | 24,2 | 10,6 |
| Mais de 5 | 5,1 | 2,5 | 6,3 |
| Até 1 | 60,1 | 61,9 | 58,8 |

Fonte: IBGE, 2012

Esses valores são importantes porque indicam que a atuação em Economia Solidária pode alterar o quadro econômico no Brasil com inclusão econômica e social (CARVALHO, 2011). Neste texto, entendemos que as famílias mais propícias de intervenção através da Economia Solidária são aquelas com renda *per capita* de até um salário-mínimo apresentada na Tabela 3. Assim, previmos o total de 120 milhões de pessoas (considerando três pessoas por núcleo familiar) da ordem de pessoas. Além disso, também apresentamos a seguir o total de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família e que estão incluídas nessa parcela com rendimentos de até um salário-mínimo; a diferença entre estas duas parcelas é (ainda) grande, são 26,4 milhões de famílias no Brasil, demonstrando que há

Tabela 3

Brasil – População e famílias por faixa de renda e atendidas pelo Bolsa Família (em milhões)
2012

| Salário-mínimo | Famílias | População |
|--------------------------------------|------------|-------------|
| Até 1/4 | 5.159.000 | 15.477.000 |
| 1/4 a 1/2 | 18.492.000 | 55.476.000 |
| 1/2 a 1 | 16.616.000 | 49.848.000 |
| Total | 40.267.000 | 120.801.000 |
| Atendimento do Bolsa Família em 2013 | 13.841.665 | 41.524.995 |

Fonte: Elaboração própria, 2014.

um universo de oportunidades a serem implementadas, destacando que pelas características da Economia Solidária haverá intervenções positivas na estrutura da economia Brasileira (CARVALHO, 2011) incluindo no mercado de consumo tradicional uma quantidade significativa de pessoas.

O processo de institucionalização das políticas da economia solidária no atual governo (criação do SENAES, Conferências Nacionais e a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária) e o fortalecimento do movimento de economia solidária a colocam como a agenda primordial para os próximos governos estaduais. Neste contexto torna-se relevante a criação de instrumentos para consolidar as ações em curso para a implementação de políticas públicas estaduais voltadas ao atendimento adequado das demandas apresentadas, o que se acredita ser a vontade política dos candidatos do PT.

Implantar em Rondônia uma política de Economia Solidária como forma de incentivo ao cooperativismo, associativismo e adotada como estratégia de desenvolvimento sustentável, redução da pobreza e geração de renda.

Hoje em Rondônia são dezenas desses empreendimentos econômicos solidários, com a participação de homens e mulheres que realizam uma extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços. Apesar da importância que vêm adquirindo, esses empreendimentos apresentam grandes fragilidades, tais como as dificuldades na comercialização, para acesso ao crédito e de acesso a apoio, formação e a assistência técnica.

O QUE É E O POR QUE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com Singer (2002),

a Economia Solidária (ES) apresenta-se como um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas coletivamente de acordo com os princípios da autogestão. Economia Solidária é um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da co-operação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando a emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), espaço onde está instalada a Economia Solidária, sob a responsabilidade de Paul Singer:

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar

vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. (<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>)

Ainda segundo o MTE, os princípios fundamentais da Economia Solidária são:

■ **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária.

■ **Autogestão:** exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesses etc.

■ **Dimensão Econômica:** agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

■ **Solidariedade:** na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional.

Como funciona a Economia Solidária, segundo Paul Singer (2013):

■ Uma verdadeira alternativa ao Capitalismo.

■ Do ponto de vista econômico é extremamente diferente dos empreendimentos capitalistas porque o custo patrão é zero; não há lucro, tudo é reinvestido na empresa.

■ O empreendimento ou empresa solidária necessita de rendimento para reproduzir a empresa e não o capital simplesmente.

■ A remuneração não é pelo capital, mas pelo trabalho; não há exploração do trabalho.

■ Dentro do empreendimento não há competição e a hierarquia é decisão coletiva, bem como o pilar da relação é a solidariedade.

■ Um grande impulso foi a criação do Núcleo de Estudos em Economia Solidária (NeSOL- USP); incubadoras; sindicatos.

■ Em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária que está implementando o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento dentro do Ministério do Trabalho e Emprego.

As dificuldades da Economia Solidária podem ser destacadas como:

- Baixa participação no mercado.
- Escassez de recursos materiais, financeiros, informacionais e administrativos.
- Baixa manutenção dos cooperados por falta de remuneração estável.
- Baixa escala de produção e por isso tem baixa penetração do mercado.
- Não há inadimplência significativa, diferente do que acontece nos bancos tradicionais.

32

Algumas experiências exitosas do Brasil:

- Em 2013 movimentou R\$ 8 bilhões em 19,7 mil projetos e 2 milhões de pessoas envolvidas.
- Recuperou 67 empresas cooperativas através da autogestão dos funcionários, sendo 26 delas apenas no ABC paulista.
- Criou 103 bancos comunitários (em 19 estados do Brasil). Os mais consolidados são: Banco Palmas em Fortaleza- CE e o Banco Bem em Vitória- ES.
- Banco Palmas (2013): R\$ 12 milhões em microcréditos produtivos e R\$ 600 mil em moeda Palma, base de 1 milhão de clientes, 39 mil beneficiários do Bolsa Família, 1.5 mil contas abertas.
- Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCO) integram a rede de correspondentes da CEF.
- Cadeia Justa Trama- algodão orgânico.
- Cadeia Binacional do PET: RS, Uruguay, Minas Gerais.

PROPOSTAS ARTICULADORAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA DE ESTADO

Diante dessas reflexões e tendo consciência que o atual governo do estado não contribuiu com a massa de trabalhadores que podem ou deveriam atuar na Economia Solidária, propõe-se a criação de uma **Coordenadoria Estadual de Economia Solidária**.

Porque uma Coordenadoria Estadual de Economia Solidária?

A Economia Solidária hoje é um programa transversal, que perpassa vários ministérios, tais como o MTE, MDS, MDA, MMA, MINC e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, para citar apenas alguns, onde parte dos membros das comunidades e segmentos atendidos é beneficiária dos Programas Redistributivos (Bolsa Família, PRONAF..) implementados pelo governo federal.

Enfim é uma grande gama de programas e podemos observar que a Economia Solidária está presente dentro de todos esses ministérios, o que nos leva a crer que uma coordenadoria estadual poderia articular os vários programas

dos diversos ministérios relacionados ao fortalecimento da Economia Solidária no estado de Rondônia e, ao mesmo tempo, contribuir com todas as outras secretarias de seu mandato.

PROCEDIMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA COORDENADORIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Coordenadoria Estadual de Economia Solidária seria ligada diretamente ao gabinete do governador, e o coordenador teria *status* de secretário estadual para poder defender suas ideias e conversar de igual com os secretários.

A princípio a estrutura não seria muito grande, porém teria de ser eficiente, com quadro composto pelo coordenador, ou coordenadora, uma assessoria técnica de mais duas pessoas, e mais quatro pessoas para articular esses programas e atendimento aos vários e diversos empreendimentos no estado, atendendo inclusive a questão da divisão territorial estadual. Caso haja necessidade e viabilidade com o tempo poderia se pensar numa outra estrutura maior.

A maior parte dos empreendimentos hoje no estado de Rondônia é composta por:

- catadores de materiais recicláveis;
- artesões (bijóias, cipó, entalhe, lapidadores, bordadeiras, pintores...);
- costureiras;
- produção da agricultura familiar e orgânica;

Para início dos trabalhos, os esforços estariam voltados para demandas nas questões de:

- formação e qualificação dos empreendimentos;
- busca de espaços de comercialização;
- formação de Gestores Públicos Municipais, que possam dar sustentação aos empreendimentos nos municípios;
- formação do Conselho Estadual de Economia Solidária;
- Fundo Estadual para fortalecimento da Economia Solidária.

A constituição do Fundo Estadual para Fortalecimento da Economia Solidária, poderia ser uma porcentagem dos *royalties* e compensações das grandes empresas instaladas em Rondônia, como é o caso das duas grandes usinas hidrelétricas do rio Madeira; há exemplos de outros municípios que já implantaram este fundo (São Bernardo do Campo, Carapicuíba, São Carlos...). Este fundo promoverá ações de fortalecimento dos empreendimentos sem maiores ônus para o orçamento do estado.

AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO EM RONDÔNIA

O desenvolvimento econômico do estado de Rondônia está baseado no

setor primário, caracterizado pelo fornecimento de matérias-primas para o mercado local e mundial com produtos da agropecuária e de extrativismo vegetal e mineral, sendo que nos últimos dez anos a produção agropecuária, que compreende os produtos da agricultura e da pecuária, vem assumindo destaque cada vez mais expressivo no cenário econômico e social do estado e da região norte.

Dos 52 municípios do estado, 50 deles tiveram sua origem fortemente influenciada em Projetos de Colonização e de Reforma Agrária, executados pelo INCRA a partir da década de 1970. Atualmente 45 municípios continuam tendo menos de 50 mil habitantes e por isso considerados municípios rurais. Até mesmo a capital, Porto Velho, possui um vasto território rural e sua economia continua sendo fortemente influenciada pelo setor primário. Enfim, é inegável a influência e a importância da atividade agropecuária em Rondônia.

Neste cenário estão presentes de forma marcantes dois segmentos do setor, os produtores da Agricultura Familiar e do Agronegócio. Cada um participa com características peculiares das dinâmicas econômicas, ambientais e sociais, que evidenciaremos ao longo do texto para melhor compreensão do processo de desenvolvimento.

Outro elemento importante do processo de desenvolvimento é o do Poder Público. A análise pretende enfatizar as principais políticas públicas que são operadas para dar suporte ao processo. As fontes de informações estão baseadas nos dados divulgados pelo IBGE, sobretudo no Censo Populacional Geral de 2010 e no Censo Agropecuário de 2006. Também vamos nos utilizar das informações do governo federal por meio das publicações dos ministérios e de informações diretas das representações locais e do governo do estado de Rondônia.

REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

No Brasil, ao longo da sua história foram constituídos dois modelos de desenvolvimento agropecuário. Um baseado na mão de obra da própria família e por isso chamado de **Agricultura Familiar** e outro que passou a ser chamado no Brasil a partir da década de 1980 de **Agronegócio** ou também pela expressão em língua inglesa de *Agrobusiness*. Esse modelo é baseado na produção em larga escala e em grandes propriedades com utilização intensiva de mão de obra assalariada. É importante esclarecer que os conceitos Agronegócio ou *Agrobusiness* foram ideologizados no Brasil, transformados numa espécie de sinônimos de grandes produtores agropecuários ou grandes empresas rurais e em oposição à Agricultura Familiar.

Segundo o dicionário eletrônico Aurélio, o termo Agronegócio (traduzido do conceito inglês *agrobusiness*) significa: “*O conjunto de atividades e operações da cadeia de produção rural e da comercialização de seus produtos e serviços*”.

Portanto, no rigor do termo tanto a agricultura familiar como a agricultura empresarial de larga escala praticam agronegócios.

O fato é que os dois modelos têm políticas públicas diferenciadas porque seguem diferentes modelos de produção e, de modo geral, atendem demandas de mercado também diferenciado. Os dois modelos estabelecem relações conflituosas na disputa de políticas públicas. Cada modelo busca fortalecer sua influência junto ao poder público instituído e, como não poderia deixar de ser, no sistema capitalista as negociações são sempre influenciadas pelo capital econômico. São essas relações conflituosas que pautam o cenário rural do Brasil.

Há características predominantes nos dois modelos:

a) Agricultura Familiar, caracterizada pela lei 11.326 de 24/07/2006³, compreende propriedade com tamanho máximo de quatro módulos fiscais, cujo tamanho do módulo varia de um estado para outro e em alguns casos inclusive, há variações de um município para outro. No caso de Rondônia o módulo fiscal é de 60 hectares e, portanto, todas as propriedades com tamanho de até 240 hectares são consideradas propriedades da agricultura familiar ou também classificadas de pequenas propriedades. A principal característica nestas propriedades é a produção diversificada com o objetivo de atender o mercado interno, ou seja, atender às necessidades alimentares dos consumidores brasileiros. Aproximadamente 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são produzidos pelo setor da agricultura familiar.

3. A Lei Nº 11.326 de 24/07/2006, no Artigo 3º estabelece os parâmetros de enquadramento nos seguintes termos: "considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquícultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

b) Agronegócio, setor empresarial que focaliza sua atenção na produção de produtos demandados pelos grandes mercados internacionais e por isso, a produção tem forte influência na dinâmica das bolsas de valores dos países economicamente mais desenvolvidos. Geralmente é concentrado em alguns poucos produtos. Esses produtos são denominados *commodities*, que se caracterizam pela monocultura tais como: gado de corte (carne), soja, cana-de-açúcar, milho, cítricos e café.

DIAGNÓSTICO ATUAL DA AGRICULTURA EM RONDÔNIA

As políticas adotadas pelo governo brasileiro para apoiar o desenvolvimento da agropecuária nos últimos dez anos chama atenção de diversos países no mundo, mas principalmente as políticas voltadas para a superação da fome. A própria ONU, e de modo especial a FAO que é um órgão ligado a ONU que se ocupa de acompanhar a questão da fome no mundo e de buscar políticas públicas para superá-la, tem elogiado as iniciativas de políticas públicas do Brasil no combate à fome, com destaque às iniciativas do governo brasileiro para aumentar a produção e consequente oferta de alimentos. São várias políticas inovadoras que o governo federal implantou nos últimos dez anos para o fortalecimento da agricultura familiar visando melhorar as condições de trabalho e renda combinando com aumento de oferta de alimentos. São essas políticas que estão tornando-se cada vez mais referência mundial para processos de inclusão socioprudutiva de populações rurais e, ao mesmo tempo, contribuem para a superação da fome no meio urbano. Ainda segundo a ONU, o Brasil já é o terceiro maior produtor de alimentos do mundo e que muito provavelmente até 2019 será o maior produtor.

Em Rondônia, segundo informações do INCRA-SR/RO, até a data base de 28/12/2007 estão cadastrados um total de 80.521 imóveis rurais, sendo 42.998 compostos de minifúndios (menos de 1 módulo fiscal) 31.086 imóveis de pequena propriedade (de 1 a 4 módulos fiscais), 4.833 imóveis de média propriedade (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e 1.714 imóveis de grande propriedade (acima de 15 módulos fiscais). E, segundo o IBGE no censo geral de 2010 a população rural era de quase meio milhão de pessoas, pouco mais de um quarto da população total do estado.

As políticas públicas que o governo federal executou nos últimos dez anos garantiram expressivos avanços em vários setores da economia e fortaleceram a produção agropecuária em todo o país. Esse fato repercutiu expressivamente em Rondônia, pois obteve avanços significativos na produção agropecuária do estado, influenciou positivamente outros setores da economia e melhorou as condições de vida e de trabalho de grande parte da população,

principalmente nos municípios onde a produção agropecuária é mais evidente, especialmente aqueles com até 50 mil habitantes.

Um indicador desses avanços é o montante de recursos aplicados nos financiamentos agrícolas. Além disso, é importante destacar diversas outras políticas públicas que foram criadas no período para fortalecer o setor da agropecuária e de modo especial a agricultura familiar. Vejamos as principais delas:

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): É um programa que apresenta uma variedade de políticas públicas dirigidas ao público da agricultura familiar. O crédito é meio o principal em movimentação de recursos financeiros. É acessado através de contratos de financiamento aplicados em Rondônia pelos bancos do Brasil e da Amazônia com a participação importante de agentes da Assistência técnica.

Desde 2003, com objetivo de atender diferentes peculiaridades de demandas de crédito para o público do universo da agricultura familiar foram instituídas várias linhas de financiamentos. As principais diferenças entre as diversas linhas consistem basicamente na aplicação do valor dos juros, prazos e bônus de adimplência (descontos para quem paga em dia). Alguns exemplos de linhas de crédito do PRONAF: Custeio, Investimento, Agroindústria, Agroecologia, Eco, Floresta, Mulher, Jovem, Cota-Parte, Microcrédito Rural e Mais Alimentos. O que mais chama atenção é o volume crescente de recursos destinados aos planos Safras ao longo dos últimos dez anos. No Plano Safra de 2002/2003 o montante era de apenas R\$ 2,4 bi, já no ano seguinte praticamente dobrou o valor, pois passou para R\$ 4,5 bi. Em 2010/2011 esse valor já estava em R\$ 16 bi e um salto ainda maior para o Plano Safra 2013/2014 no qual estão disponibilizados R\$ 21 bi. Quando se inclui os demais incentivos de créditos voltados para agricultura familiar no atual plano safra esse valor se eleva para R\$ 39 bilhões. É uma clara demonstração do avanço nas políticas gerais de fortalecimento da agricultura familiar em todo o país. Graças a esses incentivos de apoio ao longo dos últimos dez anos a renda da agricultura familiar cresceu 52%.

Seguro da Agricultura Familiar (SEAF): É outra novidade criada pelo governo federal em 2004. O produtor pode optar pela inclusão do seguro no financiamento. Inclusive em 2010 este seguro também abriu a possibilidade de segurar operações de investimento. Esta era uma reivindicação muito antiga dos agricultores.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): lançado em 2003 tem várias modalidades:

a) Compra Doação Simultânea (CDS): O governo passou a comprar diretamente do produtor da agricultura familiar, com objetivo de atender as

populações em situação de insegurança alimentar. Geralmente são produtos de consumo rápido e perecíveis, como frutas, legumes e hortaliças. Valor negociado em Rondônia no período superou R\$ 27 milhões.

b) **Formação de Estoque:** Contribuir na formação do estoque estratégico do país de produtos armazenáveis, tais como feijão, arroz, castanha do Brasil. Valor negociado em Rondônia no período superou R\$ 6 milhões.

c) **Compra Direta:** Aquisição de produtos em situação de baixa de preço. Em Rondônia foi adquirido feijão em duas safras cujo valor ultrapassou R\$ 10 milhões.

Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF): Existe desde 1966, sofreu várias alterações na sua forma de execução, sempre direcionado para grandes produtores ou para compradores-atravesadores, mas a partir de 2003 a política foi reformulada para atender também os produtores da agricultura familiar através de suas organizações de base. Valor negociado em Rondônia no período superou R\$ 2,6 milhões.

Política de Garantia de Preços Mínimos para a Sociobiodiversidade (PGPM-Bio): Criado em 2009 e operado pela Conab para incentivar o cultivo e o extrativismo de forma sustentável de produtos típicos da biodiversidade brasileira. Atua em Rondônia com aquisição de castanha do Brasil, beneficiando populações indígenas. Esta modalidade ainda não foi operada em Rondônia.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Existe desde 1954, passou por diversas reformulações, mas por meio da lei 11.947 do ano de 2009 abriu a possibilidade da agricultura familiar também fornecer gêneros alimentícios ao Programa. A lei reforça o objetivo de oferecer alimentação saudável aos alunos das escolas públicas do Brasil e, simultaneamente, estimular a agricultura familiar. Em Rondônia muitos produtores já participam do Programa.

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): É indispensável registrar a importância da assistência técnica para o desenvolvimento de qualquer setor da economia e isso não é diferente para o setor da agropecuária e de modo especial para o segmento da agricultura familiar. O governo federal, consciente dessa importância estratégica e com interesse de promover o fortalecimento da agricultura familiar em todo o país, passou a dar cada vez mais importância para esse serviço de apoio aos produtores. Não somente foi elevando os valores destinados para a ATER, mas também foi dada atenção especial na modernização do conceito e dos serviços. No orçamento de 2003 o montante de recursos para ATER era de apenas R\$ 46 milhões sendo que, para o Plano Safra 2013/2014 estão programados R\$ 830 milhões.

A política de ATER também não estava devidamente regulamentada no país e isso foi realizado por meio da lei 12.188, sancionada pelo presidente da

República em janeiro de 2010. A lei criou novas possibilidades de ampliação e apoio de ATER para a agricultura familiar por meio das chamadas públicas para seleção e contratação de empresas credenciadas para este serviço.

Outro aspecto relacionado com o avanço de ATER nos últimos dez anos remete ao Incra e ao universo de famílias assentadas. Em 2003 o Incra não dispunha de recursos no orçamento anual destinados para ATER nos assentamentos, ao passo que a partir de 2004 o Incra não somente destinou recursos orçamentários, mas criou o programa de Assessoria Técnica Econômica e Social (ATES) para assentados da reforma agrária e por meio dele passou a contratar o serviço em todos os estados, elevando os recursos financeiros ano a ano e buscando a universalização de atendimentos dos assentamentos. No caso de Rondônia, no final de 2013 o Incra contratou ATER para 1.618 famílias.

Além do Incra, o MDA tem realizado diversas chamadas públicas direcionadas para Rondônia com o objetivo de contratar ATER, visando atender diferentes segmentos da agricultura familiar, sendo que no final de 2013 estavam atuando mais de 125 técnicos atendendo 9.800 famílias. Investimento na ordem de R\$ 14,7 milhões.

Terra Legal Amazônia: Criado em 2009 com o objetivo de enfrentar a questão da ocupação ilegal de terras públicas nos nove estados da Amazônia e, desta forma diminuir os conflitos pela posse da terra em toda a região. O Programa está focado na regularização de pequenas e médias propriedades, ou seja, posseiros com até 15 módulos fiscais (no máximo 1,5 mil hectares). Milhares de agricultores familiares estão sendo beneficiados em toda Amazônia. A titulação da terra lhes garantirá acesso a diversas políticas públicas, tais como assistência técnica e financiamentos do Pronaf e inclusão em programas de habitação rural e outros. Em Rondônia 5.000 agricultores já foram contemplados com a emissão e entrega de títulos.

Programa de Desenvolvimento Territorial Rural e Programa Territórios da Cidadania: Desde 2003 o Ministério do Desenvolvimento Agrário adotou uma política de apoio às iniciativas de desenvolvimento territorial rural. Criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA com a seguinte missão institucional: *apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas* (MDA. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Brasília: MDA/SDT, 2005. P.3).

Por meio dessa política, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF/MDA homologou no estado de Rondônia quatro Territórios Rurais: Madeira Mamoré, Vale do Jamari, Central e Rio Machado,

sendo que três deles (Central, Vale do Jamari e Madeira Mamoré), a partir de 2008, também foram incluídos no Programa Territórios da Cidadania.

Em maio de 2013 foram homologados pelo CONDRAF mais 72 Territórios Rurais, sendo mais três de Rondônia, que são os Territórios Vale do Guaporé, Zona da Mata e Cone Sul. Em 2003, quando foi criado o Programa Nacional, o estado de Rondônia projetou sete territórios rurais para cobrir toda a extensão dos 52 municípios e que, portanto, com essa recente decisão do CONDRAF todos os territórios são homologados.

O Programa Territórios da Cidadania, criado e apoiado pela Casa Civil da Presidência da República, envolve 22 ministérios com ações de políticas públicas direcionadas ao Programa, visando atender demandas dos 120 Territórios contemplados. As ações geralmente são apresentadas em forma de uma matriz diferenciada para cada território. Nela aparecem as ações e o montante de recursos destinados de cada ação.

A política de desenvolvimento territorial vem dando exemplos de planejamento participativo com envolvimento de diversos segmentos sociais da sociedade civil organizada e de representações do poder público, de modo especial os gestores municipais. É, sem dúvida, uma forma inovadora de planejamento participativo de desenvolvimento regional.

Arca das Letras – Biblioteca Rural: Programa criado pelo MDA em 2003, com o objetivo de facilitar o acesso à leitura pelas populações de comunidades rurais distantes de bibliotecas escolares ou outras convencionais geralmente localizadas nos centros urbanos. O Programa distribui um kit de biblioteca (móvel e acervo bibliográfico), capacita “agentes de leitura” para que se tornem responsáveis pelo zelo da biblioteca e para orientar e incentivar a prática da leitura da população rural. Em Rondônia já foram contempladas mais de 70 comunidades.

PDMTR – Documentação da Mulher: Criado em 2004, tem por objetivo incentivar que as mulheres rurais adquiram documentos básicos de cidadania. Coordenado pelo MDA conta com apoio de diversos parceiros do governo federal, do governo do estado de Rondônia e prefeituras municipais. É executado por meio de programações de mutirões de documentação nas comunidades rurais. Durante o período já foram realizados, em média, sete mutirões anuais em Rondônia, alcançando todos os municípios do estado e já foram elaborados e entregues gratuitamente mais de 60 mil documentos.

Pesquisa – Universidade Federal de Rondônia (UNIR): Campus de Presidente Médici – Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura está, desde o ano de 2011, executando um importante projeto de pesquisa sobre metodologia de assistência técnica participativa envolvendo professores, es-

tudantes, famílias de produtores e diversos parceiros. O Projeto tem seu foco no Território Central, mas acompanha ações em diversas localidades de Rondônia. É um projeto cujos recursos financeiros são provenientes da parceria estabelecida entre o MDA/SAF e CNPq.

Assentamentos de Reforma Agrária: Nos últimos dez anos foram criados e executados em Rondônia 71 projetos de assentamentos e assentadas 4.826 famílias. Também foram realizados investimentos de ATER, de Crédito Habitação, de Infraestrutura, tais como a construção e/ou a recuperação de estradas. (informações coletadas diretamente na SR-Incra/RO).

Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF): É complementar à Reforma Agrária e foi criado em 2003 com o objetivo de proporcionar o financiamento para a compra de terra por trabalhadores e trabalhadoras sem terra ou com pouca terra. É um Programa executado em parceria com os governos estaduais. No caso de Rondônia foi criada a Unidade Técnica Estadual, porém não foi estruturada adequadamente, mesmo assim atendeu 301 famílias até dezembro de 2013.

PAC2: Máquinas para recuperação de estradas rurais. O governo federal ouviu dos prefeitos, que um dos grandes gargalos para o desenvolvimento da agricultura familiar nos municípios era a manutenção da malha viária para escoamento da produção. Foi por isso que incluiu na edição número 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), o fornecimento de equipamentos básicos para a manutenção viária nos municípios com até 50 mil habitantes, pois são esses municípios que geralmente concentram o maior número de agricultores familiares. Por isso, em Rondônia, dos 52 municípios foram contemplados 45. Todos eles já foram contemplados com uma retroescavadeira e agora estão sendo contemplados com motoniveladoras e um caminhão-caçamba. Investimento na ordem de R\$ 37 milhões.

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo): Também chamado de Brasil Agroecológico, lançado em 17/10/2013 pela presidenta Dilma. Para potencializar as ações do Plano, foi criado o Programa Ecoforte. Foram disponibilizados de imediato para o Plano R\$ 8,8 bilhões. Rondônia será contemplada com diversas ações do Programa. Já foi apresentado um projeto de chamada pública de ATER Agroecológica, que está em fase de análise para aprovação.

DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE RONDÔNIA

Apesar dos expressivos avanços que a agricultura familiar conquistou nos últimos dez anos no Brasil e em Rondônia há desafios que necessitam de atenção especial do poder público, com destaque nos seguintes pontos:

1) Na **questão fundiária** há necessidade de avançar com os Programas de Reforma Agrária, de regularização fundiária e do crédito fundiário. Vários motivos poderiam ser elencados para justificar maior avanço nesta questão de acesso à terra e por isso vamos elencar os principais: a) promover possibilidades de acesso à terra para jovens que desejam desenvolver atividades de agropecuária. b) evita conflitos pela disputa de terras (em Rondônia ainda há 8.872 famílias em 150 acampamentos de sem terra, alguns deles com mais de 20 anos). c) evita o êxodo rural, pois o acesso e a legalização de posses criam novas possibilidades de desenvolvimento da propriedade. Permite acessar créditos de investimento e planejar a unidade produtiva para médio e longo prazo. d) aumenta a produção de alimentos porque os assentamentos de reforma agrária e do crédito Fundiário ampliam o número de produtores rurais. Além disso, o crédito e a assistência técnica diferenciada para cada produtor elevam muito as possibilidades de aumento da produção geral de alimentos.

2) Valorizar ainda mais a política de **desenvolvimento territorial**. Ela é importante pelo fato de reunir um colegiado de representantes da sociedade civil organizada e de gestores públicos e por isso torna-se um fórum privilegiado de planejamento participativo de desenvolvimento e garantia de melhor aplicação dos recursos públicos de infraestrutura e os mais diversos serviços sociais de promoção da cidadania. O fórum dos colegiados territoriais podem ser espaços estratégicos para o planejamento de ações com foco no desenvolvimento da agricultura familiar, pois é o local privilegiado para apresentar propostas de políticas públicas de interesse da coletividade do território.

3) Implantar um programa participativo de **educação do campo** que leve em consideração o contexto dos estudantes, estimulando a integração de teoria e prática com envolvimento da comunidade local, incluindo os técnicos que prestam serviço de assistência técnica local. As escolas técnicas federais, a universidade federal e as escolas famílias agrícolas, pela sua relevância no sistema de ensino, devem ser estimuladas para participarem no processo de inovação pedagógica focada na realidade de cada comunidade local. Estimular os estudantes para a pesquisa e propostas inovadoras visando superar entraves que impedem ou dificultem avanços de integração e desenvolvimento do conjunto da comunidade.

4) Realizar **pesquisas** para melhorar a produção agropecuária com foco especial nas propriedades da agricultura familiar, considerando os seguintes aspectos: a) adequar e gerar tecnologias sustentáveis que visem a melhor remuneração do complexo agrosilvopastoril e da pesca, de forma a promover oportunidades de riqueza no campo, contribuindo para criar condições de vida dignas no campo para a atual população e também para as gerações futuras. b) considerando as oportunidades no uso responsável do rico Bioma de

Rondônia, aptidão para essências florestais, aquicultura, fruticultura tropical e amazônica. Estas cobiçadas por muitos e que devem possuir critérios de defesa, sustentabilidade e longevidade no seu uso. A inclusão mercadológica de novos produtos florestais não madeireiros no mercado nacional e internacional deve ser uma tônica da política pública de qualquer governo comprometido com inovações produtivas e fortalecimento da diversidade de produtos agrosilvopastoris adaptadas no bioma.

5) Implantar adequada **infraestrutura** e a devida manutenção com o objetivo de garantir o escoamento interno da produção e criar mecanismos que facilitem o processo de comercialização para os diversos produtos da agricultura familiar. São condições básicas para o crescimento do setor e o aumento no montante e na diversificação da produção. Tais investimentos devem levar em consideração a situação geográfica privilegiada que Rondônia ocupa no cenário regional e internacional, pois o estado pode ser um importante elo de integração e posto de escoamento de produtos da atividade primária entre os oceanos Atlântico e Pacífico, bem como para o Mercosul que se expande para o norte do continente sul-americano com a recente inserção da Venezuela.

6) Incentivar o **cooperativismo** para o processo produtivo e comercial. Fortalecer o processo de organização social e aumentar as oportunidades comerciais de produtos da agricultura familiar.

7) **Ampliar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Considerando que em Rondônia o programa ainda está distante de atingir sua plenitude de aplicação, é importante criar um serviço de apoio aos gestores municipais para implantar ou ampliar o Programa nos municípios e também nas escolas estaduais.

8) Na **questão ambiental** das propriedades rurais é importante implantar um programa de educação ambiental com apoio e monitoramento direcionado para a recuperação de áreas de preservação permanente com objetivo de adequar as propriedades rurais aos preceitos legais da lei ambiental. Considerando que um dos principais objetivos da lei ambiental é a conservação dos mananciais hídricos, os quais são fundamentais para a manutenção da vida.

9) Criar mecanismos e estratégias de valorização de questões de **gênero e geração**. Ainda é muito pequena a participação de mulheres e de jovens nas decisões e nas iniciativas produtivas e de organização social no âmbito rural. É fundamental a criação de espaços sociais com a finalidade de promover a valorização dos diversos segmentos sociais do meio rural. A realização de eventos (reuniões, seminários, encontros de intercâmbio de experiências que apontem para o fortalecimento de organização social de cada segmento), são instrumen-

tos que devem ser utilizados para promover a participação de cada segmento social. Ao mesmo tempo, é importante fomentar a organização dos segmentos, é também estratégico promover a integração dos segmentos sociais. O que se deseja não é a segregação social e sim a devida valorização de cada segmento na integração social visando um objetivo comum pelo desenvolvimento social, econômico e cultural da comunidade. Enfim o desenvolvimento sustentável que exige a participação responsável de todos e todas.

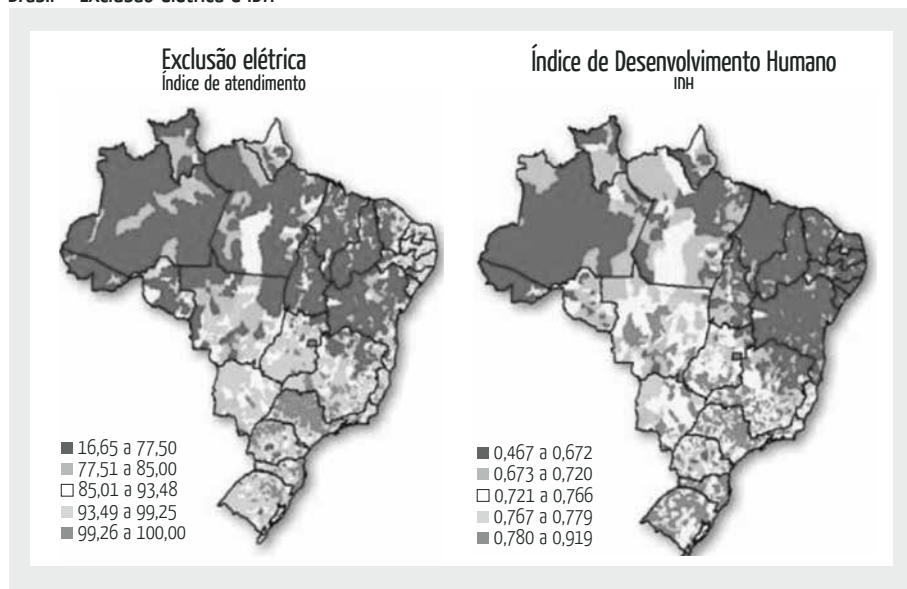
10) Ampliar e modernizar o programa de **assistência técnica** para a agricultura familiar. A questão da segurança alimentar ainda é o maior desafio da humanidade, sendo que a agropecuária de Rondônia pode contribuir de forma muito significativa nesse desafio e de modo especial o segmento da agricultura familiar, mas para isso é necessário garantir apoio técnico capaz de dialogar com os membros da família com objetivo de planejar e executar melhorias na utilização dos recursos naturais existentes em cada propriedade, com aumento de oferta de produtos saudáveis para o mercado. Promover ações de pesquisa de forma integrada com os serviços de ATER para aumentar a produtividade e a diversidade de produtos saudáveis. Por isso, há uma necessidade urgente de rever completamente a matriz geral de produção de alimentos no mundo. A agricultura familiar pode responder melhor ao apelo do mercado de alimentos saudáveis, pois os produtores da agricultura familiar estão mais livres e preparados para inovar no processo produtivo, ao passo que os produtores do agronegócio estão numa relação de dependência de insumos químicos muito maior. O Brasil, desde 2008, já é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e há indicadores que apontam que até 2015 o Brasil ocupará o primeiro lugar. Reverter essa tendência é um desafio gigantesco, mas plenamente possível, no entanto será necessário bastante investimento na pesquisa e ATER focada em processos de produção de alimentos saudáveis.

PLANEJAMENTO ELÉTRICO PARA RONDÔNIA: VISÃO DO SISTEMA LIGADO E DO SISTEMA ISOLADO

A Amazônia representa três quintos do território brasileiro, com rica diversidade, rios, matas, animais de grande porte, insetos e com possibilidade de uso de todas as riquezas para gerar trabalho e renda, sem, contudo, destruí-la através do desmatamento. como exemplo, o desflorestamento acumulado no período de agosto de 2012 a janeiro de 2013 foi de 1305 km², representando aumento de 118% em relação ao período anterior (MARTINS et alli, 2013). Esta área, mesmo com a importância apresentada, ainda é relegada à periferia do Brasil com índices sociais e ambientais deficientes (IDH, Gini, exclusão social, exclusão elétrica) em relação ao próprio país. A Figura 2 apresenta dois dados importantes, a exclusão

Figura 2

Brasil – Exclusão elétrica e IDH



Fonte: MME, 2006.

elétrica e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que se relacionam, ou seja, onde há exclusão elétrica o IDH é respectivamente baixo.

Essa explicação é simples, a eletricidade é estruturante da sociedade, porque altera os dados macro e microeconômicos da sociedade (MORET, 2000), bem como os índices sociais, portanto vemos na figura a seguir que onde há exclusão elétrica, que é a mancha onde não há atendimento elétrico público ou privado, os indicadores sociais são inferiores àquelas localidades fora dessa situação.

Dados do Censo de 2000 (IBGE, 2000) indicaram 769 mil famílias em situação de exclusão elétrica em localidades isoladas na Amazônia. Uma análise feita por Di Lascio e Barreto (2009) indicou que 614 mil atendimentos poderiam ser realizados pelos sistemas tradicionais, restando ainda 155 mil sem possibilidade de utilização dos modelos atuais. Estes mesmos autores destacam que o Programa Luz para Todos⁴, até 2008, atendeu 450 mil pelos sistemas tradicionais.

Neste programa (Luz para Todos), duas opções são importantes: o atendimento elétrico foi baseado no sistema tradicional, esticando a rede a partir dos centros de produção já existente, a outra é não imputar ao consumidor qualquer outro custo de instalação (MME, 2014).

4. Este foi um programa governamental, iniciado em 2003, que tinha como objetivo universalizar o atendimento de eletricidade no Brasil até 2008, ou seja, eliminar a exclusão elétrica no país (MME, 2014).

O atendimento elétrico da Amazônia segue os mesmos padrões do restante do Brasil, compondo-se de: grandes e médias UHE's, PCH (pequenas centrais elétricas), pequenas e médias termelétricas. Os mercados são grandes (Manaus e Belém), outros nem tão grandes, com cidades de médio porte (entre 100mil e 400mil habitantes), e uma quantidade grande de cidades com menos de 100 mil habitantes. As pequenas cidades têm atendimentos elétricos exclusivamente em termodiesel, o que é diferente das localidades isoladas (pequenos aglomerados populacionais com até 50 residências e distantes dos centros econômicos) que não têm atendimentos elétricos. Os atendimentos às localidades isoladas necessitam considerar quatro questões fundamentais:

- o acesso às essas localidades é difícil;
- os insumos que chegam a esses locais precisam utilizar vários modais (barcos, veículos) que majoram os custos de geração a níveis incompatíveis com os padrões tradicionais;
- há vários insumos locais que podem ser utilizados como alternativas energéticas possíveis, ainda possibilitam incorporar externalidades positivas na economia (diminuição de custos) e na geração de empregos, porque o uso de insumos locais internalizam trabalho e renda;
- por último, deixar milhões de cidadãos sem acesso à eletricidade é deixa-los fora da modernidade e, sobretudo, com baixa qualidade de vida e sem serviços essenciais.

SITUAÇÃO ELÉTRICA DE RONDÔNIA

Rondônia está compreendido nesse mesmo conceito de atendimento elétrico, contendo: um sistema interligado composto por três UHE's: Samuel-216MW, Santo Antonio e Jirau somam 6500MW, 15 PCH - 31,7MW (MORET, 2009), duas UTE's: Termo Norte - 340 MW e Eletronorte - 100MW, 27 sistemas isolados consumindo 82 milhões de litros em 137 unidades geradoras totalizando 71,7 MW, segundo a Eletrobras (2012). e

A geração e a distribuição no mercado isolado são de responsabilidade da empresa CERON (atualmente Eletrobras Distribuição Rondônia), entretanto a geração desse mercado foi terceirizada para duas empresas. Há informações que o modelo de negócio aplicado é no mínimo estranho aos padrões de eficiência e eficácia, composto pelos seguintes itens: geração terceirizada, os equipamentos são de propriedade da distribuidora, o diesel é fornecido pela distribuidora e a distribuidora ainda adquire a eletricidade para a distribuição. Destaca-se que enquanto este for o conceito de modelo de negócio empregado em RO não haverá possibilidade de uso de alternativas energéticas locais.

Tabela 4

Rondônia – Energia, demanda e consumo de diesel no setor isolado 2012

| Sistema | MWh | MW médio | Demanda máxima anual (MW) | Consumo específico litros/kWh | Consumo diesel sem CCC (mil litros) | Consumo diesel (mil litros) |
|------------------------------|--------|----------|---------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|
| Alvorada do Oeste | 19.580 | 2,2 | 3,6 | 0,283 | 0 | 5.404 |
| Buritis | 64.126 | 7,3 | 10,9 | 0,283 | 0 | 17058 |
| Calama | 2.286 | 0,3 | 0,4 | 0,296 | 0 | 661 |
| Campo Novo de Rondônia | 7.987 | 0,9 | 1,5 | 0,296 | 0 | 2.300 |
| Conceição da Galera | 78 | 0,01 | 0,02 | 0,404 | 0 | 29 |
| Costa Marques | 15.427 | 1,8 | 3,3 | 0,283 | 0 | 4366 |
| Cujubim | 28.369 | 3,2 | 7,3 | 0,283 | 0 | 7.943 |
| Demarcação | 242 | 0,03 | 0,05 | 0,349 | 0 | 85 |
| Izidolândia | 910 | 0,1 | 0,2 | 0,329 | 15 | 314 |
| Jacy-Paraná | 26.099 | 3,0 | 5,9 | 0,283 | 427 | 7.125 |
| Machadinho do Oeste/Tabajara | 48.660 | 5,5 | 8,5 | 0,283 | 292 | 14.063 |
| Maíci | 36 | 0,01 | 0,01 | 0,404 | 7 | 22 |
| Nazaré | 1.107 | 0,1 | 0,3 | 0,329 | 0 | 313 |
| Nova Califórnia | 4.720 | 0,5 | 1,1 | 0,296 | 0 | 1.218 |
| Pacarana | 2.512 | 0,3 | 0,7 | 0,296 | 0 | 731 |
| Pedras Negras | 125 | 0,01 | 0,02 | 0,404 | 0 | 45 |
| Rolim de Moura do Guaporé | 547 | 0,1 | 0,2 | 0,349 | 49 | 240 |
| Santa Catarina | 235 | 0,03 | 0,06 | 0,404 | 0 | 79 |
| São Carlos | 2.227 | 0,3 | 0,4 | 0,296 | 0 | 630 |
| São Francisco | 21.442 | 2,4 | 4,1 | 0,283 | 0 | 5.961 |
| Surpresa | 960 | 0,1 | 0,2 | 0,349 | 0 | 327 |
| Triunfo | 8.910 | 1,0 | 2,2 | 0,283 | 223 | 2.744 |
| União Bandeirantes | 3.450 | 0,4 | 0,7 | 0,296 | 0 | 966 |
| Urucumacua | 825 | 0,1 | 0,2 | 0,349 | 2 | 290 |
| Vale do Anari | 9.333 | 1,1 | 1,9 | 0,283 | 0 | 2.641 |
| Vila Extrema | 10.329 | 1,2 | 1,9 | 0,296 | 0 | 2.861 |
| Vista Alegre do Abunã | 14.567 | 1,7 | 4,2 | 0,283 | 0 | 4.050 |
| Total | | | | | | 82.466 |

Fonte: Eletrobras, 2012.

Os atendimentos isolados somente são possíveis com o uso da Conta de Compensação de Combustível (CCC) que desembolsa às distribuidoras a diferença entre o custo real de geração e o equivalente hidráulico⁵ de R\$/MWh 73,37, e 98,8% de todo o Diesel consumido em Rondônia é financiado pela CCC (Eletrobras, 2012).

5. Esse valor refere-se ao custo médio da geração hidrelétrica do Brasil.

ALTERNATIVAS ENERGÉTICAS PARA RONDÔNIA

Há alternativas energéticas distribuídas pelo território de Rondônia que têm potencial (técnico e econômico) para deslocar a geração termelétrica e podem ser apresentadas como: hidreletricidade (pequenas e médias quedas), biomassa (resíduos florestais e de madeira, óleo vegetal- uso *in natura* e biodiesel), biogás (o rebanho de gado é presente em todos os 52 municípios de Rondônia) e solar (a insolação média mensal é de 4,0 kWh/m²).

Para efeito didático, vamos separar as alternativas energéticas (combustível, eletricidade, conservação) para o mercado interligado e o isolado, porque no setor interligado não há uso intensivo de diesel e no isolado somente utiliza-se este combustível, entretanto a conservação e eficiência energéticas são potenciais para os dois sistemas.

O mercado interligado precisa envolver a energia solar fotovoltaica (geração de eletricidade) para residências, o que representa uma economia importante. Para efeito de compreensão, vamos propor o uso na iluminação residencial (mesmo que seja possível e desejável em outros setores) que representa 20% do consumo total de uma unidade consumidora. Esta economia poderia ter chegado, em 2012, a 212.000 MWh/ economia média por unidade consumidora chegamos a um valor, em 2012, de 45kWh/mês/residência. Para atender essa energia, a Tabela 5 apresenta uma configuração do arranjo solar de 200-250W, que totaliza um montante de R\$ 4.248 por residência (estes valores estão considerando impostos de outros estados, porque em Rondônia não há comercialização destes produtos).

As equações de dimensionamento dos equipamentos solares, descrito por Sei (2007), estão apresentadas na nota de final⁶.

Os valores médios apresentados podem, a princípio, serem considerados altos, entretanto há que se destacar a importância que a utilização dessa modalidade de oferta de energia para o estado de Rondônia, porque podem

6. Dimensionamento de equipamentos solares

- Potência do painel solar

Potência (W)= potência nominal do uso final

Voltagem (V)= valor da voltagem da bateria que é tipicamente de 12V

VMP= tensão de máxima potência (tipicamente de 17,4 V em sistemas com baterias de 12 V)

horas de insolação= para o Amazonas estima-se em no mínimo 8 horas diárias

Fator de segurança= o valor típico é de 0,8

- Capacidade do banco de baterias

consumo (Ah/dia)= A* uso em horas/dia (h/dia)

sendo a corrente A= potência (w)/voltagem (V)

Autonomia= para as características do Amazonas estima-se três dias

profundidade de carga= estima-se em torno de 0,6

- Dimensionamento do inversor

A carga do inversor pode ser calculada da seguinte forma

ser implantadas empresas (comercialização, instalação e manutenção) com consequente aumento de renda e, sobretudo, disponibilização de trabalho e renda. Da mesma forma, há que se considerar a economia gerada pela diminuição do desembolso na conta de eletricidade. Além disso, esse valor é sem desoneração de impostos, assim uma parte desse planejamento deve incluir estudos para determinar o impacto positivo da desoneração de impostos para essa atividade.

Tabela 5**Configuração de equipamentos e custos para atendimento solar 2014**

| | | Valor (R\$)* |
|--------------------------|-------------|--------------|
| Potência de painel solar | 200 a 250 W | 1.489,00 |
| Duas baterias | 240Ah | 1.800,00 |
| Controlador de carga | 5A | 159,00 |
| Inversor | 100w | 800,00 |
| Total | | 4.248,00 |

Fonte: Elaboração Própria, 2014. *Valores disponibilizados no mercado.

O aquecimento solar é outra iniciativa importante para aquecer água para banho nas residências (há municípios no cone sul com temperaturas baixas e em RO, muitos migrantes, e o uso de água aquecida para banho é corriqueiro) serviços e indústrias que necessitem de água para processo.

A conservação e eficiência energéticas são fundamentais para diminuir o consumo, possível até que sejam implementadas oportunidades de negócio. A troca de usos finais: no setor residencial (lâmpadas, refrigeradores, condicionador de ar); no setor industrial (motores), comércio e serviços (lâmpadas, ar condicionado).

No setor isolado podemos incluir todas as iniciativas destacadas para o interligado, acrescentando ações de geração de eletricidade⁷ com fontes (combustíveis) locais: resíduos agrícolas e de madeira, óleos vegetais e biogás.

ÓLEOS VEGETAIS

Há uma grande oportunidade para o setor elétrico isolado do estado de Rondônia, isso porque a quantidade de óleo diesel consumidos nos 27 sistemas é de 82.466 mil litros (Tabela 4). Esta oportunidade vincula-se a soja

7. A geração Descentralizada de Energia é um conceito interessante, porque além da energia (eletricidade) disponibilizada altera a configuração do sistema diminuindo a dependência de grandes empreendimentos hidrelétricos e termelétricos que produzem impactos sociais e ambientais graves (MORET, 2002 e 2010).

produzida no estado, em 2012 foram 470.485 t (IBGE, 2013) e exportada na totalidade em grãos; esta quantidade pode produzir⁸ 75.277t de óleo vegetal (densidade de 0,9 kg/l)⁹ e 67.750 mil litros de biodiesel, que representa 82% de todo o diesel consumido; destaca-se que o biodiesel pode gerar emprego e renda, agregando valor a cadeia produtiva e, sobretudo, aumentando a autossuficiência e eliminando a emissão de GEE na produção de eletricidade (o diesel é um hidrocarboneto que emite GEE e a produção é fora de RO).

BIOGÁS

O biogás é composto predominantemente de metano (CH₄) e pode substituir o Diesel e o GLP (SILVA, 2013). Ele tem um componente ambiental forte porque elimina o despejo de esterco de animais no ambiente, bem como o que resta do processo, é o biofertilizante que pode ser utilizado na produção agrícola em substituição aos fertilizantes químicos.

Em Rondônia, existem bovinos, suínos e aves em quantidade significativa. São distribuídos em todos 52 municípios do estado, com grande potencial.

Dessa forma, temos o potencial teórico da produção de biogás para o gado, suíno e ave (galinha) (Tabela 6), e está apresentado nas notas de final¹⁰.

1- o total de cabeças de gado, estimado pelo IBGE (2011) é da ordem de 12.182.259 (IBGE, 2011), produzindo 4.385.613 m³ de biogás.

2- o total de suíno é 234.593 (IBGE, 2011), produzindo 58.648 m³ de biogás.

3- o total de galinha é 2.976.608 (IBGE, 2011), produzindo 44.649 m³ de biogás.

Os valores são importantes porque é possível produzir biogás de forma descentralizada em todos os municípios de Rondônia, disponibilizando combustível para cocção e substituir diesel (Segundo Silva (2013) o total teórico de biogás é da ordem de 7.6 milhões de m³), bem como já destacado, o subproduto é o biofertilizante que tem aplicação direta na produção agrícola.

8.Segundo Moret (2009) a soja produz 16% de óleo.

9. Dimensionamento da quantidade de óleo produzida por oleaginosas.

A equação que determina a quantidade de óleo é apresentada a seguir:

quantoleo= quantidade óleo vegetal (m³)

quantsoja= quantidade em toneladas de soja (t)

perc= percentual de óleo na soja (%)

dens= densidade de óleo vegetal (0,9 kg/l)

10. Dimensionamento da produção de biogás de esterco

O valor teórico da produção de biogás é resultado do produto da quantidade de animais pelo índice de unitário de biogás:

biogás= volume (m³) de biogás

quantidade= quantidade de animais

índice= índice unitário de produção por animal.

Tabela 6

Índices de produção de biogás para animais
2013

| Animal | Esterco (kg/animal/dia) | Índice de produção unitária de biogás (m ³ /animal/dia) |
|----------------------------------|----------------------------|---|
| Bovino | 10,0 | 0,36 |
| Suíno (média adulto e leitão) | 4,0* | 0,25* |
| Galinha (média poedeira e corte) | 0,01* | 0,015* |

Fonte: Silva, 2013; *Valores médios.

Para atendimento dos sistemas isolados são necessários equipamentos adequados disponibilizados no mercado, entretanto há estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa Energia Renovável Sustentável (GPERS) da Fundação Universidade Federal de Rondônia na adequação de equipamentos e protótipos para serem utilizados no sistema isolado de Rondônia, com possibilidades de imediato. Alguns equipamentos estão listados a seguir:

- Motor diesel operando com óleo vegetal *in natura* (MORET, 2011).
- Motor diesel, operando com óleo vegetal *in natura*, foi aperfeiçoado para operar de forma automatizada e otimizada (MORET, 2013).
- Motor diesel operando com 50% de diesel e 50% de óleo vegetal *in natura* (MORET, 2011).
- Sistema de produção de biodiesel com capacidade de 100 litros/ dia, operando com baixo uso de energia, dois motores e com bomba manual para transmissão de líquidos (MORET, 2013).
- Sistema de produção de biogás com acoplamento de vários biodigestores (SILVA, 2013).
- Sistema fotovoltaico com controlador de demanda, pesquisa de aluno de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Há sistemas dominados tecnologicamente para a produção de eletricidade que podem ser incorporados ao uso de biomassa: gaseificação de biomassa, turbinas a vapor com caldeira operando com biomassa, resíduos agrícolas, como: arroz, milho e café (MORET, 2006). Também, há equipamentos e tecnologia para uso em micro e mini centrais hidrelétricas para pequenas quedas, entretanto não há levantamentos desse potencial no estado de Rondônia.

A falta de planejamento elétrico em RO é um empecilho ao uso de fontes alternativas, porque faltam dados e informações para a tomada de decisão, seja do consumidor, seja do investidor em pequenas ou grandes cargas. Da mesma forma, não há estudos para determinar o potencial de conservação de energia e da eficiência energética.

**PROPOSTA PARA O SETOR ENERGÉTICO DE RONDÔNIA:
VISÕES POLÍTICAS E DE PLANEJAMENTO:**

■ Implantar grupo de Planejamento Energético de Rondônia composto pelas instituições públicas, pelo setor elétrico e de especialistas das instituições de pesquisa.

■ Implantar programa de Eficiência Energética e Conservação de Energia.

■ Implantar conservação em troca de equipamentos na ordem de 10% ao ano.

■ Implantar sistema de troca de equipamentos de uso final: lâmpadas, motores, compressores, caldeira, aquecedores.

■ Implantar sistema de desoneração para aquisição de equipamentos elétricos eficientes.

■ Implantar sistema de produção de combustível alternativo: óleo vegetal, biodiesel, biogás, briquets, pellets.

■ Implantar programa de criação de empresas de cunho tecnológico em energia.

■ Implantar programa para implantação de energia solar residencial.

■ Implantar a energia solar na ordem de 10% ano nas residências de Rondônia.

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: TRANSFERÊNCIA DE RENDA
OU INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO?**

Transferência direta de renda mantém 522 mil famílias como beneficiárias desde 2003, tirou cerca de 1,7 milhão de famílias da pobreza (aproximadamente cinco milhões de pessoas) e mantém 17,5 milhões de crianças na escola. (ultimosegundo.ig.com.br, 2013)

O Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com os municípios, tem retirado da pobreza absoluta uma quantidade significativa de brasileiros, mesmo que ainda estejam dependentes deste recurso em torno de 522 mil, estes resultados são importantes para o país porque, além da transferência de renda, existem programas associados de apoio às famílias beneficiadas: manter crianças na escola (17,5 milhões de crianças), Luz para Todos, Brasil Alfabetizado, Farmácia Popular, Brasil Sorridente e Minha Casa, Minha Vida. O efeito econômico do Bolsa Família também é importante porque o impacto na vida econômica é de 2,4, ou seja, a cada R\$ 1 disponibilizado o efeito multiplicador produz R\$ 2,40 na economia.

O benefício médio por família no Brasil cresceu desde 2004 (Tabela 7), partindo de valores próximos de R\$ 70,00 e em 2013 o valor era mais que o dobro, tendo média para o Brasil de R\$ 152,67.

Tabela 7

Brasil – Benefício médio do Programa Bolsa Família (valores em R\$)
2004-2013

| Região | Benefício médio | | | | | | | | | |
|--------------|-----------------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Norte | 76,40 | 79,13 | 68,07 | 75,71 | 91,16 | 100,40 | 107,21 | 125,84 | 154,37 | 140,97 |
| Nordeste | 74,34 | 70,11 | 66,88 | 72,96 | 86,51 | 94,48 | 100,23 | 113,75 | 133,83 | 138,02 |
| Sudeste | 67,62 | 59,49 | 55,01 | 60,48 | 72,27 | 78,83 | 85,50 | 103,30 | 122,41 | 140,86 |
| Sul | 65,13 | 57,30 | 53,79 | 59,64 | 71,06 | 77,15 | 83,16 | 101,03 | 120,82 | 138,72 |
| Centro-Oeste | 66,42 | 57,72 | 54,04 | 60,55 | 72,87 | 80,63 | 86,80 | 102,39 | 122,35 | 157,41 |
| Brasil | 69,98 | 62,95 | 59,56 | 68,87 | 78,77 | 86,30 | 92,58 | 109,26 | 130,76 | 152,67 |

Fonte: MDS, 2013.

Os valores investidos no Programa Bolsa Família, entre 2004 e 2013, foram crescentes, saindo de R\$ 3,8 bilhões e chegando em 2013 com R\$ 18,5 bilhões, ou seja, 4,9 vezes maior do que o primeiro valor investido. O esforço dispendido pelo governo federal foi grande porque alocar vultosos recursos no orçamento requer vontade política aguçada para efetivar a intenção. A quantidade de famílias beneficiadas não teve o mesmo crescimento dos recursos, porque o valor por família teve aumento significativo. O número de família partiu de 6,6 milhões e chegou em 2013 a 13,8 milhões, apenas 2.1 vezes maior do que no início do Programa (Tabela 8).

Tabela 8

Investimento no Bolsa Família e número de famílias atendidas (em milhões)
2004-2013

| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|--------------------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Total | 3.791 | 5.691 | 7.524 | 8.965 | 10.606 | 12.454 | 14.372 | 17.360 | 21.156 | 18.529 |
| Famílias atendidas | 6.571 | 8.358 | 10.965 | 11.043 | 10.557 | 12.370 | 12.778 | 13.352 | 13.902 | 13.841 |

Fonte: MDS, 2013.

Os valores do Bolsa Família investidos em Rondônia são importantes. Foram R\$ 25 milhões em 2004 e R\$ 150 milhões em 2013, o que representa multiplicar por seis vezes o valor inicial. O valor médio por família entre 2004 (R\$ 37,98) e 2010 (R\$ 107,66) praticamente triplicaram o montante em relação ao valor inicial. O número de famílias atendidas foi de 55 mil em 2004 e chegou a 116 mil em 2013, pouco mais do que o dobro do valor inicial. Assim, o número de pessoas atendidas pelo Bolsa família em Rondônia, considerando quatro pessoas por família, é da ordem de 464 mil pessoas e próximo de 30% da população do estado.

Os impactos do Bolsa Família na economia são relevantes porque disponibilizam recursos para um grande número de pessoas (116 mil famílias), que sem estes recursos não estariam inseridos no mercado consumidor, bem como fomenta a autoestima e a cidadania porque percebe que o estado faz ações efetivas que auxiliam na própria sobrevivência; esses valores alteram o quadro de vulnerabilidade, como destacado no início do texto, apenas 29% dos beneficiários se mantém no programa. Além disso, podemos mostrar que o percentual do valor disponibilizado em Rondônia às famílias em relação ao PIB representou 0,22% em 2004 e 0,57% em 2010, correspondendo a um impacto de 0,53% do PIB em 2004 a 1,37% em 2010, correspondendo em valores financeiros da ordem de R\$ 60 milhões e R\$ 361 milhões em 2013. Além disso, é necessário apresentar que o crescimento dos recursos financeiros investidos no Bolsa foi maior do que a alteração do PIB.

Tabela 9

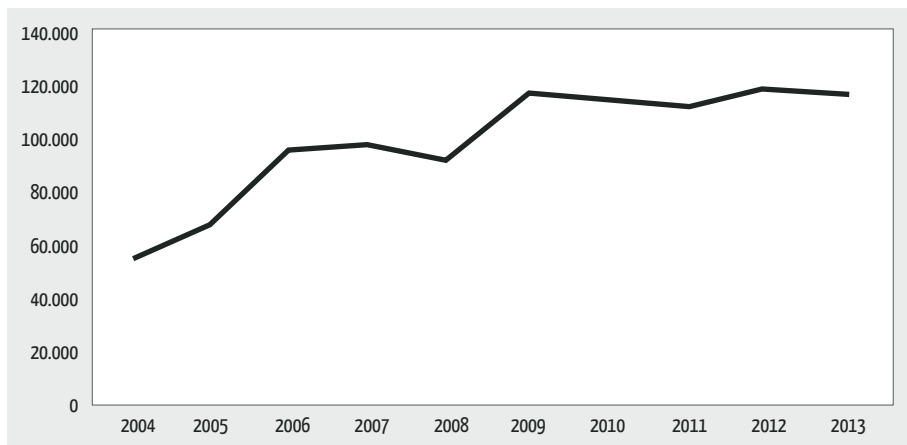
Rondônia - Investimento (em R\$ milhões), número de famílias atendidas (mil) e impacto do Bolsa Família 2004-2013

| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Recursos | 25 | 45 | 64 | 81 | 95 | 117 | 134 | 152 | 181 | 150 |
| Impacto BF na economia | 60 | 109 | 154 | 193 | 229 | 282 | 322 | 364 | 435 | 361 |
| Nº de famílias | 55 | 68 | 95 | 97 | 93 | 116 | 114 | 113 | 118 | 116 |
| Valores médios recursos/família | 37,98 | 55,33 | 56,35 | 68,99 | 85,51 | 84,25 | 97,87 | 111,87 | 128,17 | 107,66 |
| PIB | 11.260 | 12.902 | 13.107 | 15.003 | 17.888 | 20.236 | 23.561 | | | |
| % BF/PIB | 0,22 | 0,35 | 0,49 | 0,54 | 0,54 | 0,58 | 0,57 | | | |
| Impacto PIB** Bolsa Família | 0,53 | 0,84 | 1,18 | 1,29 | 1,28 | 1,39 | 1,37 | | | |

Fonte: MDS, 2013. *SEPLAN; ** Elaborado pelo autor.

Gráfico 5

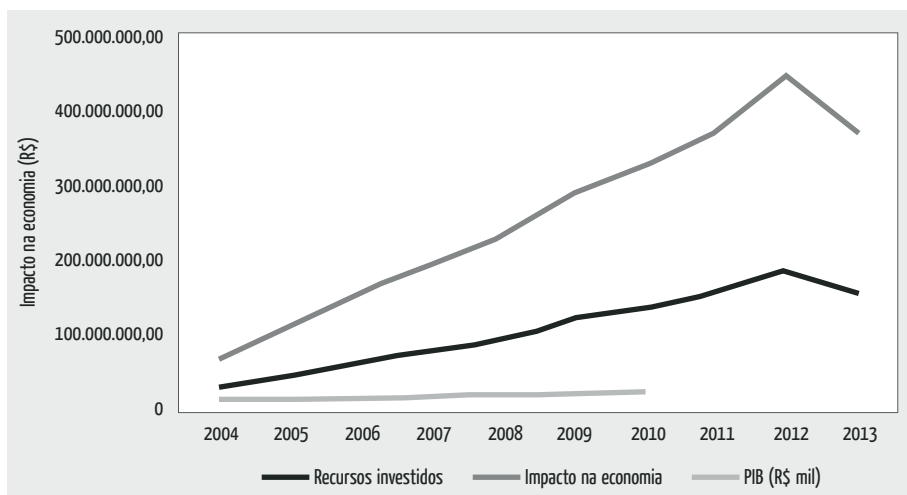
Rondônia – Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família
2004-2013



Fonte: MDS, 2013.

Gráfico 6

Rondônia – Programa Bolsa Família
2004-2013



Fonte: MDS, 2013; SEPLAN-RO, 2013.

Proposições para a intensificação do Investimento do Bolsa Família em Rondônia:

- Criar um Comitê Estadual para construir políticas de atendimentos aos beneficiários do Bolsa Família;

- Criar o Programa Bolsa Família do estado de Rondônia para atuar em parcelas da população que não são atendidas pelo Programa Federal;

- Oferecer e disponibilizar cursos de formação para adultos e jovens beneficiários do Bolsa Família no âmbito das escolas estaduais;

- Construir políticas públicas, vinculando as famílias beneficiadas pelo Bolsa Família e o Bolsa Família de Rondônia à prioridade no acesso à creche, atendimento médico e odontológico, aos cursos técnicos disponibilizados em Rondônia, às escolas de turno integral e aos programas de esporte;

- Disponibilizar recursos financeiros aos jovens das famílias atendidas pelos Programas que estejam fazendo cursos de capacitação em qualquer nível;

- Construir políticas públicas de atendimento à mulher beneficiária do programa Bolsa Família em Rondônia.

ESTUDOS E ESTRUTURAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE RONDÔNIA

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS: ATIVIDADES ECONÔMICAS PARA A RONDÔNIA DO FUTURO

A evolução da industrialização no Brasil foi tardia, entretanto, foi rápida a consolidação se comparada com o tempo de maturação dos países desenvolvidos, até porque temos indústrias de ponta, nacionais (pequenas, médias e grandes) e transnacionais. Entretanto, a maior parte das plantas das indústrias está concentrada no centro-sul e esse fato já foi objeto de discussão desde a década de 1940. Existem estudos que foram realizados focados nessas disparidades e alguns foram focados no Nordeste: Duque (1953) analisou os recursos naturais, solos e água; Almeida (1953) tratou do papel do planejamento como ferramenta para o desenvolvimento da região; Singer (1953) ocupou-se dos desequilíbrios regionais e as potencialidades econômicas; Furtado (1959) elaborou um relatório com um completo diagnóstico da economia da região. A literatura auxiliou a criação, em 1959, da Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE).

Em 1953, antes da criação da SUDENE, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) que foi a semente da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1967. Após o golpe militar de 1964, os governos militares priorizaram a industrialização através de incentivos fiscais e financeiros, principalmente aquelas chamadas atividades pré-industriais (energia e transporte).

A intervenção estatal foi crescente após a segunda metade do século XX. O I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) tinha como objetivo a expansão do mercado interno e a descentralização da produção. O II PND objetivou avançar na industrialização com substituição da importação. A partir da última década do século, os governos Collor e FHC foram danosos para a industrialização nacional. No primeiro governo foi realizada uma abertura abrupta para o mercado, inundando-o de bens e produtos importados. No segundo, o governo fez um processo de privatização de empresas estratégicas, transformando radicalmente o mercado interno com o processo de globalização (TAVARES, 2011).

A industrialização em Rondônia teve um impulso significativo com a migração a partir de 1970, mesmo que não tenha sido inicialmente resultado de fomento público, mas sim ligada às atividades extrativistas: madeireira e extrativa mineral. Na sequência, a industrialização foi mudando de direção para a agropecuária. As indústrias alimentícias (laticínios e de carnes bovinas) tornaram-se até a atualidade as mais importantes tanto na produção como no impacto econômico.

Os agentes fomentadores da atividade industrial em Rondônia são predominantemente federais, com apenas uma estadual: Conselho de Desenvolvimento Econômico de Rondônia (Conder), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e Basa, através do Fundo Constitucional do Norte- FNO.

A referência teórica que baseia este texto está fincada na produção industrial como vetor para se chegar ao desenvolvimento sustentável, incluindo, gerador de emprego e, sobretudo, com baixo impacto ambiental e social (MORET et alli, 2009; MORET, 2006).

A INDÚSTRIA EM RONDÔNIA: NÚMEROS E PRODUTOS

No estado de Rondônia estão instaladas 1.202 unidades industriais, empregando 33,4 mil trabalhadores, computando R\$ 426 milhões em salários e R\$ 256 milhões em encargos, indenizações e benefícios. O valor bruto da produção industrial em 2011 foi de R\$ 6,6 bilhões e o valor da transformação foi de R\$ 2,2 bilhões, representando 33% da produção total (Tabela 10). O censo demográfico de 2010 informa que a População Economicamente Ativa (PEA) era de 774.821, mesmo que no ano seguinte este valor seja diferente, cabe aqui mostrar que o número de empregados na indústria é baixo e representa apenas 4,3%, o salário médio mensal de R\$ 1.065,08 e 59% maior que o salário-mínimo. Os valores são muito distintos de outros centros que têm indústrias com produtos de maior valor agregado, como é o caso de Manaus:

Tabela 10**Rondônia – Pesquisa industrial anual: empresas
2011**

| Número de unidades locais | 1.202 |
|--|--------------|
| Pessoal ocupado em 31/12 | 33.358 |
| Salários, retiradas e outras remunerações (R\$ mil) | 426.348 |
| Encargos sociais e trabalhistas, indenizações e benefícios (R\$ mil) | 255.556 |
| Custos e despesas (R\$ mil) | 5.830.314 |
| Receita líquida de vendas (R\$ mil) | 6.503.422 |
| Receita líquida de vendas industrial (R\$ mil) | 6.420.739 |
| Receita líquida de vendas não industrial (R\$ mil) | 82.683 |
| Custos das operações industriais (R\$ mil) | 4.389.807 |
| Consumo de matérias-primas, materiais auxiliares e componentes (R\$ mil) | 3.399.386 |
| Valor bruto da produção industrial (R\$ mil) | 6.601.867 |
| Valor da transformação industrial (R\$ mil) | 2.212.061 |

Fonte: IBGE, 2013.

Em 2008, a média de rendimentos do trabalhador do Polo Industrial de Manaus (PIM) foi de R\$ 2.748,76. Esses ganhos incluem salários, encargos e benefícios, segundo os Indicadores de Desempenho da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Os salários foram ampliados para R\$ 3.572,96 em março de 2013, alta de 29,98%. (<http://www.d24am.com>)

As indústrias instaladas em Rondônia tem produção com baixo valor agregado. Apenas 76 empresas têm produção com maior participação na produção e vendas (Tabela 11). Estas dez atividades são: carne bovina fresca e resfriada (14 unidades), carne congelada (sete unidades), queijo fresco (23 unidades), cimento composto (uma unidade), peças para guindastes (uma unidade), peles e couro bovino e equídeos (14 unidades), refrigerante (três unidades), estanho (quatro unidades), minério de estanho (quatro unidades) e ração (cinco unidades). De todas as atividades, apenas três correspondem a 67% do total: 14 unidades industriais de carne bovina fresca e resfriada, 23 unidades de queijo fresco e 14 unidades de peles e couros bovinos e equídeos (Tabela 11).

PROPOSTA PARA CONSOLIDAR A INDÚSTRIA EM RONDÔNIA

Gerar e consolidar processo de sistema produtivo, alicerçado, na eficiência, competitividade, justiça social e respeito ao meio ambiente para pleno desenvolvimento sustentado do estado, através de I- ações alicerçadas no sistema de apoio à produção industrial e da agroindústria, no desenvolvimento do

Tabela 11**Rondônia – Pesquisa industrial anual: produtos
Produção e vendas dos 10 principais produtos e/ou serviços industriais segundo o valor de produção
2011**

| | |
|--|-----------|
| I- Carne bovina fresca ou refrigerada (unidades locais) | 14 |
| Valor de vendas (R\$ mil) | 1.705.209 |
| Valor de produção (R\$ mil) | 2.014.753 |
| II- Carne bovina congelada (unidades locais) | 7 |
| Valor de vendas (R\$ mil) | 922.447 |
| Valor de produção (R\$ mil) | 1.066.670 |
| III- Queijo fresco, exceto queijo minas (unidades locais) | 23 |
| Valor de vendas (R\$ mil) | 393.011 |
| Valor de produção (R\$ mil) | 444.943 |
| IV- Cimento Portland composto (CPII) (unidades locais) | 1 |
| Valor de vendas (R\$ mil) | (x) |
| Valor de produção (R\$ mil) | (x) |
| V- Peças para talhas, guindastes, pórticos (unidades locais) | 1 |
| Valor de vendas (R\$ mil) | (x) |
| Valor de produção (R\$ mil) | (x) |
| VI- Peles e couros de bovinos e eqüídeos (unidades locais) | 14 |
| Valor de vendas (R\$ mil) | 168.595 |
| Valor de produção (R\$ mil) | 200.079 |
| VII- Refrigerante (unidades locais) | 3 |
| Valor de vendas (R\$ mil) | 173.353 |
| Valor de produção (R\$ mil) | 181.066 |
| VIII- Estanho ou ligas de estanho em forma bruta (unidades locais) | 4 |
| Valor de vendas (R\$ mil) | 168.536 |
| Valor de produção (R\$ mil) | 170.817 |
| IX- Minério de estanho (unidades locais) | 4 |
| Valor de vendas (R\$ mil) | 145.878 |
| Valor de produção (R\$ mil) | 160.286 |
| X- Ração (unidades locais) | 5 |
| Valor de vendas (R\$ mil) | 140.560 |
| Valor de produção (R\$ mil) | 136.896 |

Fonte: IBGE, 2013.

sistema de apoio financeiro estadual através de cooperativas e crédito e fomento, melhorando o acesso ao crédito dirigido a produção, no favorecimento a micros, pequenas e médias empresas, APLs e micro empreendedor individual e no desenvolvimento da ciência e tecnologia, a pesquisa e o desenvolvimento para o setor produtivo, com especial atenção aos fármacos da flora regional.

II- Articular a substituição das importações regionais; a comercialização da produção regional (nos mercados internos) e de exportação, visando ambos, à integração produtiva, via Estrada do Pacífico; à cooperação técnica com o desenvolvimento de projetos sociais, econômicos e financeiros nos municípios; e ao investimento em infraestrutura de turismo interno.

I- Políticas para a organização do segmento: implantar, de fato, a Secretaria de Indústria e Comércio; construir estratégias de relações internacionais e turismo; implantar o Programa Empresário Cidadão; implantar o sistema de institucionalização das empresas com o objetivo de diminuir a informalidade; consolidar o assento às entidades micro e pequenas empresas na comissão do Fundo de Desenvolvimento de Rondônia, com direito à voz e voto; apoio à criação de espaço próprio (Fórum) para discussão e negociação entre empresários e o governo estadual.

II- Política de crédito: fomentar e apoiar o convênio com bancos estatais e privados, cooperativas de crédito e associações da classe empresarial para formalizar apoio ao crédito e a implantação do seguro de crédito.

III- Política de “compras governamentais”: implantação em sua totalidade do Programa de Compras Governamentais como institui a lei 128/08.

IV- Política de comércio: apoio para a criação de pontos de vendas de produtos fabricados em Rondônia e em outros estados; apoio na criação e implantação de programa de “Rede de Agentes” do tema; viabilizar parceria para gestão junto ao Poder Judiciário para alteração do sistema de registro de protesto de títulos, alterando da forma atual, para a que o protesto seja gratuito para micro e pequenas empresas.

V- Substituição das importações: (valorização do regional) utilizando as vias de escoamento já estabelecidas, bem como pelas vias em implantação tendo como foco o mercado andino e mundial.

VI- Implementação de arranjos produtivos locais: (micro regiões) construir modelos para a implantação de agroindústrias estruturantes nas microrregiões do estado.

VII- Consolidação da lei geral das MPMEs e MEI.

VIII- Implantação de cooperativas de crédito e fomento ao setor produtivo, da mesma forma instituir uma política de incentivo ao setor produtivo através de renúncia fiscal.

IX- Implementar em Ciência e Tecnologia, Pesquisa, Desenvolvimento e inovação nas áreas prioritárias para o estado e com foco na biodiversidade, tais como princípios ativos da flora (Fármacos e Cosmética).

X- Implantar um sistema que facilite a consolidação da infraestrutura e logística, da mesma forma atuar nas ações catalisadoras do turismo regional;

XI- implantar apoio à logística de produção e comercialização para atender aos mercados locais, regionais e internacionais.

XII- Implantar rede e consórcios industriais municipais.

XIII- Cooperação técnica internacional (GTZ/Banco Mundial/fundos internacionais).

EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO

A educação como processo formativo do cidadão(ã) é uma das áreas mais importantes na perspectiva da inclusão e cidadania porque perpassa e constrói uma vida cidadã (desde a tenra idade) pela construção da interpretação do mundo. A educação neste texto será abordada na perspectiva do processo formativo escolar, deixando de abordar a formação da e na família, sem, contudo diminuir a importância desse processo de formação.

Paulo Freire aborda a educação como processo construído, não imposto e, sobretudo, não sendo uma educação bancária (FREIRE, 1987). A ideia central de educação para a liberdade pode ser sintetizada pela célebre frase: “A educação incita os homens a serem livres”. A educação bancária trata a educação como um fim e não como um processo, é acrítica e oposta à educação que transporta o homem e a mulher para a autonomia, que é antagonista da passividade.

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito. (FREIRE, 1967)

Os temas abordados constroem um panorama da educação como processo em construção e não finalizado porque o mundo está em constante alteração das dinâmicas da comunicação e das prioridades temáticas, professores e alunos não estão no papel central, tampouco o conteúdo é imutável. Assim, a educação é complexa, dialógica, transformadora de corações e mentes.

BREVE DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA

A taxa de atendimento da rede educacional do estado de Rondônia, de acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2010), variava entre as faixas de idade: 0 a 3: 10,3%, 4 a 5: 56,7% 6 a 14: 95,9%. A taxa de analfabetismo ainda é alta: maiores que 10 anos 7,9% e entre 10 e 14 anos a taxa é de 2,0%. Mais graves

são as diferenças nas áreas urbanas: 6,3% e praticamente o dobro nas áreas rurais 12,5%.

As metas de atendimento (Tabela 12) para crianças entre 0 e 14 anos entre 2012 e 2020 foram definidas pelo MEC para o estado de Rondônia, para a faixa de 0 a 3 anos: saindo de 13,2% para 31,3%, para a faixa de 4-5 anos: saindo de 84,7% para 99,0% e para a faixa de 6 a 14 anos: saindo de 96,9% para 99,0%; os números de maior crescimento são da faixa de 0 a 3 anos com desvio padrão alto de 7,2% em contraposição de 0,8% na faixa de 6 a 14 anos, na qual o desvio padrão é de 0,8. Assim, a taxa de escolarização líquida de Rondônia em 2009, para o ensino fundamental (7 a 14 anos): 95,5% e para o ensino médio (15 a 17 anos) 45,7% (MEC, 2011) e que são valores baixos, principalmente no ensino médio, indicando que o atendimento quantitativo precisa aumentar para parâmetros de universalização do atendimento.

Também foram construídas metas para os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos iniciais, partindo de 4,3 em 2009 para 5,9 em 2021 e para os anos finais de 3,5 em 2009 para 5,4 em 2021.

O número de matrículas em todos os níveis (creche, fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos) tem alteração moderada e próxima do crescimento vegetativo da população de Rondônia. A maior parcela de matrículas da rede estadual se concentra no ensino fundamental e médio e os valores são próximos de 90%, como apresentado na Tabela 13. Entretanto, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCRO, 2013) destaca que em 2010, a defesagem de vagas foi de 44% e em 2012, 40,5%; os percentuais indicam diminuição de alunos fora da escola, entretanto a quantidade continua extremamente alta. Em 2012 este valor era da ordem de 39,5 mil cidadãos fora da sala de aula¹¹.

O Tribunal de Contas de Rondônia (TCRO, 2013) apresenta as causas para essa baixa oferta de vagas:

Tabela 12

Rondônia – Metas de atendimento de crianças da rede educacional 2012-2020

| | 0 a 3 anos (%) | 4 a 5 anos (%) | 6 a 14 anos (%) |
|------|-----------------------|-----------------------|------------------------|
| 2012 | 13.2 | 84.7 | 96.9 |
| 2014 | 16.6 | 95.9 | 97.7 |
| 2018 | 20.8 | 99.0 | 98.2 |
| 2018 | 25.7 | 99.0 | 98.7 |
| 2020 | 31.3 | 99.0 | 99.0 |

Fonte: MEC, 2011.

11. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCRO, 2013) adotou a metodologia baseada na população do estado na faixa de idade e o número de vagas disponibilizadas pela rede estadual de Rondônia.

As causas principais podem ser atribuídas, novamente, à ausência de priorização do ensino médio pelo estado, como também devido o quantitativo de escolas e de professores serem insuficientes para o atendimento específico desse nível de ensino. Pode-se atribuir como efeito principal dessa deficiência que parte considerável da população em idade compatível com o ensino médio regular se acha fora da sala de aula.

O número de escolas da rede estadual não tem alteração significativa no período entre 2007 e 2010 (Tabela 14). As quantidades são respectivamente: 536, 548, 530 e 548. Há três constatações importantes. A primeira é que a maior fatia de escolas está vinculada às etapas fundamental e médio, partindo de 96% em 2007 e chegando a 99% do total em 2010; a segunda é a não linearidade entre os investimentos (mesmo que os períodos sejam diferentes, é possível mostrar a relação), em 2010, apenas 85%; 2011, 87% e 2012, 98% das despesas liquidadas eram vinculadas a estas duas etapas e a maior parte era investida no ensino fundamental; a terceira é a discrepância entre a quantidade de escolas e de professores e os valores financeiros investidos para o ensino médio, 15% em 2010, 17% em 2011 e apenas 0,24% em 2012 (TCRO, 2013), demonstrando que é necessário adequação de prioridades para o investimento por parte do estado de Rondônia.

O TCRO (2013) apresenta uma síntese da execução orçamentária e financeira da educação em Rondônia.

■ **2865 Expandir a Matrícula na Oferta de Cursos de Educação Profissional** (Programa Educação Profissional e Tecnológica) – nenhuma execução financeira em 2011, bem como em 2012 com execução orçamentária de **27,42%** e execução financeira.

■ **2105 Capacitar Professores para Democratização da Tecnologia Educacional** (Programa Melhoria da Qualidade da Execução Básica) – execução financeira em 2010 e 2011 de apenas **56,30%** e **51,11%**, respectivamente.

■ **2155 Capacitar Professores para Temática Diversidade** (Programa Melhoria da Qualidade da Execução Básica) – execução financeira em 2011 de apenas **47,76%**.

■ **2306 Assistir ao Aluno da Educação Básica** (Programa Melhoria da Qualidade da Execução Básica) – execução financeira em 2010 e 2011 de apenas **30,07%** e **0,60%**, respectivamente.

■ **2742 Atender Alunos com Necessidades Educativas Especiais** (Programa Melhoria da Qualidade da Execução Básica) – execução orçamentária e financeira em 2010 e 2011 de apenas **31%**.

■ **2745 Atender Professores por Meio de Formação Continuada** (Pro-

grama Melhoria da Qualidade da Execução Básica) – execução orçamentária em 2011 e 2012 de apenas **11,17%** e **53,97%**, respectivamente.

■ **2864 Atender a Alunos da Educação de Jovens e Adultos** (Programa Melhoria da Qualidade da Execução Básica) – execução orçamentária em 2011 e 2012 de apenas **57,24%** e **47,93%**, respectivamente.

■ **2955 Construir e Reformar Prédios Públicos** (Programa Melhoria da Qualidade da Execução Básica) – execução orçamentária e financeira em 2012 de apenas **51,15%** e **52,40%**, respectivamente.

Tabela 13

Rondônia – Número de matrículas por etapas da rede estadual 2007-2010

| Modalidade | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Regular - Creche | 518 | 603 | 601 | 613 |
| Regular - Pré-escola | 864 | 1200 | 696 | 696 |
| Regular - Anos iniciais do ensino fundamental | 60367 | 57766 | 55438 | 52594 |
| Regular - Anos finais do ensino fundamental | 85957 | 88006 | 88525 | 87962 |
| Regular - Ensino médio | 52421 | 55026 | 55631 | 55806 |
| Educação de Jovens e Adultos - Anos iniciais do ens. fundamental/presencial | 2726 | 2331 | 2048 | 1501 |
| Educação de Jovens e Adultos - Anos finais do ens. fundamental/presencial | 17425 | 16771 | 18012 | 15834 |
| Educação de Jovens e Adultos - Anos iniciais do ens. fundamental/semipresencial | 22 | 47 | 25 | 0 |
| Educação de Jovens e Adultos - Anos finais do ens. fundamental/semipresencial | 7200 | 8056 | 8921 | 8183 |
| Educação de Jovens e Adultos - Ensino fundamental de 1ª a 8ª série/presencial | 136 | 0 | 0 | 0 |
| Educação de Jovens e Adultos - Ensino médio | 29470 | 30729 | 33089 | 32322 |
| Total | 257106 | 260536 | 262986 | 255511 |

Fonte: MEC, 2011.

Tabela 14

Rondônia – Número de escola por etapa de ensino da rede estadual 2007-2010

| Ano | Educação infantil | | | Ensino fundamental | | | Ensino médio | | | Total | |
|------|-------------------|-------|-------|--------------------|-------|-------|--------------|-------|-------|--------|-------|
| | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural |
| 2007 | 2 | 22 | 24 | 270 | 87 | 357 | 144 | 11 | 155 | 416 | 120 |
| 2008 | 3 | 25 | 28 | 271 | 91 | 362 | 146 | 12 | 158 | 420 | 128 |
| 2009 | 2 | 1 | 3 | 271 | 95 | 366 | 147 | 14 | 161 | 420 | 110 |
| 2010 | 2 | 1 | 3 | 272 | 101 | 373 | 152 | 20 | 172 | 426 | 122 |

Fonte: MEC, 2011.

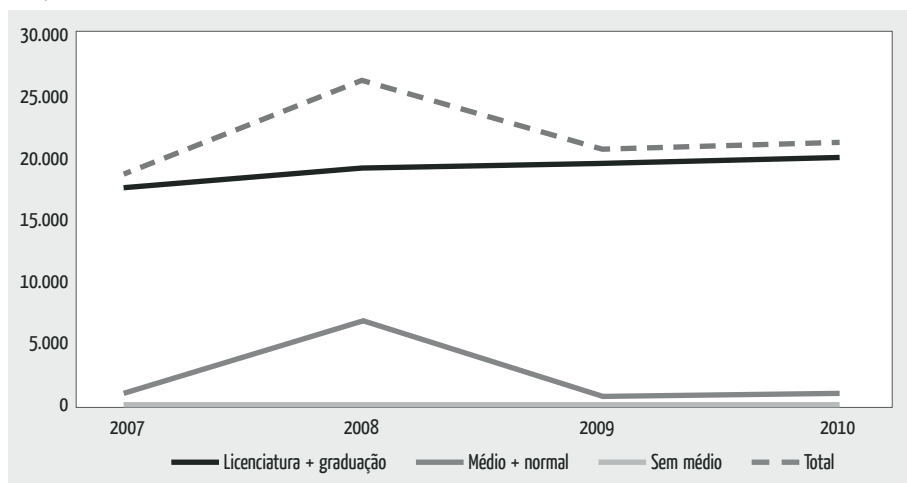
No que tange ao número e qualificação dos professores, ainda há muito a investir para que a realidade seja alterada positivamente. A quantidade de

professores aumentou entre 2007 e 2010 em torno de 12%, com um salto em 2008 possivelmente por contratação de professores temporários (Gráfico 7). Os professores com graduação (licenciatura + graduação em geral) têm crescimento tênue e uma linha de tendência linear descrita pela equação: $\text{PROFESSORES (tempo)} = 850 * \text{tempo} + 16.867$.

Entretanto, esse crescimento não é proporcional à diminuição dos professores com formação de ensino médio (médio + médio normal), que caiu de 1.063 professores em 2007 para 759 professores em 2010. O mais preocupante é que na rede estadual ainda há professores sem o ensino médio e esses números não se alteraram ao longo do período analisado (Tabela 15). Os dados apresentados podem ser discutidos sob dois aspectos, o primeiro é que não há investimentos em capacitação para a formação docente dos chamados

Gráfico 7

Rodônia – Qualificação dos docentes da rede estadual
2007-2010



Fonte: MEC, 2011

Tabela 15

Rondônia – Formação dos professores da rede estadual
2007-2010

| Formação docente | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|-------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Licenciatura+ graduação | 17372 | 18971 | 19641 | 19982 |
| Médio + normal | 1063 | 7023 | 816 | 759 |
| Sem médio | 49 | 52 | 45 | 48 |
| Total | 18484 | 26046 | 20502 | 20789 |

Fonte: MEC, 2011.

leigos (professores sem curso de graduação), visto que em 2007 6% estavam nesta condição e entre 2009 e 2010 o valor estacionou em 4%; a análise do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCRO, 2013) acrescenta mais uma crítica, ao indicar que não há formação continuada para os professores da rede estadual; o segundo aspecto agudiza a situação, porque mesmo que o total de professores com graduação esteja num patamar de 96%, desse total 43% ministram aulas em disciplinas fora da área de formação.

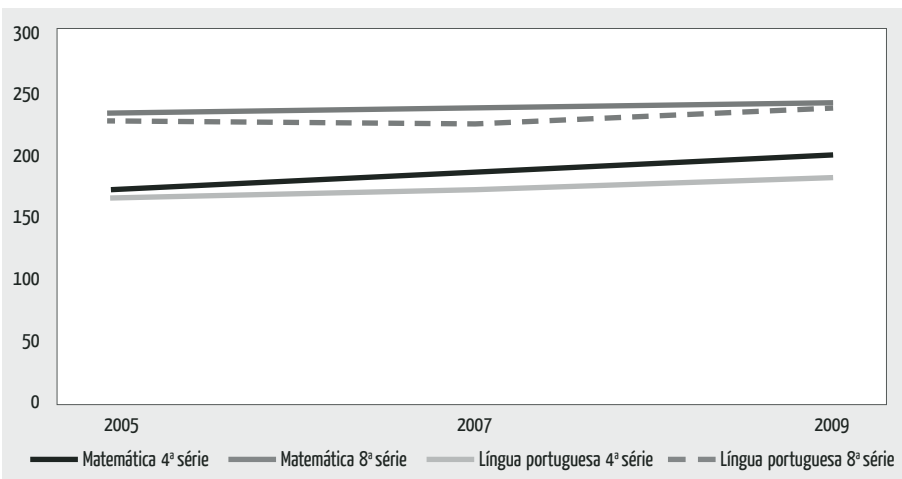
Por fim, os resultados da Prova Brasil que indicam as boas experiências desenvolvidas na atividade escolar e detectam as situações que merecem maior atenção do poder público. Há críticas ao indicador, relacionadas a dois pontos: o primeiro é que a prova é realizada apenas nas disciplinas Matemática e Língua Portuguesa, o outro é que os indicadores refletem as condições socioeconômicas e culturais além da qualidade da rede, ou seja, não são indicações inerentes apenas à condição de educação escolar. Os dados de Rondônia, apresentados no Gráfico 8 e na Tabela 16 demonstram que os valores cresceram no período especificado, 2007-2009.

No relatório elaborado pela SEDUC em 2000 estão presentes os principais gargalos da educação do estado de Rondônia:

- Retenção do aluno na faixa etária de 15 a 17 anos no ensino fundamental.
- Concentração de matrícula no ensino médio noturno.

Gráfico 8

Rodônia – Nota da Prova Brasil 2005, 2007 e 2009



Fonte: MEC, 2011.

Tabela 16**Rondônia – Resultado da Prova Brasil da rede estadual
2005, 2007 e 2009**

| Série/ Ano | Ano | Matemática | Língua portuguesa | Padronização matemática | Padronização Língua portuguesa |
|-----------------|------|------------|-------------------|-------------------------|--------------------------------|
| 4ª série/5º ano | 2005 | 171,9 | 166,3 | 4,28 | 4,27 |
| | 2007 | 186,5 | 170,2 | 4,84 | 4,41 |
| | 2009 | 199,7 | 180,8 | 5,34 | 4,80 |
| 8ª série/9º ano | 2005 | 232,5 | 227,7 | 4,42 | 4,26 |
| | 2007 | 239,3 | 226,5 | 4,64 | 4,22 |
| | 2009 | 240,6 | 237,9 | 4,69 | 4,60 |

Fonte: MEC, 2011.

- Rede física sem atendimento exclusivo para o ensino médio.
- Prédios escolares sem adaptação para portadores de deficiência física.
- Atendimento do ensino médio sem identificação específica para esse público, observando-se a necessidade de reordenar a rede extinguindo compartilhamento com as séries iniciais do ensino fundamental.
- Carência de profissionais na área de Matemática, Química, Física e Biologia.
- Currículo fora do contexto dos princípios da reforma.

Os dados da educação em Rondônia colocam este tema num dos patamares mais importantes para o desenvolvimento do estado; investimentos necessitam ser feitos tanto na perspectiva da estrutura física, quanto na formação de professores, seja porque ainda temos demandas reprimidas altas de professores de Ciências (Química, Física e Biologia); como exemplo, dos 52 municípios de Rondônia apenas 20 têm professores formados em Física, mostrando que a lacuna de formação precisa ser realizada com articulação entre os entes estaduais e federais.

Assim, tratar a educação pelos temas a seguir transforma as ações (na educação) em pontos de investimento teórico e metodológico. A valorização profissional trata o professor como um ponto importante, valorizando-o não apenas com salário, mas, sobretudo com formação continuada no tema da atuação desenvolvida. A gestão democrática trata a administração como participativa e de responsabilidade de todos os atores, desde o ente público até a família do aluno. A educação básica precisa ser valorizada porque é a base formativa do aluno e com a atuação adequada compromete positivamente sua formação. A infraestrutura física é importante para disponibilizar aos atores as condições adequadas, para que os processos formativos possam ser realizados num ambiente estimulante.

PROPOSTAS PARA O ESTADO DE RONDÔNIA

As propostas serão apresentadas nos seguintes pontos: valorização profissional, gestão democrática, educação básica e estrutura física.

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

■ Garantir a inserção das temáticas de gênero, raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero, educação especial e educação integral nas formações oferecidas aos profissionais que atuam na educação básica.

■ Incentivar a pesquisa, publicação e impressão de produções escritas dos profissionais da educação básica.

■ Oferecer gradativamente a formação continuada (especialização e mestrado) aos profissionais da educação.

■ Garantir auxílio-creche a todos/as os/as servidores/as com filhos/as na faixa etária da educação infantil.

■ Reformular o plano de cargos, carreira e remuneração.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

■ Constituir e implementar os conselhos escolares nas unidades de ensino da rede estadual com vistas a garantir a participação de todos os representantes da comunidade escolar na gestão.

■ Garantir o fortalecimento e a ampliação do programa de descentralização de recursos da educação mediante repasses feitos diretamente aos conselhos escolares.

■ Garantir o processo de eleição direta para o cargo de diretor (a) e vice-diretor (a) de escolas da rede estadual de ensino.

■ Garantir a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na elaboração do plano estadual de educação.

■ Fortalecer ações e projetos de integração escola e comunidade objetivando a realização de atividades desportivas, artísticas e culturais integrando dessa forma o projeto político pedagógico da escola ao meio social em que está inserida.

■ Realizar a chamada escolar com vistas a garantir a democratização do acesso ao ensino público (educação básica)

■ Fomentar e adequar o currículo escolar, através da Secretaria de Estado da Educação, de forma coletiva e democrática, contribuindo para permanência dos/das estudantes na escola de tempo integral.

■ Garantir o financiamento, de acordo com o custo aluno/a-qualidade (CAQ), da educação integral nas escolas da rede pública estadual de ensino. Regulamentar e consolidar o regime de colaboração entre estado e municípios na perspectiva de garantir uma política educacional unificada.

EDUCAÇÃO BÁSICA

- Ampliar a oferta de vagas na educação básica da rede estadual de ensino.
- Implementar programas de combate ao analfabetismo.
- Ampliar gradativamente o Programa de Educação Integral nas escolas da rede pública estadual de ensino.
- Fortalecer e ampliar os programas de inclusão digital, garantindo a utilização dos equipamentos de informática como recursos pedagógicos.
- Fortalecer a política de educação no campo ampliando o atendimento e assegurando a educação integral, educação especial e profissionalizante.
- Implantar o Projovem urbano, campo e prisional, na rede estadual de ensino.
- Garantir aos alunos do campo a conclusão do ensino fundamental e o ingresso no ensino médio.
- Consolidar e expandir o Programa de Ensino Médio Profissionalizante em todo o estado.
- Ampliar o atendimento no ensino médio para a educação de jovens e adultos
- Implantar o curso pré-vestibular na rede pública estadual de ensino.
- Ampliar a oferta de transporte escolar para os alunos do campo.

INFRAESTRUTURA FÍSICA

- Ampliar e reestruturar as salas de recursos multifuncionais para atendimento aos alunos/as com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
- Construir e implementar centros de inclusão digital nas escolas.
- Construir quadras cobertas nas escolas da rede estadual de ensino.
- Construir e adequar escolas para o atendimento de educação integral nos municípios de Rondônia.
- Construir escolas para atendimento da educação básica na zona urbana e campo.
- Construir e reestruturar as salas de TV Escola e de bibliotecas escolares nas unidades de ensino.
- Reformar e adaptar os prédios escolares da rede pública estadual para acessibilidade dos alunos/as com necessidades educacionais especiais.
- Construir bibliotecas públicas nos municípios.
- Construir escola de música nos municípios do estado.
- Construir centro de formação para os/as profissionais da educação nos municípios.

C&T EM RONDÔNIA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O ESTADO TRANSPOR-SE AO SÉCULO XXI

O tema Ciência e Tecnologia (C&T) é fundamental para a superação de desafios na Amazônia. Como destaca Pereira (2004): “O grau de desenvolvimento de um povo pode ser mensurado pelos investimentos efetuados em pesquisa e produção do conhecimento e a soberania de um país se constrói também pela sua independência tecnológica”. E reconhece a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República: “A Ciência, a Tecnologia e a Inovação são, no cenário mundial contemporâneo, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades”. (www.sae.gov.br/brasil2022/?p=239)

No âmbito estadual esse papel é relevante e influenciador da distribuição de renda, do fomento a novas empresas, agrega trabalhadores às atividades econômicas e, sobretudo, aumenta o grau de eficiência econômica pela produção com valor agregado maior. Da mesma forma, Pereira (2004) ressalta que:

descobrir formas para combater a exclusão social, possibilitando que o conhecimento tecnológico e científico beneficie a população e lhe garanta melhores condições de vida.

Especificamente na Amazônia, Rondônia inclusa, pouco se conhece das riquezas disponíveis e como transformá-las em desenvolvimento sem destruir o ambiente através do desmatamento, deslocamento de populações tradicionais (indígenas, ribeirinhos), ou mesmo implantando atividades econômicas que não são adaptadas à região e que em curto espaço de tempo alterará radicalmente e negativamente os biomas existentes, como é o caso da implantação da produção de soja e da produção de álcool.

A importância da Ciência e Tecnologia na promoção de um desenvolvimento sustentável mostra-se central, e especialmente promissora, se aliada à utilização sustentável dos recursos naturais e aos conhecimentos tradicionais (OLIVEIRA, 2006).

DIAGNÓSTICO DA C&T EM RONDÔNIA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A educação superior tem uma clara divisão entre o público federal e o privado. No federal, tem-se duas instituições, a UNIR e o IFRO, a universidade estadual (lei 543, de 28 de dezembro de 1993) já foi criada, mas não está

em funcionamento. A universidade federal tem sete campi ao redor do estado, com 4.785 alunos, sendo 4.663 de graduação e próximo de duas centenas de pós-graduandos matriculados no *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) que abrangem uma gama substantiva de cursos, 11 de mestrado e dois de doutorado. Os cursos de graduação, 34 no total, são oferecidos em todas as áreas do conhecimento. O instituto federal funciona com oito campi e em breve serão nove, inclusive com um campus binacional e no planejamento institucional (do IFRO) aparece o objetivo de atender até o ano de 2014 em torno de 11mil pessoas; os cursos dessa instituição abrangerão as áreas técnicas e tecnológicas (agrícolas, mecânica, computação e civil), além de cursos de licenciatura em Ciências. As faculdades particulares estão instaladas nos municípios de maior adensamento populacional, somente naqueles com mais de 18mil habitantes (20 municípios) e há maior incidência nas cidades ao longo da BR 364. Os cursos oferecidos nas instituições privadas são aqueles de maior apelo do mercado.

Análise: Os desafios são grandes nas áreas de tecnologia e de formação de professores, principalmente em Física e Ciências que têm demanda reprimida de mais de uma centena de professores para atuação no ensino médio estadual. Da mesma forma, há demanda reprimida em áreas estratégicas para o crescimento do estado. Os cursos que necessitam ser implementados e/ou consolidados podem ser sintetizados por: licenciatura em Física, licenciatura em Química, Turismo, Aquicultura (couro, leite, carnes e pesca), Medicina, Enfermagem (saúde), Engenharia Agrícola (Agroecologia), Engenharia Hídrica, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental, Extrativismo e Bioenergia. Esses cursos devem ser descentralizados e abranger maior quantidade de municípios, principalmente aqueles menores e que não tenham instaladas as instituições públicas.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A área de educação profissional e tecnológica em Rondônia tem atuação federal desde o início da década de 1990 com a Escola Federal Agrotécnica de Colorado do Oeste. A partir de dezembro de 2008 foi instituído o Instituto Federal e a partir desse momento, o crescimento da EPT é vertiginoso. Entretanto, não há Educação Profissional e Tecnológica- EPT nas esferas estadual e particular.

Análise: os espaços de atuação da EPT precisam ser consolidados a partir da intervenção de Rondônia, pois os desafios são grandes e precisam atender as atividades econômicas locais. Dessa forma, a intervenção deve ser qualificada nas seguintes áreas: Turismo, Aquicultura (couro, leite, carnes e pesca), Auxiliar de Enfermagem, Técnico Agrícola (agroecologia), Técnico Florestal, Técnico em Gestão Ambiental, Extrativismo e Técnico em Bioenergia. Os cursos devem ser oferecidos em locais que não têm presença da EPT para

abranger maior quantidade de municípios. Para otimizar os recursos e a infraestrutura, é desejável a implementação de apenas uma instituição, oferecendo cursos superiores estadual e cursos técnicos.

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* E *STRICTO SENSU*

A pós-graduação *stricto sensu* é operacionalizada pela UNIR nos cursos de Biologia Experimental, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Administração, Educação, Letras, Psicologia e Saúde Pública, e todos esses programas têm autorização da Capes com média mínima de 3; em RO não tem nenhum curso *stricto sensu* em instituição privada. A Pós-Graduação *Lato sensu* tem oferta tanto das esferas privadas, quanto federal, entretanto as instituições particulares apenas oferecem cursos que tem apelo do mercado, ficando para a instituição federal os cursos formativos e com visão estratégica.

Análise: as instituições públicas devem ter o papel de oferecer cursos nas áreas estratégicas para Rondônia, englobando as atividades de graduação: Licenciatura em Física, Turismo, Aquicultura (couro, leite, carnes e pesca), Saúde (Medicina, Enfermagem), Engenharia Agrícola (agroecologia), Engenharia Hídrica, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental, Extrativismo e Bioenergia. Destacando-se a titulação (mestrado e doutorado) dos professores da rede estadual. Os cursos devem ser oferecidos em locais que abranjam a maior quantidade de municípios e diferentes daqueles que já têm essas atividades.

RECURSOS PARA A PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Os recursos de pesquisa, pós-graduação e inovação internalizados em Rondônia são oriundos de fontes federais (CNPq, Capes, Finep) e de recursos próprios das instituições. Uma parte desses recursos é direcionada diretamente para os pesquisadores e difícil mensuração dos montantes aplicados em Rondônia. Iniciativas de estudos em áreas específicas pioneiras têm dado resultados muito interessantes, tais como: doenças tropicais- Cemetrion, análise de combustíveis, contaminação em metais pesados- Biogeoquímica, química dos produtos naturais e a produção de energias renováveis. Não há em Rondônia um órgão que seja proponente, avaliador, fomentador e financiador de estratégias para a implementação da Ciência, Tecnologia e Inovação em Rondônia.

Nesse mesmo caminho se dá a pós-graduação *stricto sensu*, que se efetiva com recursos federais (Capes e CNPq) e com recursos próprios das instituições. Também, não há instituição de apoio a iniciativas para a pós-graduação *lato sensu*. As iniciativas de pós-graduação *lato sensu* são unicamente de interesse das instituições de ensino e em duas modalidades: institucionais (de graça) e autossustentáveis (cobrado dos alunos), destacando-se que as insti-

tucionais são realizadas apenas pelas IES públicas e aquelas que cobram dos alunos são implementadas por todas as instituições.

As iniciativas de inovação em Rondônia não são significantes, pois há poucos recursos federais e aqueles que existem são pouco difundidos, também há pouca internalização e aprendizado para a inovação nas instituições, sejam públicas ou privadas.

Análise: Os recursos federais implementados nas linhas de pesquisa, pós-graduação e inovação têm baixa inserção em Rondônia, pois os parâmetros de análise são normalizados e referenciados nas regiões mais desenvolvidas do Brasil. Assim, é necessário, possível e desejável que tenham recursos estaduais para a C&T+I, com o objetivo de diminuir a assimetria entre o estado e outras regiões, com foco na adequação das condições e para a normalização da concorrência com outros centros.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA

Rondônia já tem uma Fundação de Apoio à Pesquisa em funcionamento, entretanto até o momento não se sabe de alguma atividade desenvolvida pela instituição. Caso a previsão de 1% da arrecadação fosse aplicada em C&T, entre 2002 e 2009, o valor disponibilizado aplicado seria da ordem de R\$ 116 milhões (Tabela 17).

Análise: os recursos financeiros aplicados em C&T modificam a economia de um estado, seja na produção de conhecimento, seja na formação de recursos humanos, sobretudo na transformação dos resultados em bens ou tecnologia. Nesse caminho, os recursos para a C&T devem ser encarados na perspectiva de investimentos. A Tabela 16 apresenta a previsão de aplicação de recursos demonstrando que Rondônia poderia estar em outro patamar da Ciência e, sobretudo, das atividades econômicas.¹²

PROPOSTAS PARA INCLUIR RONDÔNIA NA MODERNIDADE COM SUSTENTABILIDADE

Todas as propostas estão baseadas nas concepções de que é necessário diminuir as disparidades e assimetrias dentro do estado e em relação às outras unidades da federação. Ou seja, é necessário alterar o quadro do estado de participação econômica e importância perante os outros entes da federação, da mesma forma que é necessário mudar a relação de dependência e produção entre os 52 municípios. Como constatação, Rondônia tem 18 municípios com população acima de 18 mil habitantes, com estrutura (nem sempre adequada)

12. Há informações que indicam que qualquer valor monetário investido em C&T tem impacto 15 na sociedade, indicando que a R\$ 1,7 bilhão entraria na economia no período especificado.

Tabela 17

Rondônia – Recursos possíveis para C&T
2005, 2007 e 2009

| Ano | Arrecadação anual | Previsão de aplicação 1% |
|-----------------------------------|-------------------|--------------------------|
| 2002 | 662.379.783,00 | 6.623.797,83 |
| 2003 | 944.169.917,00 | 9.441.699,17 |
| 2004 | 944.169.917,00* | 9.441.699,17 |
| 2005 | 1.411.262.494,00 | 14.112.624,94 |
| 2006 | 1.519.639.609,00 | 15.196.396,09 |
| 2007 | 1.704.535.778,00 | 17.045.357,78 |
| 2008 | 2.143.634.298,00 | 21.436.342,98 |
| 2009 | 2.320.541.766,00 | 23.205.417,66 |
| Total da previsão de investimento | | 116.503.335,62 |

Fonte: CUT/Rondônia, 2010. * Valor incoerente, não foi eliminado por representar uma previsão. CUT/Rondônia. www.tudorondonia.com/ler.php?id=14837. Acesso em 09 mar. 2010.

de ensino de graduação e até de pós-graduação. Dessa forma, 34 municípios do estado ficam acéfalos em relação a esse tipo de formação. Agregando-se a isso, somente nove cidades são atendidas por instituições federais, portanto as 43 cidades estão sem atendimento de IFES, ou seja, essas cidades representam o potencial de atendimento da instituição estadual.

O sistema proposto para a Ciência e Tecnologia (C&T) deverá estar baseado nos seguintes pontos: alta complexidade, média complexidade e baixa complexidade.

- Alta complexidade compreende a implementação de estruturas de C&T de altíssimo nível nas áreas estratégicas de Rondônia, implantando duas unidades.

- Média complexidade compreende a formação em graduação e técnica com foco na vocação econômica e social das cidades, implantando oito unidades.

- Baixa complexidade compreende a formação técnica, graduação e pós-graduação na modalidade a distância com articulação e apoio das prefeituras, implantando 42 unidades.

- Há necessidade de interação com outros estados e países, portanto é necessário articular uma instituição em Guajará-Mirim para efetivar essa relação na educação e na C&T.

- Implantação da instituição estadual de educação ciência e tecnologia abrangendo a formação técnica, de graduação e pós-graduação.

- A instituição estadual deve atuar em formação presencial e a distância.

- Atuar na formação de jovens e adultos para universalizar a formação técnica e de graduação em todos os municípios.

- Consolidação da Fundação de Apoio a Pesquisa e Inovação de Rondônia.
- Implantar recursos para C&T+I com foco na vocação econômica e social de Rondônia, tendo como referência o uso de 1% da arrecadação estadual.
- Criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia.
- Oferecer cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação nas áreas foco do estado de Rondônia: Licenciatura em Física, Turismo, Couro, Leite, Carnes, Pesca (aquicultura), Saúde (Medicina, Enfermagem), Engenharia Agrícola (Agroecologia), Engenharia Hídrica, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental, Extrativismo e Bioenergia, Formação de Professores.
- Construir uma Política de C&T+I baseada na democracia, no socialismo e na sustentabilidade para Rondônia.
- Articular ações entre as instituições de pesquisa e as empresas que atuam no mercado de Rondônia com o objetivo de influenciar a pesquisa e a inovação.

ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DIRETOR:

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MUNICÍPIOS RONDONIENSES

Muito embora a infraestrutura e os serviços essenciais (transporte coletivo, coleta de lixo, lazer, acesso à moradia, entre outros) sejam deficientes no Brasil, há necessidade de prestar atenção às peculiaridades da região amazônica que contempla: florestas, rios extensos e biodiversidade abundante, objetivando maior possibilidade de preservação ambiental e, sobretudo, preservar valores culturais dos moradores tradicionais desta região. Por outro lado, o fato de os municípios rondonienses serem novos pode justificar ausência de políticas públicas para atender às cidades com infraestrutura; é comum aos municípios pequenos: baixo afastamento das vias urbanas, de urbanização, de moradias, de deposição de lixo, de saneamento básico (água encanada, recolhimento de esgoto).

A fim de discutir questões que circundam a temática do Estatuto da Cidade e da importância do Plano Diretor nas cidades rondonienses, serão utilizados como referência os textos de Letícia Marques Osório, o Estatuto das Cidades e a Constituição Brasileira. Para assim, trazer a discussão quanto à importância do Plano Diretor como requisito à sustentabilidade das cidades rondonienses.

No tocante à metodologia, serão analisados os municípios de Rondônia que possuem Plano Diretor, para então analisar se eles estão de fato implementando o texto legal e se os Planos Diretores estão melhorando a qualidade de vida das cidades ou se são “letra morta”.

PONDERAÇÕES ACERCA DO INSTITUTO DO PLANO DIRETOR

Nas últimas décadas, foi possível verificar uma dura mudança nos padrões da sociedade brasileira, que até então era basicamente rural e começou a realizar um processo de migração para as cidades, produzindo um complicado inchaço das cidades. Repensar a forma de crescimento destes espaços tornou-se um desafio porque muitas vezes as ocupações são desordenadas, gerando problemas e consequências a toda população do local; destaca-se que a ocupação mais visível é a feita pelos menos favorecidos, enquanto as porções que são apropriadas pelas parcelas mais abastadas da sociedade têm uma estética diferenciada e menos agressiva, entretanto são ocupações irregulares como qualquer outra.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, quando surgiram os grandes problemas urbanos, provocados principalmente por uma migração camponesa difícil de ser absorvida integralmente pelas cidades, desenvolveu-se em setores do governo federal o planejamento como forma de racionalizar o “caos urbano”. Vários programas foram criados em nível nacional (BNH - Banco Nacional da Habitação), e principalmente em nível local, visando capacitar os municípios, intervir na política de distribuição dos distritos industriais e racionalizar a promoção das condições gerais da produção. (GRAZIA, 2002, p. 19)

Esta migração incluiu outro problema além da questão urbana, a infraestrutura e, sobretudo, logística das cidades alteraram na mesma medida porque os espaços ocupados eram mais distantes, menor valor imobiliário, dos centros de atividades econômicas. A exclusão social, a violência e o crescimento desordenado se agudizam nesses espaços porque o poder público tem baixa presença, falta de políticas públicas eficazes e conscientes. Nos últimos anos tem-se implementado políticas públicas que buscam minimizar as diferenças sociais e democratizar a cidade, a exemplo do programa “Minha Casa Minha Vida”. Solucionar as mazelas sociais ocorre de modo lento e gradual, ao passo que os problemas aumentam em outra ordem de grandeza. Essa busca por soluções tem sido a tônica de governos, entretanto, as mazelas são históricas e remontam a séculos, portanto não são de fácil solução.

O desafio para reverter a situação quase insuportável do nosso planeta é combinar a adoção de medidas e estratégias de inclusão social que enfatizem a democracia, a descentralização e a equidade, valorizando-se o aspecto do desenvolvimento local. Os paradigmas da gestão social ainda estão por ser

construídos, especialmente no aspecto da inadequação das estruturas do setor público e do setor privado para a execução de políticas sociais. (OSÓRIO e MENEGASSI, 2002, p. 42)

A participação popular é um dos intentos das políticas públicas para que todos sejam ouvidos, sobretudo, porque é um dos pilares da democracia. Dentro desta perspectiva de participação popular na tomada e na busca de soluções aos problemas da cidade serão analisados dois institutos jurídicos que abordam a temática da gestão urbana, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade que é um instrumento jurídico que merece destaque, porque serve de base para a elaboração dos Planos Diretores das cidades.

O Estatuto da Cidade, lei federal 10.257/2001, define e serve de base para a elaboração dos Planos Diretores para as cidades:

- maior do que 20 mil habitantes;
- quando integrar regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- em locais onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º. do art. 182 da Constituição Federal de 1988;
- em locais integrantes de áreas de especiais interesses turísticos;
- localidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

Os instrumentos que são resultados do Plano Diretor são: zoneamento ambiental; diretrizes orçamentárias; gestão orçamentária participativa; planos, programas e projetos setoriais; planos de desenvolvimento econômico e social, além de mecanismos práticos que buscam a efetivação da política urbana, quais sejam, IPTU progressivo, usucapião e desapropriação.

A lei 10.257/2001 regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana, no intuito de ordenar o desenvolvimento da cidade e da propriedade urbana, pautando-se pela garantia do direito a cidades sustentáveis, pela gestão democrática, através da participação da população, de associações representativas das comunidades, além da cooperação entre governos, iniciativa privada e demais segmentos da sociedade, devendo ser atendido o interesse social.

Pelo texto constitucional, o Plano Diretor é considerado como instrumento básico da política de desenvolvimento urbano [...] cabem às normas do Plano Diretor estabelecer os limites, as faculdades, as obrigações e as atividades que devem ser cumpridas pelos particulares referentes ao direito de propriedade urbana. (SAULE JÚNIOR, 2002, p. 78)

Ademais, o Plano Diretor é requisito indispensável para que o Poder Público municipal aplique de modo sucessivo os institutos do parcelamento ou edificação compulsórios, bem como o imposto sobre a propriedade predial e territorial progressivo no tempo (IPTU Progressivo) e a desapropriação para fins de reforma urbana, ao proprietário de imóvel urbano nos termos do parágrafo 4º do artigo 182, em decorrência do não cumprimento da função social da propriedade.

O preceito da função social da cidade deve balizar a política pública de desenvolvimento urbano, através da construção de uma nova ética urbana onde os valores ambientais e culturais sejam preponderantes, garantindo sustentabilidade e desenvolvimento. O direito ao desenvolvimento está vinculado à proteção dos direitos humanos e ao meio ambiente, e é reconhecido por diversos tratados jurídicos internacionais, das quais o Brasil é signatário. O princípio do desenvolvimento sustentável fundamenta a ação cooperativa do Estado e dos indivíduos para a erradicação da pobreza, assegurando o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza. A política de desenvolvimento urbano que não priorizar o atendimento das necessidades básicas da população pobre estará em pleno conflito com as normas constitucionais e com o sistema internacional de proteção dos direitos humanos. A dimensão social do desenvolvimento deve deixar de ser um complemento para se tornar um componente essencial do processo econômico. (OSÓRIO e MENEGASSI, 2002, p. 47)

Neste texto, cidade sustentável representa aqueles aglomerados urbanos e rurais que utilizam o meio ambiente como parte coletiva, possibilitando a integração do cidadão às decisões, dispendo a toda a sociedade de saneamento básico, transporte público adequado, áreas de lazer, diminuindo a proliferação e a reprodução da exclusão, como é comum no seio das cidades brasileiras. A urbanização¹³, baseando-se no Desenvolvimento Sustentável, tem referência que a propriedade deve tender a função social, prevista constitucionalmente, vez que as normas jurídicas atinentes ao direito de propriedade tem buscado, cada vez mais, desempenhar um papel mais social e menos individualista.

Ao passo que o Estatuto da Cidade prevê a participação da população no processo decisório, pressupondo a criação de mecanismos efetivos capazes

13. Adota-se aqui a concepção de que as políticas de urbanização devam ocorrer de modo integrador e não excludente, como vêm ocorrendo. Ademais, falar em política de urbanização pressupõe um crescimento planejado, para que serviços essenciais à população possam ser fornecidos adequadamente e também para que se possa pensar no futuro da cidade, ou seja, um crescimento ordenado.

de gerar verdadeiras práticas cidadãs, a fim de que sejam eliminadas as desigualdades sociais, bem como seja efetivado o direito à cidade, o qual restou assegurado na Constituição Federal de 1988 preconizado no artigo 40, § 4º., I, que impõe ao Executivo e ao Legislativo Municipal promoverem audiências públicas e debates com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade, seja no processo de elaboração do Plano Diretor, como também no processo de sua implementação. Bem como, garantir a publicidade das informações e documentos disponibilizando, assim, que qualquer pessoa interessada possa ter acesso aos mesmos.

A fim de que se implantem de fato os Planos Diretores, inicialmente é necessário que se faça um diagnóstico adequado dos problemas da região, a exemplo da falta de saneamento básico, de transporte público adequado (e suficiente), bem como da própria regularização dos imóveis. Sem estas ponderações e sem uma adequada forma de solucioná-los, a maioria dos dispositivos legais previstos nos Planos Diretores acaba ficando apenas no papel.

Ao tratar de cidades, impossível não mencionar os princípios da Reforma Urbana, que tem por finalidade extinguir os espaços que estão na cidade e em desuso, porém, o que se vislumbra na prática é que as cidades expressam a desigualdade existente entre os seus habitantes.

[...] as cidades são a expressão máxima de desigualdade, da segregação, da discriminação e da exclusão. São produzidas pelo confronto, pela luta e pela apropriação entre diversos agentes econômicos e sociais. Assim, são essas características reais que devem ser pensadas, analisadas na elaboração e implementação das legislações, normas e políticas urbanas; o Estado é obrigado a assegurar os direitos urbanos e o acesso igualitário aos bens e serviços, bem como o direito à cidade, por meio de instrumentos e mecanismos redistributivos; as cidades necessitam de uma regulação pública da produção privada, formal e informal, submetida ao controle social; da mesma forma que na propriedade rural, é necessário submeter o direito de propriedade à sua função social; o controle social e a participação da população organizada são condições básicas para a conquista de direitos, de novas referências para as cidades. Por meio do exercício de controle social do Poder Público e as organizações participam da gestão das cidades, daí o nome de Gestão Democrática da Cidade; é necessário que as cidades sejam reconhecidas na sua totalidade e que se pense o planejamento a partir da negociação entre a população e os agentes que produzem e se apropriam desigualmente do espaço urbano; o fortalecimento dos sujeitos/atores sociais e políticos como condição básica para a construção de uma nova ética

urbana contrária à concepção de cidade submetida à lógica do mercado. (GRAZIA, 2002, p. 17-18)

Outro ponto que merece destaque é o usucapião coletivo, que tem por intuito regularizar os imóveis de moradores de favelas e de vilas, promovendo, assim, a função social da propriedade. Assim, percebe-se que

descentralizar o governo das cidades e criar mecanismos inovadores de gestão e de participação cidadã é um projeto política de socialização do poder, de inclusão social e de aumento da eficiência na prestação de serviços públicos. (OSÓRIO e MENEGASSI, 2002, p. 48)

No que se refere à aprovação e à execução do Plano Diretor, o artigo 40 do Estatuto da Cidade é elucidativo. Em razão de o Plano Diretor ser instituído através de lei municipal, devendo ser aprovado pela Câmara Municipal, logo, o Executivo deve elaborar o Plano Diretor e a Câmara deve aprová-lo.

A Constituição Federal de 1988, ao tratar da política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, não diferenciando os habitantes da zona rural e zona urbana. “A realidade das cidades demonstra, cada vez mais, uma estreita ligação entre as atividades promovidas na zona rural com atividades urbanas” (SAULE JÚNIOR, 2002, p. 87). Um Plano Diretor que, efetivamente, tenha a cidade como referência deve contemplar não apenas as matérias atinentes ao uso e à ocupação do solo urbano, mas também os aspectos de cunho social, administrativo e econômico. “O sistema de planejamento municipal, que é matéria do Plano Diretor, por exemplo, deverá ser constituído por órgãos administrativos regionalizados que compreendam também a região rural” (SAULE JÚNIOR, 2002, p. 87).

[...] Para evitar conflitos de competência deverá ser adotado o critério da preponderância do município sobre os interesse locais, o que não impede que os assuntos sejam também de interesse nacional ou regional. Assuntos de interesse local são aqueles de maior repercussão na esfera do município está mais habituado ou mais apropriado para cuidar deles. (OSÓRIO e MENEGASSI, 2002, p. 51)

A lei faz menção expressa ao referendo popular e ao plebiscito, mecanismos de participação popular. Há ainda destaque ao fato de que os instrumentos previstos no artigo 4 da lei 10.257/2001 além de demandarem recursos do

Poder Público municipal, serão controladas pela sociedade, sendo garantidas a participação das comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil.

A fim de garantir a gestão democrática da cidade, a lei 10.257/2001, em seu artigo 43 prevê a utilização de instrumentos democráticos, quais sejam a existência de órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; a realização de debates, audiências e consultas públicas; a existência de conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; bem como a iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Com foco no zoneamento urbano, instrumento amplamente utilizado nos planos diretores, através do qual a cidade é dividida em áreas sobre as quais incidem diretrizes diferenciadas para o uso e a ocupação do solo, especialmente os índices urbanísticos. Assim, algumas finalidades do zoneamento são: controlar o crescimento urbano, proteger áreas inadequadas à ocupação urbana, minimizar os conflitos entre usos e atividades e controlar o tráfego.

Outro ponto que merece análise se refere ao impacto de vizinhança, ante à prática de construções desordenadas, sem planejamento urbanístico impedem a mobilidade e trânsito de ruas, prejudicando, então, o acesso às vias públicas, contribuindo à violência e à marginalidade local. Sendo que, o principal fator observado é o estilo de ocupação do solo que surgiu de maneira desordenada, sem a fiscalização do poder público municipal, de modo geral, ocasionando, assim, graves problemas ambientais tais como: poluição ao meio ambiente, esgotos em áreas livres de povoamento, construções irregulares etc.

Os assentamentos irregulares são responsáveis por inúmeros problemas vivenciados pelos moradores de cidades brasileiras, entre os quais é possível destacar: as desarticulações do sistema viário, dificultando o acesso de ônibus, ambulâncias, viaturas policiais e caminhões de coleta de lixo; carência de espaços públicos para as ações sociais, tais como, implantação de postos de saúde, escolas, e áreas de lazer e segurança. Há também de se falar sobre o aumento dos custos de urbanização para o município, já que o poder público é quem acaba sendo responsabilizado em estruturar o assentamento.

PLANO DIRETOR NO ESTADO DE RONDÔNIA: ASPECTOS E CONSIDERAÇÕES

Muito embora os processos de migração à região norte foram intensificados a partir da década de 1970, percebe-se que o significativo crescimento demográfico do estado de Rondônia é muito diferente de cidades do sul e sudeste do Brasil (IBGE, 2013) onde o crescimento tem taxas menores. A população é distribuída em 52 municípios e 80% da população está concentrada em 20 municípios com população maior de 18 mil habitantes.

Do total de municípios, 17 se enquadram na previsão legal do Estatuto da Cidade, devendo, portanto, elaborarem Planos Diretores: Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Vilhena, Jaru, Rolim de Moura, Guajará-Mirim, Ouro Preto do Oeste, Buritis, Pimenta Bueno, Colorado D'Oeste¹⁴, Machadinho D'Oeste, Espigão D'Oeste, Alta Floresta D'Oeste, Nova Mamoré, Presidente Médici e São Miguel do Guaporé.

Rondônia tem problemas (mais é uma característica da região norte) na organização das cidades: a falta de registro dos imóveis, decorrente da ocupação desorganizada e da grilagem de terras. Hoje, muito embora haja uma série de projetos que buscam regulamentar os imóveis em Rondônia, o que se percebe é que se trata de um processo lento, aquém das necessidades exigidas pela sociedade atual, a consequência disso é que muitos dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade acabam caindo num vazio. Cabe destacar que cerca de 90% dos imóveis de Rondônia ainda não foram devidamente regularizados, o que dificulta a elaboração de políticas públicas na área de urbanização.

Alguns gargalos ainda presentes em Rondônia e que impactam o perfil e a elaboração de planos diretores:

- função fiscalizadora de prevenção de danos ao meio ambiente e eficaz prevenção de impactos a novos empreendimentos que poderão trazer prejuízos aos bens comunitários nos municípios rondonienses. Falta um instrumento presente nesse estatuto que é o Estudo de Impacto de Vizinhança);

- baixo saneamento básico. Os Planos Municipais de Saneamento têm definido metas graduais de universalização dos serviços de água, de esgoto, de resíduos sólidos, indispensáveis para uma boa qualidade de vida da população, todavia, pouco ainda foi feito de fato.

- de transporte público, que significa transporte coletivo e não individual (que hoje ocorre com um número gigantesco de motocicletas, o que tem gerado, inclusive, problemas na saúde pública, em razão dos acidentes de trânsito). Basicamente há apenas na capital e de modo muito tímido em municípios do interior, a exemplo de Cacoal e Ji-Paraná;

- a acessibilidade e a mobilidade nos municípios são baixas, apesar de algumas cidades (Ji-Paraná, Porto Velho, Ouro Preto D'Oeste), possuírem rampas, todavia, as condições das vias não possibilitam o livre trânsito de deficientes, haja vista os desníveis das ruas e a quantidade de buracos existentes.

DISCUSSÃO CRÍTICA DOS PLANOS DIRETORES DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA

1- Os Planos Diretores de Ariquemes, Jaru e Espigão do Oeste contemplam diretrizes para o cumprimento da função social da propriedade através

14. Este município embora tenha elaborado Plano Diretor, sofreu decréscimo populacional, segundo dados do IBGE.

da garantia do direito à terra urbana e moradia; da gestão democrática por meio da participação popular; da ordenação e do controle do uso e ocupação do solo, de modo a evitar a retenção especulativa de terrenos; da distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes do processo de urbanização, bem como da recuperação dos investimentos do Poder Público em caso de valorização dos imóveis urbanos; da regularização fundiária e da urbanização de áreas ocupadas pelas populações de baixa renda, conforme previsão contida no Estatuto da Cidade. Todavia, nestes municípios, a implementação dos citados instrumentos não é possível enquanto não for formulada a regulamentação de como o município pode proceder. Em sucintas palavras, o Plano Diretor não é autoaplicável, portanto, é necessária a regulamentação das leis de parcelamento, uso e ocupação do solo, a fim de que haja a ampliação do acesso à terra urbanizada, bem como de Código de Obras e Código de Posturas.

2- Nenhum dos Planos Diretores mencionou a criação de instrumentos específicos para universalização do saneamento ambiental, tampouco de mobilidade urbana.

3- Apenas o município de Ariquemes estipulou que a companhia estadual de saneamento execute redes de abastecimento e elabore projetos de esgotamento sanitário, sob pena de perda de concessão de serviço público.

4- Outro ponto comum aos municípios rondonienses diz respeito à criação de conselhos municipais, onde não há uma clara definição de como os mesmos seriam compostos, nem mesmo de seu funcionamento.

5- No tocante à participação da sociedade também é possível visualizar uma série de falhas, por falta de publicidade e de transparência dos procedimentos adotados pelos municípios.

6- Algo que merece destaque é a ausência de informações digitalizadas de fácil acesso acerca dos Planos Diretores dos municípios rondonienses, as páginas oficiais dos municípios disponibilizam informações confusas ou simplesmente mostram-se omissos.

7- Ji-Paraná realizou audiências públicas em razão da necessidade de alterar o Plano Diretor há cerca de três anos, mas percebe-se que além dos problemas comuns já mencionados, há até mesmo uma dificuldade de padronizar as vias e as calçadas para melhorar a acessibilidade.

8- Rolim de Moura, Cacoal, Vilhena, Pimenta Bueno e Ouro Preto D'Oeste são municípios que se valeram de planejamento na estruturação das cidades, muito embora enfrente os problemas mencionados comuns às cidades rondonienses.

9- Em relação ao município de Buritis, não foi possível a coleta de dados detalhados e específicos.

10- Porto Velho e Guajará-Mirim têm, além de todas as questões suscitadas, novos problemas a enfrentar: as cheias do Rio Madeira, que se mostraram avassaladoras, mas que ainda não geraram dados suficientes para que se possa projetar o que ocorrerá nos próximos anos.

11- Machadinho D'Oeste é um município com as deficiências estruturais das cidades amazônicas (moradias, saúde, saneamento básico, transporte coletivo etc) e ainda vai sofrer uma série de abalos nas estruturas social, ambiental e econômica, por decorrência da futura implantação da UHE Tabajara; embora hoje a postura do ente municipal seja de comemorar os investimentos futuros, o que se verifica através de experiências similares recentes, o que se espera para a cidade seja uma forte alteração para pior na infraestrutura, também porque as compensações tampouco são suficientes para sanar os problemas criados.

Assim, podemos afirmar que os Planos Diretores já elaborados nos municípios de Rondônia se limitaram a repetição das normas contidas no Estatuto da Cidade sem levar em consideração as peculiaridades e deficiências específicas das cidades. A sociedade e o legislador precisam ter consciência de que nada adianta uma lei no papel se ela não pode ser implementada. A finalidade do Estatuto da Cidade e dos Planos Diretores é justamente tornar a vida nas cidades mais saudável, com melhor qualidade e de modo mais democrático, para tanto, é necessário que a comunidade reivindique e aponte suas prioridades; que o legislador tenha senso de realidade e auxilie de forma a criar mecanismos capazes de implementar estas demandas e que o executivo, por sua vez, priorize a urbanização em suas políticas públicas.

PROPOSTAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DIRETORES EM RONDÔNIA

■ Construir e implantar mecanismos estruturais com arcabouços jurídicos claros e aplicáveis afim de planejar o crescimento futuro de forma Sustentável, atuando em regularização fundiária, saneamento básico, transporte público.

■ Construir, implementar e disponibilizar um Fundo para o desenvolvimento de Rondônia com recursos dos Estado e com possibilidade de captar recursos federais para a implantação dos Planos Diretores dos Municípios.

■ Disponibilizar recursos do Fundo para a construção dos Planos Diretores daqueles municípios que são obrigados pela Legislação vigente.

■ Construir arcabouço legal Estadual para balizador o uso e ocupação do solo visando o Desenvolvimento Sustentável dos municípios que não tem obrigatoriedade de ter Planos Diretores.

■ Disponibilizar recursos financeiros do Fundo para os municípios citados acima.

- O estado de Rondônia deve agrupar, consolidar, facilitar e disponibilizar dados para a elaboração de Planos Diretores para os municípios.
- Incentivar a atualização da legislação nos municípios.
- Fomentar os agentes municipais à qualificação para construir e implantar os Planos Diretores.

POPULAÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS EM RONDÔNIA

POPULAÇÕES TRADICIONAIS: REAFIRMAÇÃO E DIREITO AO TERRITÓRIO

As populações tradicionais do Brasil se constituem numa gama de cidadãos e cidadãs espalhada por todo o território brasileiro. Estes povos se constituem em grupos culturalmente diferenciados que mantêm relações estreitas com o Território e com o Meio Ambiente que estão inseridos, praticando atividades econômicas com baixa capacidade de exploração de produtos naturais, assim podemos afirmar que praticam o Desenvolvimento Sustentável.

São consideradas populações tradicionais no Brasil:

... Indígenas, as comunidades remanescentes de quilombos, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os povos ciganos, os povos de terreiro, os pantaneiros (pantanal MT e MS), os faxinalenses do Pará e região (que consorciaram o plantio de erva-mate com suinocultura e com o extrativismo do pião), as comunidades de fundos de pasto da Bahia (que praticam a caprinocultura em território de uso comum), os caiçaras (pescadores marítimos e extrativistas com áreas comuns: SP, RJ e ES), geraizeiros, apanhadores de flores sempre vivas (MPMG, s.d.).

Na Amazônia, podemos qualificar os povos tradicionais como: Ribeirinhos, Pescadores, Indígenas, Quilombolas e Extrativistas. Essa nomeação, Populações Tradicionais, no Brasil não é longa e que surgiram da luta por reafirmação dos territórios e das culturas, aliando com uma parcela da acade-

mia com o objetivo de dar visibilidade a essa parcela da População Brasileira; atualmente, há outros espaços de apoio a essas parcelas da população, como é o caso do Ministério Público de Minas Gerais. Há que se destacar que a visibilidade destas parcelas fez aparecer para um número maior de pessoas a importância das atividades desenvolvidas que são baseadas em uso econômicos com baixo impacto negativo na exaustão dos recursos naturais, bem como demonstrou que as populações estão sendo colocadas em enclaves rodeados de atividades econômicas não sustentáveis, como desmatamentos, pesca predatória, áreas de pastagem, plantio de monoculturas.

O Desenvolvimento Sustentável é a referência teórica para balizar este texto, seja porque esse é um conceito importante na atualidade, seja porque o conceito é adequado para explicar e conceituar as práticas econômicas das Populações Tradicionais.

por desenvolvimento sustentável entendemos por um processo de mudança social em que a exploração dos recursos, as opções de investimento, o processo tecnológico e as reformas institucionais se realizam de maneira coordenada, ampliando as atuais e futuras possibilidades de satisfazer as necessidades e aspirações humanas (PNUD, 1990).

O Desenvolvimento Sustentável (DS) não pode ser compreendido como simples acúmulo das contribuições do que representa cada palavra, mas sim um novo conceito e abrangente¹⁵ que tem avanços no que tange as concepções econômicas, ambientais, ecológicas, sociais, técnicas, políticas, financeiras. Ou seja, consiste em mudar de paradigma¹⁶ baseado em três gerações de direitos humanos: direitos políticos, civil e cívicos; direitos econômicos, sociais, culturais e a trabalho digno; direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento. (SACHS, 2004; REIS e SILVEIRA, 2000).

A proteção para as populações tradicionais, com frequência, se dá pela adoção de medidas protetivas através de delimitação de áreas protegidas, englobando Unidades de Conservação, áreas indígenas, áreas de proteção integral e de uso sustentável. Rondônia tem áreas de 237.576 km², tendo 21,6% de Unidades de Conservação, 21,0% de áreas Indígenas e totalizando 101.345 km² de áreas protegidas. Adicionando 51.433 de km² de áreas de proteção integral e de uso sustentável.

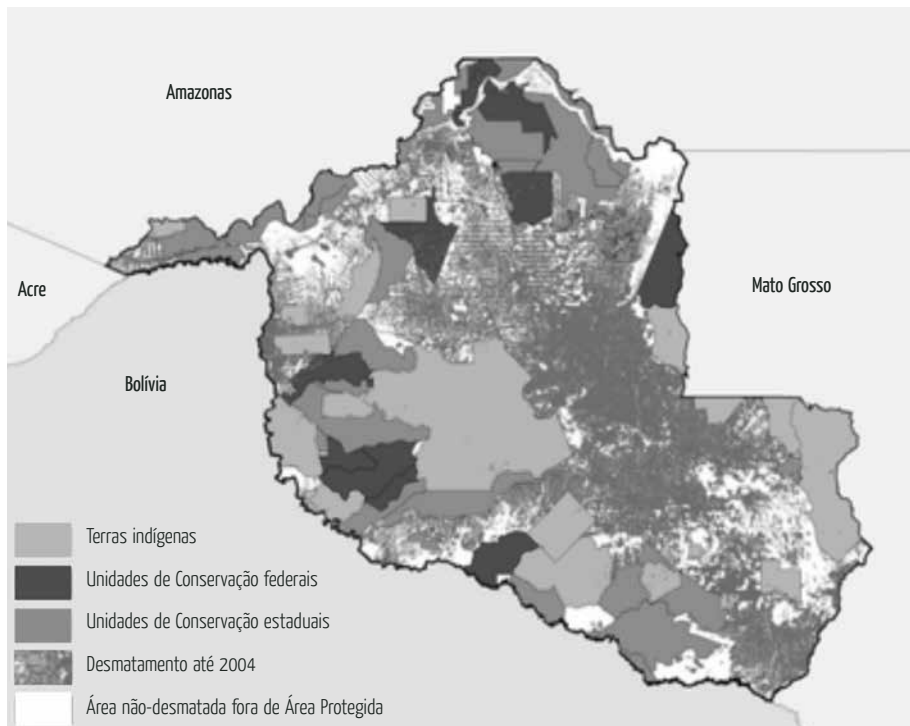
15. VEIGA (2005), afirma que "o desenvolvimento sustentável é um dos mais generosos ideais surgidos no século passado. Só comparável à bem mais antiga ideia de justiça social. Ambos são valores fundamentais de nossa época, por exprimirem desejos coletivos enunciados pela humanidade, ao lado da paz, da democracia, da liberdade, e da igualdade".

16. Paradigma tem referência em Kuhn (Estrutura das Revoluções Científicas). Para a mudança é necessário ocorrer uma revolução científica, o que nesse caso, ainda está por acontecer, mesmo que haja necessidades prementes.

Atualmente (2004), as áreas protegidas totalizam 106.617 km², ou 45% de Rondônia. Há 84 áreas protegidas decretadas no Estado, das quais 20 são Terras Indígenas, 15 Unidades de Conservação de proteção integral e 49 Unidades de Conservação de Uso Sustentável (RIBEIRO, VERÍSSIMO e PEREIRA, 2004).

A Figura 3 apresenta as áreas protegidas em Rondônia, em 2004, compostas por terras indígenas, Unidades de Conservação Federais e Unidades de Conservação Estaduais. Além disso, a imagem também apresenta as áreas desmatadas. Essa informação demonstra o qual importante são as áreas de proteção para impedir o desmatamento, mesmo que em Rondônia a situação seja crítica ainda no momento atual.

As propostas norteadoras para as populações tradicionais perpassam por duas visões, a primeira é a visão geral e na sequência a visão mais específica temática.

Figura 3**Áreas protegidas do e stado de Rondônia
2004**

Fonte: RIBEIRO, VERÍSSIMO e PEREIRA, 2004.

VISÃO GERAL

■ Criar e desenvolver o Programa de Política Estadual para as Populações Tradicionais de Rondônia, articulado com os enunciados da política para o conhecimento sociológico e antropológico dessas populações, mapeando, quantificando e identificando os contingentes tradicionais (rurais e urbanos) existentes, ressaltando em favor destes, programas e projetos de valorização da cultura e do patrimônio, da educação e da saúde, da habitação, do trabalho e da geração de renda, da gestão ambiental, da sustentabilidade e da afirmação da cidadania plena.

■ A criação de mecanismos de discussão permanente, organização, legitimação e habilitação da política cultural para populações tradicionais do estado (conselhos e /ou federações).

■ A criação do programa de pesquisa, resgate e valorização do patrimônio cultural material e imaterial, das populações tradicionais, com propostas avançadas de gestão sustentável na exploração dos meios naturais para fins de assentamento, turismo, e atividade extrativista.

■ A criação e consolidação de uma política de educação voltada às populações tradicionais, contextualizada na cultura e no ambiente local, valorizando o conhecimento tradicional, tendo como foco a dinamização econômica das áreas de populações tradicionais.

■ A criação e consolidação de uma política de saúde que valorize culturas e conhecimentos locais, tratando doenças e endemias frequentes nas áreas onde vive a população tradicional.

■ A criação de uma política voltada à internalização de renda nas áreas de populações tradicionais, valorizando a floresta em pé e, sobretudo, mantendo o ambiente sem modificação negativa, proporcionando melhora quantitativa da qualidade de vida local, construindo uma relação produtiva e saudável com as áreas externas.

■ A criação de um programa estadual para as populações tradicionais, tendo como referência a importância que as áreas protegidas têm na cultura, na economia tradicional e preservação ambiental.

RONDÔNIA, TERRITÓRIO ETNO-HISTÓRICO: OS DIREITOS INDÍGENAS

Será construído um breve cenário atual da situação dos direitos indígenas em Rondônia, à luz da construção etno-histórica deste território de conflitos, para contribuir na reflexão de quais caminhos as políticas públicas não devem seguir, visto que os exemplos negativos superam os positivos.

Pensar o estado de Rondônia para as atuais e futuras gerações passa necessariamente por conhecer a etno-história deste território formado por uma

grande diversidade de povos indígenas, até a chegada da “cobra grande”¹⁷ e posteriormente das infinitas cobras menores.

O antropólogo francês Claude Lévy-Strauss em seu livro, *Tristes Trópicos* (STRAUSS, 1996), descreve após navegar pelo rio Pimenta e rio Machado na década de 1940, que no médio rio Machado a presença era tão grande de indígenas que ele chama de “império tupi-kawahib”. Esta informação é corroborada pelo etnólogo Curt Nimuendajú que em seu *Mapa Etno-histórico* (IBGE, 1987) ilustra, mediante as informações da época, a presença de centenas de nomes de grupos indígenas em RO e no Brasil.

Já em 1950 a população indígena de Rondônia foi estimada entre 25 a 30 mil por José Bezerra Duarte, Inspetor Regional do Conselho Nacional de Estatística (FERREIRA, in *Caderno de Criação*, 2003) (FERREIRA, 2003).

Percebe-se um grande corredor humano ao longo dos rios, principal via de penetração nas regiões florestadas, onde lhes permitia construir aldeamentos distantes das frentes de extração do látex e da busca incansável por minérios – “o eldorado perdido”, a exemplo da Expedição Urucu Macuã que provocou o “desaldeamento” do povo indígena atualmente conhecido por Cassupá, antigos moradores do alto rio Pimenta, descendentes dos Massaká e Aikanã, remanejados (os sobreviventes) pela frente de contato para o Rio Guaporé pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (MACIEL, 2000).

Esse rico território de povos indígenas em Rondônia após receber forte investimento governamental em obras de infraestrutura desde o início da década de 1970 com o Projeto Polamazônia, viabilizando a abertura da rodovia Marechal Rondon e posteriormente com o Projeto Polonoroeste, permitiu o asfaltamento desta que se passou a chamar de BR 364. Na década de 1980 contabiliza pouco mais de 2 mil indígenas em todo o Estado de RO, ou seja, a política de colonização e expansão agrícola, promovida pelos governos militares, provocou grande dizimação dos povos aqui existentes.

Um exemplo, o povo denominado de Uru Eu Wau Wau, que numa aldeia dos Amondawa com mais de 100 pessoas, em pouco mais de quatro meses, foi reduzida a menos de 20 pessoas. Esta terra que até hoje sofre invasões de terceiros:

tendo sido declarada de posse permanente dos índios em 1985 e revogada em 1990 pelo presidente José Sarney, a terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau foi novamente homologada por decreto do então presidente Collor em 1991. (<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/uru-eu-wau-wau/1126>).

17. “A cobra grande” é a definição dada por Anine Suruf à estrada que cortou o território de perambulação de seu povo na década de 1960. Rodovia denominada de Marechal Rondon, posteriormente asfaltada como BR 364 nos anos 1980. Já as cobras menores, as centenas de vicinais, facilitaram o acesso à floresta e a dizimação de povos por doenças.

Já em meados da década de 1990, um novo projeto governamental, o Planaflores (1995-2002) é implementado para resolver pendências sociais e ambientais dos planos anteriores cria terras indígenas e unidades de conservação proteger direitos dos povos indígenas. Entretanto a Terra Indígena Karipuna, por exemplo, em 1995 sofreu uma redução de seu território na parte sul da mesma, mediante um acordo (até hoje não assinado) entre o governador de Rondônia à época e a FUNAI, para resolver a situação de colonos que haviam invadido esta terra indígena; esta área foi transformada em fazendas e por onde se quer abrir a BR 421 ligando Campo Novo a Nova Mamoré.

Em 1996, “a população indígena em Rondônia era estimada em 4.312 indígenas, distribuídas em 28 postos indígenas e 17 grupos étnicos” (SOARES, 1996). Em 2012, as terras indígenas reconhecidas oficialmente e sua densidade populacional podem assim ser identificadas na Tabela 18.

DIREITO INDÍGENA NA LEGISLAÇÃO NO BRASIL

Historicamente, a primeira norma legal sobre direitos indígenas remonta ao período do Brasil-Colônia, lei de 30 de julho de 1609, que declara os índios pessoas livres e confia sua tutela aos padres jesuítas. Já na Carta Régia de 10 de setembro de 1611 expressou-se sensível avanço no direito entre índios e não índios, onde estabelecia que:

os gentios são senhores de suas fazendas como o são na terra sem lhes poderem ser tomadas sem sobre elas se lhes fazer moléstia por injustiça alguma; nem poderão ser mudadas contra suas vontades das capitânicas e lugares que lhes forem ordenadas, salvo quando eles livremente o quiserem fazer...

Após um período de vacância de novas leis, somente na Constituição de 1934, por influência da ação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) é que esse tema volta a ter destaque, garantindo o respeito às terras pelos indígenas ocupadas, “Art. 129. Será respeitada a posse da terra dos silvícolas que nelas se achem permanentemente localizadas, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.”

Já na Constituição de 1967 avança-se um pouco mais no direito indígena e além da proteção constitucional, onde se reconhece o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes, ano de criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para dar prosseguimento da política indigenista em substituição ao SPI: “Art. 186. É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes.”

Tabela 18

Terras indígenas reconhecidas em Rondônia
2013

| Terras indígenas | Povos | População atual | Municípios | Decreto criação | Área total (ha) |
|---------------------------|--|-----------------|--|--|-----------------|
| Igarapé Lage | Oro Nao Oro Eo Oro Waran | 783 | Guajará Mirim e Nova Mamoré | Dec. 86.347/1981 | 107.321 |
| Igarapé Lourdes | Arara Gavião | 854 | Ji-Paraná | Dec. 88.609/1983 | 185.533 |
| Igarapé Ribeirão | Oro Wari | 289 | Nova Mamoré | Dec. 86.347/1981 | 47.963 |
| Karipuna | Karipuna | 14 | Porto Velho | Dec. s/n de 09/09/1998 | 152.930 |
| Karitiana | Karitiana Kapivari | 320 | Porto Velho | Dec. 93.068/1986 | 89.698 |
| Kwazá do Rio São Pedro | Kwazá | 25 | Pimenta Bueno | Dec. s/n 10/02/2003 | 16.799 |
| Massaco | Isolado | Isolado | Corumbiara | Dec. s/n 11/12/1998 | 421.895 |
| Migueleno | Migueleno | Remanescentes | Costa Marques | GT em andamento | --- |
| Pacaás-Novas | Oro Wari Oro At | 1.126 | Guajará-Mirim | Dec. 256/1991 | 279.906 |
| Puroborá | Puroborá | 200 | Seringueiras | GT em andamento | --- |
| Rio Branco | Tupari Jabuti Kanoé Kampé Wajuru | 679 | Alta Floresta | Dec. 93.074/1986 | 236.127 |
| Rio Guaporé | Kanoé Jabuti Tupari | 589 | Guajará-Mirim | PP/ 148/1993 | 115.796 |
| Rio Mequéns | Saquirabiat | 89 | Pimenta Bueno | PP/ 261/1992 | 105.250 |
| Rio Negro/Ocaia | | 670 | Guajará-Mirim | Dec. 86.347/1981 | 104.063 |
| Rio Omerê | Akunsu | 8 | Corumbiara | GT Funai/BSB/2224/95 | 26.000 |
| Roosevelt | Cinta Larga Apurinã | 502 | Vilhena/Cacoal | Dec. 262/1991 | 233.056 |
| Sagarana | Kanoé Oro Não' | 318 | Guajará-Mirim | INT PP 2751/1987 | 17.671 |
| Tanaru | Isolado | Isolados | Corumbiara | Portaria Nº 1213/Pres, de 26/08 /2010 | Inconcluso |
| Tubarão Latundê | Aikanã Cassupá Latundê | 180 | Chupinguaia | Dec. 259/1991 | 118.000 |
| Uru-Eu-Wau-Wau | Amondawa Jupaú Iviraparaquara | + 250 | Jorge Teixeira, São Miguel do Guaporé/ GMirim e outros | Dec. 275/1993 | 1.832.300 |
| Sete de Setembro | Suruí | 625 | | Dec. 88.860/1983 | 869 |

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Portanto, é na Constituição de 1988 nos Artigos 231 e 232, que os direitos indígenas tiveram significativos avanços, reservando um Capítulo VIII - do índios:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Passados cinco anos, estipulados pela Carta Magna de 1988, para que todas as terras indígenas fossem demarcadas, pouco se avançou. Já em 1995 o então presidente Fernando Henrique Cardoso propõe e é aprovado o Decreto 1.775 que abre margem para que os interessados nas terras indígenas em processo demarcatório entrem com o contraditório, propiciando a paralização dos procedimentos definidos no Decreto n. 22/91.

A situação jurídica das terras indígenas no Brasil em 2012 pode ser identificada na Tabela 19, conforme informações do Conselho Indigenista Missionário - CIMI (www.cimi.org.br).

Tabela 19

**Brasil – Síntese da situação das Terras Indígenas
2012**

| Situação geral* | Quantidade |
|--|-------------|
| Registradas | 361 |
| Homologadas | 44 |
| Declaradas | 58 |
| Identificadas | 37 |
| A identificar | 154 |
| Sem providências | 339 |
| Reservadas/Dominiais | 40 |
| Com Restrição | 05 |
| GT Construído no MS com Terra Indígena | 06 |
| Total | 1044 |

Fonte: CIMI, 2012. *Atualizado em 14/08/2012: www.cimi.org.br.

A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS INDÍGENAS EM RONDÔNIA

A violação dos direitos indígenas em Rondônia podem ser caracterizados nas seguintes formas ao longo da última década:

■ Não reconhecimento de território de grupos remanescentes como os Puroborá, Migueleno, Paumelena, Wajuru.

■ Não efetivação dos Grupos de Trabalhos de Estudo (FUNAI) de revisão de limites de terras indígenas, motivada por Mandatos de Segurança contrários, dos Karitiana, Kaxarari, Oro Nao´.

■ Retirada ilegal de madeiras e minérios nas terras indígenas Uru Eu Wau Wau, Suruí, Cinta Larga, Zoró.

■ Pesca predatória nos rios Mamoré e Guaporé, seguida de efeitos negativos das hidrelétricas no rio Madeira, Jacy, Mutum, Abunã, Itenez, Beni afetando a segurança alimentar e nutricional dos “Wari”, Karipuna e demais populações ribeirinhas do Brasil e Bolívia.

■ Invasão por grileiros de terras provocando desmatamento e redução de limites nos Karipuna, Uru Eu Wau Wau, Sakirabiat, Arara, Gavião.

■ Ofensiva de políticos contrários aos direitos indígenas, a exemplo do já ocorrido com os Karipuna no governo Raupp quando em 1995 a terra deste povo foi reduzida num acordo, nunca assinado, entre FUNAI e governo, cujas terras que eram para atender pequenos agricultores hoje se encontram em mãos de grandes fazendeiros.

■ Abandono dos povos isolados pela FUNAI, cujas referências da presença destes se dá no Rio Mucuin (área de impacto da UHE Santo Antonio). cabeceira do rio Formoso no sul da T.I. Karipuna. no rio Karipuninha (área de impacto da UHE Jirau). no alto rio Jaci-Paraná. no rio Jacundá. no rio Novo e Cachoeira do rio Pacaas Novas. na Rebio Jaru. na Serra da Cutia. no Parque Estadual de Corumbiara. no rio Tanarú (índio do buraco) (LOEBENS,, 2011).

■ Não aprovação do Novo Estatuto dos Povos Indígenas e surgimento de Projetos de Emendas à Constituição (PEC), Portarias e Projetos de Leis (PL) que ferem a Constituição Federal, a exemplo da PEC 215 (Congresso quer decidir sobre demarcação de terras indígenas), o PL 1610 (que almeja abrir terras indígenas para mineração) e a Portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU), que pretende abrir as portas para todo e qualquer projeto do governo ou de interesse deste sem ouvir as comunidades ameaçadas ou afetadas.

■ Não regulamentação dos procedimentos de Consulta Prévia e Informada conforme preconiza o Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada porém não implantada pelo governo brasileiro.

■ Ausência de programas e políticas públicas de apoio ao fortalecimento do desenvolvimento comunitário para melhorar a qualidade de vida dos povos e suas comunidades, para garantir segurança alimentar e gerar renda.

■ Presença de agentes da economia verde (projetos de REDD), convencendo lideranças na assinaturas de contratos milionários e muitos não são efetivados, com participação de órgãos de defesa dos direitos indígenas e da Funai.

PROPOSTAS E CONSOLIDAÇÕES PARA A QUESTÃO INDÍGENA EM RONDÔNIA

- 1- Fortalecimento institucional e jurídico da FUNAI para melhorar assessorar e não tutelar os indígenas;
- 2- Promover processos de inclusão social e econômica com respeito à diversidade etnocultural de cada povo;
- 3- Fortalecimento de parcerias com órgãos de proteção de direitos civis;
- 4- Realizar e fomentar pesquisas em potencialidades locais, capacitação e formação de recursos humanos indígenas;
- 5- Canalização de tecnologias apropriadas para alavancar o sentimento de pertença à terra e ao povo, para evitar o êxodo indígena crescente para os centros urbanos e maior marginalização.

*ELAS ESTÃO CHEGANDO:**PORTO VELHO E A IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL FEMININA*

As políticas públicas devem garantir, em sua implementação, o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para **todas** as mulheres (BRASIL. Política Nacional de Políticas para as Mulheres, 2005. Grifo nosso).

A existência humana acontece em muitos e diferentes lugares, simultaneamente, mais que isso, ela se movimenta e, nesse movimento, se encontra. Alguns se apropriarão mais e em melhores condições do que outros, assim, a luta pela sobrevivência marca o processo de integração, agora não mais do homem com a natureza somente, mas da humanidade consigo mesma.

A imigração internacional tem mobilizado pesquisadores de diferentes áreas na busca de melhores suportes para a análise desse fenômeno que tem se tornado a marca do século XXI, pois ainda que o deslocamento humano pela superfície terrestre não seja um evento recente, a exposição gerada pela conexão da rede mundial de computadores não era uma realidade nos tempos antigos.

Nesse contexto, ao se falar em integração de imigrantes, é preciso ter em vista que a humanidade não é composta apenas dos homens e nem sempre ao categorizar o homem como sujeito na pesquisa científica e nas políticas sociais, as mulheres estão ou se sentem aí incluídas.

Esse texto aborda a preocupante condição de mulheres imigrantes, em especial, na cidade de Porto Velho, Rondônia que tem vivenciado nos últimos anos um constante fluxo migratório internacional, o mais visível é o fluxo de imigrantes haitianos, mas bolivianos, cubanos, peruanos, dentre outros, já

compartilham o espaço urbano, ainda que quase invisivelmente pela população e pelas políticas.

Por meio de uma abordagem teórico-metodológica no campo da geografia cultural, pretende-se, nesse breve espaço, problematizar a condição das mulheres imigrantes na cidade e lançar ideias que possam instigar pesquisas, ações sociais governamentais e não governamentais, a fim de garantir os direitos humanos e os modos de ser mulher em outro país.

Em que medida as fronteiras construídas, portanto, sempre sociais, têm desrespeitado os direitos humanos da mulher imigrante? Como vivem essas mulheres na cidade? De que modo as políticas públicas têm enxergado a mulher imigrante? O que se pode fazer para garantir que o respeito à dignidade como pessoa humana não seja violado?

Essas questões serão discutidas nesse breve texto em dois momentos: o primeiro aborda sobre as políticas públicas nacionais de proteção dos direitos dos imigrantes e, em especial, das mulheres em situação de imigração. O segundo momento trata da condição da mulher imigrante na cidade e propõe algumas estratégias previstas em instrumentos de políticas públicas que podem contribuir para a garantia da proteção social às mulheres imigrantes.

FRONTEIRAS SOCIAIS: OS DESAFIOS DE SER MULHER IMIGRANTE NA CIDADE

Não há necessariamente uma relação de causa e efeito na história da constituição de fronteiras entre os países. O que existe hoje é algo consensual entre os estudiosos, como Machado (2005), que traz a ideia de que a fronteira foi formada por processos históricos. Um recorte temporal muito utilizado é a constituição dos estados nacionais. A ideia de nação iniciou a divisão não apenas das porções dos territórios e sua soberania, mas a divisão física e simbólica das pessoas que passaram a ser ‘povo’, ‘nação’. Aprofundar nessa discussão não é objeto deste texto, basta que pensemos sobre o modo como conceitos utilizados cotidianamente possuem a aparência de sempre ter existido, um conceito natural, que nasceu como uma planta no meio da floresta sem que ninguém tenha plantado. Isso aconteceu por muito tempo com o conceito de fronteira.

As primeiras tentativas de demarcação do território brasileiro, curiosamente, antecederam ao ‘descobrimento’ do Brasil, isto é, o interesse pela definição de nossas fronteiras se deu antes mesmo de nosso nascimento para o mundo conhecido. Isso aconteceu pelo nunca cumprido Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494 que fez a partilha das terras entre Portugal e Espanha.

Ao longo da História, verifica-se que o conceito de fronteiras, ligado a conceito de Território tal como se entende hoje, só veio a ser usado há pouco

mais de trezentos anos. Até então as nações tinham seus territórios definidos no limite onde os respectivos governos tinham capacidade de exercer sua soberania. O território é considerado, portanto, a superfície delimitada por divisas, onde uma nação exerce sua soberania. A fronteira era justamente e somente o limite que delimita um fim e um começo: o fim da soberania de um e o início da soberania do outro. Assim, o conceito de fronteira foi se construindo em estreita ligação com a superfície física e os aspectos culturais advindos dessa divisão por muito tempo foram negligenciados.

Entretanto, o estabelecimento de fronteiras que garante a alguns a prioridade sobre o território e as políticas por nele produzidas entram em conflito não apenas quando há uma catástrofe que expulsa as pessoas. Pode-se dizer, para a humanidade, tão próprio quanto o sentimento de pertença com relação ao lugar de origem, é também a necessidade de desterritorializar-se. Mas, firmar-se no território alheio não é fácil e não se consegue “sem perdas ou danos bilaterais”, como afirma Oliveira (2011, p.80).

GÊNERO E POLÍTICAS SOCIAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

A despeito da polissemia que o nome “gênero” provoca, é consenso de que ele é constituído pela cultura e representa o que Carrara (2009) chama de formas de operar as relações sociais de poder entre homens e mulheres, referindo-se à construção social do sexo anatômico, criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social. Logo, “a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura.” (p.39).

O que procura uma mulher que emigra do lugar que conhece? O que espera encontrar no desconhecido? Como lida com as exigências sociais que liberam o homem para o espaço público, eximindo-o do cuidado cotidiano dos filhos e da casa, mas que da mulher exigem sua presença no espaço privado para estas ocupações? Como convive com as dificuldades e perigos mais comuns às mulheres, como a dificuldade de convivência no espaço público, eminentemente masculino, e a conseqüente dificuldade de aprendizagem da língua estrangeira; com o perigo da violência sexual, o preconceito, o racismo, a desqualificação pessoal e profissional e todas as outras formas de violação de seus direitos como pessoa humana?

“De que condições um ser humano precisa para viver uma vida que vale a pena – qualquer ser humano, seja de onde for e esteja onde estiver?”. A pergunta inquietante presente na Cartilha de direitos humanos (2008, p.8) tem como princípio o fato de que o ser humano, onde quer que aconteça sua existência e, independentemente de qualquer variável (gênero, situação econômica), tem o direito a condições que garantam com dignidade sua presença no mundo.

Nesse contexto, discutiremos a diáspora feminina que, silenciosa e gradativamente, tem ocupado os lugares ao redor do mundo em seus diferentes contextos e tempos, requerendo, como Assis e Kosminsky (2007) já indicaram, um olhar mais crítico e atento para a feminização das migrações internacionais e todas as suas consequências sociais, culturais e políticas.

O censo territorial brasileiro agrupa os indicadores de migração aos de nupcialidade e fecundidade, demonstrando assim uma concepção de vinculação entre a família ou sua função social e o movimento de entrada, saída ou circulação pelo país. A descrição do ser estrangeiro, apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) enfatiza a condição da pessoa que emigra, seja a que nasceu fora do Brasil ou a que nasceu no Brasil, mas foi registrada em representação estrangeira e não se naturalizou brasileira. Pode-se depreender que antes de ser mulher ou ser homem em território brasileiro, o indivíduo é tratado como pessoa humana, pelo menos para fins estatísticos.

O uso dos termos “mulher” e “imigrante”, assim como “bolivianas” ou “haitianas”, utilizados para agregar características gerais de uma população, geralmente estão impregnados de preconceitos e de racismo. Não é esta a finalidade deste estudo, de modo que, ao se referir ao lugar de origem, referimo-nos aos lugares de existência, de quem se fala culturalmente, da pessoa que construiu sua história em um lugar e a ela dá continuidade no movimento migratório.

Na interpretação desse movimento, a Geografia Cultural, constituída sob influência do humanismo, do existencialismo e da fenomenologia, fornece importantes instrumentos. Em seu percurso, a Geografia Cultural partiu da análise morfológica da sociedade aos estudos do espaço vivido com base na dimensão imaterial da cultura, na valorização dos aspectos subjetivos do ser humano nas relações espaciais e, por fim, na concepção de que não há geografia sem a pessoa humana.

É desse lugar que discutiremos alguns aspectos das políticas sociais que atingem ou deveriam atingir as mulheres imigrantes. A escolha dos documentos a seguir teve como critério, além de sua importância como instrumento norteador de políticas públicas no campo social, o fato de serem documentos que abordam temas fundamentais para a proteção social da mulher imigrante.

***POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)***

Apesar da política de assistência social brasileira ter sido constituída com base na ideia de caridade como um favor do Estado aos menos favorecidos, a partir de 1985 a sociedade passou a exigir a inclusão de direitos na constitui-

ção federal em construção e em outros dispositivos legais. Isto foi um marco importante para as lutas sociais, pois a ideia de favor começou a ser pensada como direito social, conforme consta em material de capacitação a conselheiros estaduais e municipais de assistência social realizada no ano 2000.

A própria construção e posterior luta pela promulgação (que é recente apenas há 20 anos) da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) já demonstra o árduo caminho que se enfrentou para institucionalizar direitos sociais como política pública.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada em 2004 orienta as ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que, por sua vez, organiza a oferta de assistência social em todo o Brasil por meio de sua Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Em 2004 a PNAS já apresentava a preocupação com os “invisíveis” e com os casos tratados como situações individuais quando, na verdade, são parte de uma condição coletiva (BRASIL, 2005).

Para Carmo, Silva e Miranda (2012) a dinâmica migratória é uma das dimensões fundamentais da dinâmica demográfica e da redistribuição espacial da população, e, portanto, essencial na relação população/ambiente. No campo da assistência social a dinâmica populacional é vista como “um importante indicador” (BRASIL, 2005, p.16) e não apenas isto, está relacionada à urbanização e a conseqüente precarização das condições de vida de viver na cidade.

Os estudos para a elaboração da PNAS concluíram que os índices de desigualdade social entre as cidades brasileiras é um dos maiores do mundo, não importa qual medida seja adotada. Trata-se de um modelo de desigualdade muito próximo da vida das pessoas, ali no bairro mesmo. As medidas de pobreza e indigência refletem as diferenças entre os municípios e cria a necessidade de conjugação de indicadores para uma análise mais real das condições de vida em cada lugar.

A mulher brasileira passa a ter mais centralidade como pessoa de referência da família. Curiosamente essa centralidade também é distribuída de forma desigual nas regiões brasileiras, alcançando mais expressividade nas regiões metropolitanas justamente onde, por dispersão de concentração, a diferenciação espacial nos indicadores de pobreza e indigência é bem maior.

A proteção social deve garantir: segurança de sobrevivência que consiste em rendimento e autonomia, de acolhida, de convívio ou vivência familiar (BRASIL, 2005, p.31). A segurança de rendimentos diz respeito à garantia de recebimento monetário suficiente para garantir a sobrevivência de todos, independentemente de suas limitações. A acolhida é considerada uma das formas de proteção que mais se configuram como assistência social e tem como finalidade prover as necessidades humanas desde o direito à alimentação, ao

abrigo, ao vestuário até à própria vida social. O convívio familiar tem como princípio a defesa da não perda de relações sociais.

Quem são os usuários desse sistema de proteção social? São “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos” (BRASIL, 2005, p.33). Na descrição de quem é considerado um grupo em situação vulnerável, a mulher imigrante se encaixa em quase todos os descritores. Isso significa que a ela também e, no momento atual, urgentemente, é preciso voltar a atenção e construir ações que a retirem da situação de vulnerabilidade e risco social, que por diferentes e muitos fatores, são maiores com relação a outros grupos sociais.

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Com o objetivo de explorar sexual ou laboralmente ou para a remoção de órgãos e tecidos, o tráfico de pessoas é uma das formas mais cruéis que viola a dignidade humana. Não é uma questão recente. Homero já abordava essa realidade em sua *Odisséia* e *Íliada*, mas o tráfico de pessoas ganhou evidência devido aos fluxos migratórios contemporâneos e a ação de coiotes.

O Protocolo Adicional a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças ou, simplesmente, Protocolo de Palermo está vigência em território brasileiro desde 2004. Nesse protocolo se conceitua “tráfico de pessoas” como um recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas recorrendo-se à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração.

As redes que mobilizam o tráfico humano se apoiam na vulnerabilidade social econômica, de gênero, etnia e geração e na “ausência de políticas públicas que empoderem grupos sociais”. A Secretaria de Políticas para as Mulheres aborda o conceito de tráfico de mulheres a partir de três elementos: o movimento de pessoas, interno ou entre fronteiras, o uso do engano ou da coerção e a finalidade da exploração. (BRASIL, 2011) e, nesse contexto, consentimento é irrelevante para que o caso se evidencie como tráfico de pessoas.

AÇÕES AFIRMATIVAS E O COMBATE AO RACISMO NAS AMÉRICAS

É consenso entre os brasileiros admitir que no Brasil, país tão multicultural, há racismo. Entretanto, mais consenso ainda é não se afirmar como racista. Florestan Fernandes (1972) sustentou que a sociedade brasileira foi

constituída pelo preconceito de ter preconceito. É comum e até compreensível discriminar, mas muito feio assumir-se como discriminador. O reconhecimento oficial de que os negros são discriminados no Brasil só veio recentemente, quando em 1995 o presidente Fernando Henrique Cardoso admitiu esse fato publicamente.

Para Piovesan (2005, p.38) a discriminação ocorre quando somos tratados iguais, em situações diferentes; e como diferentes, em situações iguais. É nesse contexto que nascem as ações afirmativas como instrumento para a inclusão social. Consistem em ações pontuais e provisórias com a finalidade de promover o direito à igualdade, ainda que seja muitas vezes de forma compensatória. As ações afirmativas não negam a diversidade, ao contrário a afirmam e defendem o atendimento às necessidades específicas de grupos vulneráveis e minorias.

As áreas de trabalho e educação são consideradas fundamentais para a construção da autonomia de quem, historicamente, foi marginalizado socialmente. A mulher imigrante sofre um processo discriminatório triplo: por ser imigrante, negra e mulher, categorias que precisam ser consideradas com maior cuidado nas políticas públicas dos países.

CHEGANDO A PORTO VELHO: IMIGRANTE, NEGRA E MULHER

Como em muitas terras do norte brasileiro, Rondônia se constituiu a partir da dizimação de seus primeiros habitantes, parte dos que conseguiram subsistir, estão hoje confinados a “reservas”, assim, os antigos donos foram transformados em invasores.

Os índios costumam ser vistos como um “outro povo”, diferente dos “brancos e civilizados”, mas, como já afirmaram Teixeira e Fonseca (2003), os povos indígenas são grupos culturais diversificados que possuem um único aspecto inquestionável em sua identidade: ocuparam a América *antes* dos europeus.

Elias e Scotson (2000) pesquisaram uma pequena comunidade industrial urbana ao sul da Inglaterra e descreveram a divisão entre um grupo de residentes estabelecidos num bairro e, duas povoações formadas mais recentemente. A essa relação, os pesquisadores chamaram de estabelecidos e *outsiders* e era marcada pela estigmatização dos novos moradores e pela relação de poder do grupo mais antigo sobre o mais novo. É interessante que o único aspecto que diferenciava esses grupos era o tempo em que residiam no lugar.

Diferentemente dos indígenas que residiam há mais tempo e eles é que foram tratados como forasteiros, a condição dos imigrantes se assemelha a essa relação entre estabelecidos e *outsiders*, estudada por Elias e Scotson. Tra-

tados, muitas vezes, como invasores e usurpadores dos “direitos naturais” dos estabelecidos, historicamente, as pessoas em situação de migração são quase sempre invisíveis nas políticas públicas de assistência social dos países, mas bem visíveis quando o assunto é defesa de territórios.

Em um berço eminentemente migratório Rondônia foi constituída e teve como núcleo inicial agregador a cidade de Porto Velho, que hoje é sua capital e que também foi formada pelo espírito dos “desbravadores” como são chamados seus migrantes e imigrantes que à época recebiam forte incentivo estatal para seres “destemidos pioneiros”.

Em sua capital, Porto Velho, a imigração internacional não é recente, embora muitos a tratem como uma grande novidade. Basta observar a própria formação da cidade no início do século XX para concluir que ela foi formada por diferentes ciclos migratórios e, marcada pela imigração, inclusive o maior bairro da cidade à época da finalização da Estrada de Ferro Madeira Mamoré em 1920, o Barbadoes Town, constitui-se por uma população negra emigrada principalmente das Ilhas Britânicas do Caribe.¹⁸

Os registros sobre os imigrantes, de um modo geral, e sobre as mulheres imigrantes de forma específica, são escassos, fragmentados e pouco acessíveis ao grande público. Isso significa que faltam subsídios básicos para a construção de ações que atendam às necessidades reais de uma população invisível.

Fato é que as mulheres imigrantes estão chegando à cidade de Porto Velho, são: haitianas, bolivianas, peruanas, cubanas e chinesas. Algumas chegaram nos últimos anos ou na última semana, outras estão há décadas ou fazem o movimento pendular entre Rio Mamoré e estradas até chegar à capital.

De acordo com Weller (2004) a imigração feminina continuará sendo uma alternativa para mulheres que buscam não apenas a melhoria das condições materiais de vida, mas igualmente a constituição de relações pessoais recíprocas com seus parceiros, além de melhores condições de educação para elas e para seus filhos. A busca pela qualificação adicional deverá continuar motivando diferentes fluxos migratórios.

É preciso se pensar a presença da mulher imigrante em suas permanências, sua luta pela liberdade e busca de autonomia por meio do trabalho. A mulher imigrante não é mais aquela que somente acompanha o cômputo. Ela vem sozinha. Ela vai sozinha e permanece sozinha, mesmo quando está junto a um homem.

Nesse contexto, ela se torna uma população vulnerável a todo tipo de risco que historicamente as mulheres imigrantes sofrem longe de casa. A difi-

18. Para outras informações, consultar a Biblioteca Digital do IBGE, disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/rondonia/portovelho.pdf>

culdade com o idioma não dificulta apenas a sobrevivência ou a aquisição de um campo de trabalho, mas sua própria integridade física, emocional e moral.

Com base nessa demanda, apresentaremos a seguir, algumas propostas com o objetivo de contribuir para a construção e/ou implementação de políticas públicas e ações que tragam para a visibilidade social as mulheres imigrantes, minimizando os riscos de uma população vulnerável que muitas vezes só encontra “bicos” de trabalho no espaço doméstico, um lugar privado onde as políticas sociais também devem chegar.

Diferentes estudiosos, como Corrêa (2012), afirmam que a migração e o desenvolvimento regional ainda não foram bem analisados pelas ciências sociais no Brasil. E isso é notadamente realidade quando se trata de estudo sobre fenômenos migratórios por região brasileira, um quadro que tende a ser mudado a despeito do interesse recente pela temática e também pelo fato da Amazônia brasileira protagonizar uma importante porta de entrada para muitos imigrantes.

É necessário que o poder público e, sobretudo que o poder local, utilize dados sistematizados em pesquisas para subsidiar políticas sociais e, mais que isso, é preciso estimular projetos de pesquisa e de extensão sobre e com essa população a fim de, por meio do mapeamento da realidade social, garantir o acesso da população aos serviços e programas socioassistenciais.

Ainda que as mulheres brasileiras tenham, comprovadamente pela renda das famílias sob sua liderança, uma situação preocupante, há que se pensar também na inclusão de mulheres imigrantes na agenda das políticas sociais, uma situação de grande vulnerabilidade que começa pela condição de estrangeira.

Com base na Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2014 e publicada no Diário Oficial da União no dia 28 de outubro de 2014, destacaremos a seguir algumas estratégias deliberadas na VI Conferência de Assistência Social realizada em 2007 que teve como tema justamente os compromissos e as responsabilidades dos gestores públicos para assegurar a proteção social pelo SUAS. Em 2013 foi realizada a IX Conferência Nacional de Assistência Social a qual debateu a gestão e o financiamento na implementação do SUAS com um destaque para o cofinanciamento.

Algumas estratégias para a proteção básica:

■ Construir metodologias voltadas para inclusão produtiva;

■ Definir políticas públicas de geração de trabalho e renda;

■ Realizar pesquisas sobre a realidade social para subsidiar projetos que

respondam às necessidades territoriais;

- Realizar mapeamento da realidade social para garantir o acesso da população a todos os serviços e programas socioassistenciais;
- Produzir material educativo ilustrado com linguagem simples para a reflexão e disseminação dos direitos socioassistenciais a partir de situações reais (cartilhas, gibis, literatura de cordel), com padrões de acessibilidade;
- Construir e socializar diagnóstico do estado com mapeamento dos territórios de vulnerabilidade, risco social e potencialidades;
- Desburocratizar a relação convenial, imprimindo maior agilidade na efetivação de repasses de recursos para programas e projetos, e ampliar o cofinanciamento e alocação de recursos próprios nos fundos de assistência social;
- Ampliar o cofinanciamento e a cobertura dos serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza, na perspectiva de valorização do potencial das famílias com equivalência nas áreas rural e urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMAZONAS 247. *Desmatamento aumenta 811% em Rondônia*. Disponível em: www.brasil247.com/pt/247/amazonas247/112620/Desmatamento-aumenta-811-em-Rond%C3%B4nia.htm, acesso em 26 set. 2013.
- ASSIS, G. de O. e KOMINSKY E. V. *Gênero e migrações contemporâneas*. In: Estudos Feministas. Florianópolis, 15(3): 336, set-dez/2007.
- AZAMBUJA, D. *Teoria Geral do Estado*. 27^a ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988. p. 228 apud OLIVEIRA, Régis Fernandes de; FERREIRA, José Rodrigues, 1996.
- BOBBIO, N.. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e a lição dos clássicos*. Org. Michelangelo Bovero. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BRASIL. Decreto n. 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças.
- BRASIL. *Cartilha de direitos humanos*. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: MEC/SEDH, 2008.
- BRASIL. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.
- BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social. PNAS/2001*. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome: MSD, 2005.
- BRASIL. *Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004*. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. *Tráfico de mulheres: política nacional de enfrentamento*. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

BRESSER, L. C. *O conceito histórico de desenvolvimento econômico*. Texto para Discussão, EESP/FGV, 157, Dezembro, 2006. Versão de 31 de maio de 2008.

CARMO, R. L. do; MARQUES, C.; MIRANDA, Z. A. I. de. *Dinâmica demográfica, economia e ambiente na zona costeira de São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos da População, 2012.

CARRARA, S. *Educação, diferença, diversidade e desigualdade*. In: BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete. *Gênero e Diversidade na escola: formação de professoras/es, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CARVALHO, D. F. *Industrialização regional e desenvolvimento da Amazônia*. In: *Problemas contemporâneos da Amazônia*. Ilmar Soares (Organizador). Belém: UNAMA, 2005, p.121-154

CARVALHO, K. L. de. *Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Trauile*. In: *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*. IPEA. 2011.

CORREA, M. S. de S. *Migração e a desigual distribuição espacial do capital humano*. In: *Raízes*, v. 21, n. 02, jul.–dez./2002

DI LASCIO, M. A., BARRETO, E. J. F. *Energia e Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia Rural Brasileira: eletrificação de comunidades isoladas*. Programa Luz para Todos. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Brasília, 2009.

DI PIETRO, M. S. Z. *Direito Administrativo*. 14^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DUQUE, J. G. *Solo e água no Polígono das Secas*. 3^a ed. Fortaleza: DNOCS, 1953. (Publicação n. 154, série I-A). ALMEIDA, R. *Planejamento do combate às secas*, 1953.

ELETROBRAS. *Plano anual de operações dos sistemas isolados para 2012*. Grupo Técnico Operacional da Região Norte- GTON. Brasília, DF. 2012.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L. *Os estabelecidos e os outsiders : sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EPE. *Projeção da demanda de energia elétrica para os próximos 10 anos: 2011-2010*. Série Estudos de Energia. Nota técnica DEA 03/11. Rio de Janeiro, fev. 2011.

MDA. *Estatísticas do Meio Rural 2010-2011*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 4^a ed. 2011.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Ática, 1995.

FERREIRA, I. A. *Os Uru Eu Uau Uau*. In: Caderno de Criação, n. 26, EDUFRO, 2003.

FIERO. *Rondônia, Perfil socioeconômico Industrial*. Federação das Indústria do Estado de Rondônia. Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas- SEBRAE e Governo do

FONSECA, D. R. da. *Estudos de história da Amazônia*. Porto Velho. Maia. 2007

FREIRE, P. *Educação como prática da Liberdade*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1967.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 11ª ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1987.

GALANTE, E. H. L. *Participação Popular no Processo Legislativo*. In *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, Ano IV, n. 04 e Ano V, n. 5 – 2003-2004.

GRAZIA, G. *Estatuto da cidade: uma longa história com vitórias e derrotas*. In: OSÓRIO, Leticia Marques (Org.) *Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: Novas Perspectivas para as Cidades Brasileiras*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

IBGE. *Informações estatísticas dos Estados*. - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: www.ibge.gov.br, acesso em: ago. 2010.

IBGE. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1987.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2013.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: www.ibge.gov.br, acesso em:

IBGE. *Pesquisa Industrial Anual - Produto 2011. Dados da Produção e das vendas dos 10 principais produtos e/ou serviços industriais segundo o Valor de Produção-2011*. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2011. 2013.

MDS. IV Conferência Nacional de Assistência Social. Relatório Final. Brasília. Secretaria Nacional de Assistência Social/Conselho Nacional de Assistência Social, 14-7, Brasília, nov. 2007.

JÚNIOR, N. S. *Estatuto da Cidade e o Plano Diretor – Possibilidades de uma Nova Ordem Legal Urbana Justa e Democrática*. In: OSÓRIO, Leticia Marques (Org.) *Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: Novas Perspectivas para as Cidades Brasileiras*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

LIMA, N. *Asfalto sem drenagem gera prejuízo e transtorno*. In: *Jornal Eletrônico, Tudo Rondônia*, 19/09/2013. Disponível em: www.tudorondonia.com/noticias/asfalto-sem-drenagem-gera-prejuizo-e-transtorno-,39665.shtml , acesso em 27 set. 2013.

LOEBENS, G. F e NEVES, L. J. de O. (org). *Povos Indígenas Isolados na Amazônia: a luta pela sobrevivência*. Série Nova Antropologia da Amazônia. EDUA/CIMI, Manaus – AM, 2011.

MACHADO, Lia Osorio. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona fronteiriça sul-americana. In: SILVEIRA, María Laura. Continente em chamas: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MACIEL, M. N. *A Construção de uma Identidade: História Oral com os Cassupá*. Monografia, UNIR. Porto Velho, 2000.

MARTINS, H., FONSECA, A., SOUZA JR., C., SALES, M., & VERÍSSIMO, A. *Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal - janeiro de 2013*. IMAZON. Belém. 2013.

MDA. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Brasília: MDA/SDT, 2005

MEC. *Indicadores Demográficos e Educacionais*. Brasília, DF. 2011. Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2011/estados/relatorio/uf/11>, acesso em:

MME. *Programa Luz para Todos*. Ministério de Minas e Energia. Programa Luz para Todos. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp, acesso em: 28 fev. 2014.

MORET, A. S. *Sustentabilidade das energias renováveis sustentáveis estudo inicial de caso para a biomassa e para os biocombustíveis*. In: V Congresso Brasileiro de Planejamento Energético. Brasília-DF, 2006. V Congresso Brasileiro de Planejamento Energético. Brasília-DF: V Congresso Brasileiro de Planejamento Energético, 2006.

MORET, A. S. *Geração descentralizada de eletricidade, oportunidades para Rondônia*. In: AMARAL, J. J. (Org.). *Pesquisas na Amazônia*. Porto Velho: UDFRO - Universidade Federal de Rondônia, 2002.

MORET, A. S., *Biodiversidade em Reserva extrativista: estudo de caso do levantamento do potencial de babaçu para consolidar economicamente a RESEX do Rio Ouro Preto*. Relatório de pesquisa. CNPq. Porto Velho, RO. 2011b.

MORET, A. S., *Biodiversidade em Reserva extrativista: potencial do babaçu para consolidar economicamente a RESEX do Rio Ouro Preto Produção de Óleo Vegetal e Geração de Energia*. Relatório de pesquisa. CNPq. Porto Velho, RO 2009.

MORET, A. S., *Biomassa Florestal, Petróleo e Processo de Eletrificação em Rondônia: Análise das Possibilidades de Geração Descentralizada*. Faculdade de Engenharia Mecânica, Unicamp. Campinas, SP. 2000.

MORET, A. S., *Geração Descentralizada no Estado de Rondônia: potenciais contribuições dos resíduos agrícolas e dos óleos vegetais*. In: Primeiro Seminário Atendimento Energético de Comunidade Extrativista- SAEX'2004, 2004.

MORET, A. S., *Modelo de geração de energia elétrica para localidades isoladas da Amazônia: intervenção com sustentabilidade*. In: Dieter Gawora, Rômulo Soares Barbosa e Maria Helena de Souza Ide. (Org.). *Povos e comunidades tradicionais no Brasil*. Montes Claros: Editora UNIMONTES, v. 1, p. 13-33. 2010.

MORET, A. S., *Otimização da geração de eletricidade para pequenos aglomerados populacionais da Amazônia: estudo do combustível óleo vegetal in natura*. Relatório de pesquisa. CNPq. Porto Velho, RO 2011a.

MORET, A. S.; SGADERLA, G. C. S. ; GUERRA, S. M. G. ;MARTA, J. M. C. *Análise da sustentabilidade do biodiesel com uso da Análise de Custos Completos*. In: Espaço Energia, v. 11, p. 14-23, 2009.

MPMG. *Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS). Ministério Público de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. s.d.

MTE. *Economia Solidária*. Portal do Trabalho e Emprego, 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>, acesso em:

OLIVEIRA, M. J. G. de. *A importância da Ciência e Tecnologia no desenvolvimento da Amazônia e o caso do Acre*. Dissertação de Mestrado. UNB, DF 2006.

OLIVEIRA, V. de; LEANDRO, E. L.; AMARAL, J. J. do. *Migração: múltiplos olhares*. São Carlos: Pedro & João Editores/EDUFRO, UNIR, 2011.

OSÓRIO, L. M., MENEGASSI, J. *A Reapropriação das Cidades no Contexto da globalização*. In: OSÓRIO, Leticia Marques (Org.) *Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: Novas Perspectivas para as Cidades Brasileiras*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

PEREIRA, N. R. *O papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento nacional*. AGRInforma, ano II, n. 07, janeiro-fevereiro de 2004.

PIOVESAN, F. *Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos*. In: SANTOS, Sales Augusto (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 400 p. (Coleção Educação para Todos).

PNUD. *Relatório do desenvolvimento humano 2002*. UN Plaza. New York, 2002. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: www.pnud.org/undp, acesso em: 15 jun. 2007.

PNUD, IPEA e FJP. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em: www.atlasbrasil.org.br/2013

PNUD. *Nossa própria agenda*. 1990.

REIS, L. B. dos e SILVEIRA, S. (org.). *Energia elétrica para o desenvolvimento sustentável*. EDUSP, 2ª ed. São Paulo, 2000.

RIBEIRO, B., VERÍSSIMO, A. PEREIRA, K. *O Avanço do Desmatamento sobre as Áreas Protegidas em Rondônia*. 2004. Disponível em: www.imazon.org.br/publicacoes/o-estado-da-amazonia/o-avanco-do-desmatamento-sobre-as-areas-protetidas-em-rondonia#*.

SACHS, I. *Desenvolvimento- Incluyente, sustentável sustentado*. Ed. Garamond. Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, B. de S. *A universidade do século XXI – para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, S. A. (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 400 p. – (Coleção Educação para Todos).

SEBRAE. Estado de Rondônia, 2003. Disponível em: www.fiero.org.br/downloads/anexos/ro_perfil_socioeco_industrial_2003.pdf, acesso em:

SEDAM. RO apresentou queda de mais de 40% no número de queimadas em julho. In: G1 Rondônia, 12/08/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/08/ro-apresentou-queda-de-mais-de-40-no-numero-de-queimadas-em-julho.html>, acesso em: 26 set. 2013.

SEI. *Fotovoltaica: Manual de diseño e instalación*. SOLAR ENERGY INTERNATIONAL. Traducion PÉREZ, Bruno Henriquez. Canadá. 2007.

SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento. O Produto Interno Bruto dos Municípios – 2009. 2012

SILVA, E. G. da. *Potencial experimental de produção de biogás em equipamento de pequena escala com utilização de esterco bovino*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Porto Velho, RO. 2013.

SILVA, J. N. da. *Diagnóstico do município de São João de Pirabas no período de 1988 a 2003*. In: Estudos sobre Economia da Amazônia, Kleber Antonio da Costa Mourão (Organizador), Belém: UNAMA, 2008, (Coleção Prêmio Jaime Teixeira, v.1).

SINGER, H. *Estudo sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste*. Recife: Condepe, 1962. Furtado (1959)

SINGER. P. *Introdução a Economia Solidaria*. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2002

STRAUSS, C. L. *Tristes Trópicos*. Cia. das Letras. São Paulo, 1996.

TAVARES, H. M. *Estratégias de desenvolvimento regional. Da grande indústria ao Arranjo Produtivo Local?*. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional-G&DR. v. 7, n. 1, p. 50-68, jan-abr/2011, Taubaté, SP, Brasil.

TCRO. *Auditória Operacional*. Relatório do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Conselheiro Benedito Antônio Alves, Processo no 1756/2013. Porto Velho, RO. 2013.

TEIXEIRA, M. A. D. e FONSECA, D. R. da. 4ª ed. *História regional: Rondônia*. Porto Velho: Rondoniana, 2003.

MDA. *Um Novo Brasil Rural*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003-2010). Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2010.

VEIGA, J.E da . *Desenvolvimento Sustentável- O desafio do Século XXI*. Garamond. Rio de Janeiro, 2005.

VERÍSSIMO, A. e RIBEIRO, B. *Padrões e causas do desmatamento nas Áreas Protegidas de Rondônia*. In: Revista Natureza e Conservação, 05, 15-26. 2007.

WELLER, W. Entrevista. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Jul. 2004. Disponível em: http://csem.org.br/docs/entrevista_wivian.doc, acesso em: 13 ago. 2013.

SOBRE OS AUTORES

ARTUR DE SOUZA MORET é físico pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Ensino de Ciência e Física pela Universidade Estadual de São Paulo (USP), e Doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Unicamp. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA), Coordenador do Grupo de Pesquisa de Energia Renovável Sustentável (GPERS). Pesquisador e militante na área de Energia Sociedade e Meio Ambiente.

EDUARDO VALVERDE (*in memoriam*) era formado em Tecnólogo Mecânico pela Escola Federal do Rio de Janeiro e em Direito e Administração pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir). Foi eleito deputado em 2003 e reeleito em 2006. Foi presidente regional do Partido dos Trabalhadores em Rondônia e concorreu ao governo do estado nas eleições de 2010. Eduardo Valverde faleceu em 11 de março de 2011.

IREMAR ANTONIO FERREIRA é graduado em História e mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA), pela Universidade Federal de Rondônia (Unir) Foi agente de Saúde pelo Conselho Indigenista Missionário e assessor de Políticas Públicas do Movimento Indígena de Rondônia,(2000), Educomunicador Popular da rede Educação Cidadã e Coordenador do Instituto Madeira Vivo (IMV).

MANUEL ANTONIO VALDÉS BORRERO é graduado em Planejamento da Economia Nacional pela Universidade da Havana (1987). Mestre em Geociências e Doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Unicamp. É professor no curso de economia da Universidade Federal de Rondônia. É fundador do Grupo de Pesquisa de Economia da Amazônia (GPEAM).

NEIVA CRISTINA DE ARAUJO é graduada e Mestre em Direito, pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA) pela Fundação Universidade Federal de Rondônia. Professora no curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus de Cacoal.

OLAVO NIENOV é bacharel em Ciências Sociais com licenciatura na mesma área, ex-coordenador ex-diretor da Comissão Pastoral da Terra em Rondônia ex-consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura em questões de Planejamento de Desenvolvimento Rural Sustentável, ex-Superintendente do INCRA em Rondônia e ex-Delegado do Ministério de Desenvolvimento Agrário em Rondônia.

ROSA MARTINS COSTA PEREIRA é pedagoga e Mestre em Geografia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir). Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Metodologia do Ensino Superior e em Gestão Escolar. Tem experiência na área de Educação e Geografia Cultural.

SARAYA BRUXEL é formada em Economia pela Fundação Valeparaibana de Ensino de São José dos Campos, São Paulo; é pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior (São Lucas) Rondônia. Foi coordenadora do Centro de Direitos Humanos da Arquidiocese de Porto Velho Rondônia (1995-1997). Atualmente é membro da Executiva Municipal do PT de Porto Velho, RO.

O livro *Rondônia 2000-2013* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 300 exemplares. O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Pólen Soft 80g.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Neste volume, os leitores terão oportunidade de conhecer profundamente o estado de Rondônia. A partir de um diagnóstico rico em dados – como os demais volumes da coleção Estados – será possível dar suporte consistente para a construção de propostas que transformem o território em cenário promissor e, sobretudo, tomado de políticas públicas inclusivas e sustentáveis.



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ISBN 978-85-7643-269-2



9 788576 432692